

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTORIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS**

AUXILIA GHISOLFI FREITAS

**PROPOSTAS DE POLÍTICA EXTERNA
DO PARTIDO DOS TRABALHADORES
PARA O GOVERNO DA REPÚBLICA.
DA CRÍTICA ANTI-SISTÊMICA AO PRAGMATISMO
(1980 – 2002)**

VITÓRIA

2008

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTORIA
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS**

AUXILIA GHISOLFI FREITAS

**PROPOSTAS DE POLÍTICA EXTERNA
DO PARTIDO DOS TRABALHADORES
PARA O GOVERNO DA REPÚBLICA.
DA CRÍTICA ANTI-SISTÊMICA AO PRAGMATISMO
(1980 – 2002)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Valter Pires Pereira
História - UFES.

VITÓRIA

2008

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

F866d Freitas, Auxilia Ghisolfi, 1964-

Propostas de política externa do Partido dos Trabalhadores para o governo da República. Da crítica anti-sistêmica ao pragmatismo (1980 – 2002) / Auxilia Ghisolfi Freitas. – 2008.

160.f

Orientador: Valter Pires Pereira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Partido dos Trabalhadores (Brasil). 2. Política internacional. 3. Pragmatismo. 4. Alianças internacionais. 5. Brasil - Política e governo. I. Pereira, Valter Pires. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

AUXILIA GHISOLFI FREITAS

**PROPOSTAS DE POLÍTICA EXTERNA
DO PARTIDO DOS TRABALHADORES
PARA O GOVERNO DA REPÚBLICA.
DA CRÍTICA ANTI-SISTÊMICA AO PRAGMATISMO
(1980 – 2002)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História na área de concentração História Social das Relações Políticas.

Aprovada em _____, _____ de 2008.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Valter Pires Pereira
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof.Dr. Aloísio Krohling
Faculdade de Direito de Vitória

Prof^a. Dr^a. Nara Saletto da Costa
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Izildo Corrêa Leite
Universidade Federal do Espírito Santo

Para José Paulo, Paulo Vinícius e Pedro
Lucas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus pela realização de mais esta etapa importante da minha vida.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Valter Pires Pereira, pela dedicação e confiança ao oferecer-me a disciplina Evolução da Política Externa Brasileira, ministrada por mim aos alunos de graduação. Agradeço também pela partilha de seus conhecimentos, não somente acadêmicos, mas também como ex-militante do movimento estudantil da década de 1960. Seus relatos me ajudaram a compreender uma época importante da nossa história.

Ao Professor Dr. Antonio Vidal Nunes, pelas sugestões durante a banca de qualificação.

Aos membros da banca examinadora, Prof. Dr. Izildo Corrêa Leite e Prof^a.dr^a. Nara Saletto da Costa pela leitura atenta do projeto, esclarecimentos e valiosas sugestões, desde o seminário de qualificação, e ao Prof. Dr. Aloísio Krohling, não somente por ter aceitado prontamente o convite, mas também por outros momentos importantes, durante a graduação em Relações Internacionais.

À Fundação Perseu Abramo pela agilidade e presteza com que forneceu as informações solicitadas.

À minha irmã Marilza Ghisolfi, pela ajuda na correção do texto e do abstract, e aos demais familiares pela compreensão quanto à minha ausência.

À Cibeli do Carmo Correia Silva, Desiree Cipriano e ao colega de mestrado Ueber José de Oliveira pela leitura do texto, sugestões e debate acerca do objeto de pesquisa.

Enfim, agradeço aos professores do Mestrado de História e àqueles que de alguma forma contribuíram para a realização deste estudo.

A expressão *sistema de poder* descreve uma constelação de Estados, no qual a grande potência tem a capacidade de atuar autonomamente, exercer, em graus variados influência marcante ou decisiva sobre os outros Estados do sistema. Em suma, aquilo que Gramsci chamou de hegemonia, na literatura política, frequentemente aparece sob o nome de “área de influência”. Chamo também a atenção para a “complexidade de vínculos”, pelo fato de que as relações entre as duas partes do sistema não se configuram como simples imposição ou aceitação passiva de um “diktat”, antes supõe uma integração difícil, negociada, embora assimétrica em graus variados.

Gerson Moura.

RESUMO

Esta pesquisa insere-se na História das Relações Políticas fazendo uma releitura do Partido dos Trabalhadores (PT) e verificando suas propostas para o governo da República, na esfera de sua política externa. Utiliza as Resoluções de Encontros e Congressos do PT realizados de 1981 a 1999 como *corpus* de análise de sua trajetória em direção ao Governo da República, e a mudança da crítica anti-sistêmica para a sistêmica na visão sartoriana. Utiliza, ainda, como fonte de pesquisa, os Programas de Governo do então candidato Luiz Inácio Lula da Silva à Presidência da República para as eleições de 1989, 1994, 1998 e 2002. Verifica as propostas da agenda externa e observa se as linhas adotadas pelos Programas assemelham-se ao padrão desenvolvimentista, que se afirmou gradualmente no Brasil de 1930 a 1985, ou se indicam uma aproximação ao modelo neoliberal, predominante no Brasil a partir da década de 1990. Destaca as Propostas do Programa que tratam da defesa do interesse nacional através da cooperação entre blocos econômicos, além do posicionamento do PT em relação ao Fundo Monetário Internacional – FMI e à dívida externa. Os resultados constatarem que as propostas do PT, são indicativas de defesa do modelo econômico desenvolvimentista.

Palavras chave: Partido dos Trabalhadores, Programa de Governo, Política Externa, Pragmatismo, Política de Alianças.

ABSTRACT

This research is part of the History of Political Relations and close examination of the Labor Party (PT) analyzing its proposals to the Government of the Republic in the sphere of foreign policy. It considers as main source of analysis meeting resolutions and conventions held by PT during 1981 to 1999 observing its trajectory toward the Government of the Republic and the change from critical anti-systemic to systemic according with sartoriana view. It considers as supporting source of research the Government Programs of the then Presidential candidate Luiz Inácio Lula da Silva during the elections of 1989, 1994, 1998 and 2002. It also verifies proposals of the foreign agenda. It observes whether the lines adopted by the programs were similar to the standard developmental that was gradually adopted in Brazil during 1930 to 1986, or if the proposals were closer to the neo-liberal doctrine predominant in Brazil from the 1990s. It highlights Proposed Programs that deal with the protection of national interest through cooperation between economic blocs and the positioning of PT in relation to the International Monetary Fund – IMF and the foreign debt. The results found that PT's proposals are indicative of the defense of economic developmental model.

Key words: Labor Party, Government programs, Pragmatism, Foreign Policy, Alliances Policy.

LISTA DE SIGLAS

ALCA – Área de Livre Comércio das Américas

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento

CEB's – Comunidades Eclesiais de Base

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CUT – Central Única dos Trabalhadores

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FMI – Fundo Monetário Internacional

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MST – Movimento dos Trabalhadores sem terra

NAFTA – North American Free Trade Agreement

ONG' s – Organizações não governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OSCIP – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PCO – Partido da Causa Operária

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PGT – Partido Geral dos Trabalhadores

PH/PHS – Partido Humanista da Solidariedade

PL – Partido Liberal

PR – Partido da República

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PP – Partido Popular

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PPS – Partido Popular Socialista

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PRN – Partido da Reconstrução Nacional

PRP – Partido Republicano Progressista

PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSDC – Partido Social Democrata Cristão

PSL – Partido Social Liberal

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PST – Partido Social Trabalhista

PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado

PT – Partido dos Trabalhadores

PTdoB – Partido Trabalhista do Brasil

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTC – Partido Trabalhista Cristão

PTN – Partido Trabalhista Nacional

PV – Partido Verde

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 A EXPECTATIVA ROMÂNTICA	25
1.1 O MOVIMENTO ROMÂNTICO E SUAS FACES	25
1.2 O ROMANTISMO E OS MOVIMENTOS POLÍTICOS PÓS-1968.....	33
1.3 GRUPOS CONSTITUTIVOS DO PT.....	35
1.3.1 Intelectuais, novo sindicalismo e suas mudanças	36
1.3.2 Comunidades Eclesiais de Base.....	40
1.4 REFERENCIAL TEÓRICO: PARTIDO E TIPOLOGIA	42
1.5 POLÊMICAS DO DEBATE.....	53
1.6 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS PARA ANÁLISE DE DISCURSO.....	57
2 DA CRÍTICA ANTI-SISTÊMICA AO PRAGMATISMO	70
2.1 DEFINIÇÃO DE PARTIDO ANTI-SISTEMA	71
2.2 CRÍTICA ANTI-SISTÊMICA	75
2.2.1 Regime Militar e Nova República	76
2.2.2 Constituição de 1988.....	78
2.3 ARCABOUÇO TEÓRICO DA MUDANÇA ORGANIZATIVA.	81
2.4 FATORES ENDÓGENOS.....	85
2.5 FATORES EXÓGENOS.....	89
2.6 FASE PRAGMÁTICA.....	91
2.7 UMA BREVE CONCLUSÃO	93
3 POLÍTICA DE ALIANÇAS	95
3.1 COLIGAÇÃO PARA A CAMPANHA PRESIDENCIAL DE 1989	98
3.2 COLIGAÇÃO PARA A CAMPANHA PRESIDENCIAL DE 1994	103
3.3 COLIGAÇÃO PARA A CAMPANHA PRESIDENCIAL DE 1998	106
3.4 COLIGAÇÃO PARA A CAMPANHA PRESIDENCIAL DE 2002	109

4 POLÍTICA EXTERNA	114
4.1 MODELO TÓRICO IDEALISTA	115
4.2 MODELO TEÓRICO REALISTA.....	116
4.3 CONTEXTO HISTÓRICO DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA.....	119
4.4 EVOLUÇÃO DO DISCURSO PETISTA.....	122
4.5 PROGRAMA DE GOVERNO DE 1989.....	124
4.6 PROGRAMA DE GOVERNO DE 1994.....	128
4.7 PROGRAMA DE GOVERNO DE 1998.....	136
4.8 PROGRAMA DE GOVERNO DE 2002.....	138
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	147
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES	149

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como objeto-problema a trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT) em direção ao governo da República e a mudança da crítica anti-sistêmica para a sistêmica. Verifica, ainda, as principais questões da agenda externa, de acordo com os Programas de Governo do seu candidato à presidente, Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 1989, 1994, 1998 e 2002, por se tratar de tema relevante ao governo, no concerto das nações. Observa-se essas propostas são indicativas de retomada do modelo desenvolvimentista e autonomista, que se afirmou gradualmente no Brasil de 1930 a 1985, ou, se propõem o aprofundamento do modelo neoliberal, predominante no Brasil a partir da década de 1990.

Abordar essa trajetória com todas as suas implicações seria demasiadamente difícil, devido à abrangência do seu conteúdo. Por esta razão, focaliza-se inicialmente a posição do PT em relação ao Regime Militar, à Nova República e, posteriormente, de rejeição à Constituição de 1988. Em seguida, analisa-se os fatores exógenos e endógenos que levaram a mudanças na configuração do partido, evidenciadas com a política de alianças para a campanha de 2002.

No âmbito da política externa, verifica as propostas de defesa do interesse nacional através da cooperação e integração do Brasil com os blocos econômicos, Mercado Comum do Sul (Mercosul) e Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), bem como, o posicionamento do partido em relação ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e ao pagamento da dívida externa, considerando os programas de governo apresentados pelo PT nas referidas eleições.

A pesquisa tem como hipótese que, desde sua origem até a metade da década de 1980, o PT pode ser considerado um partido anti-sistêmico, embora tenha abrigado, em seu interior, visões românticas e pragmáticas, aproximando-se da definição sartoriana de partido anti-sistêmico. A partir da década de 1990, pode-se constatar que o PT atenuará gradativamente sua postura anti-sistêmica,

condicionado pelo processo de redemocratização, pelo fim de um ciclo dos movimentos sociais, pela sua reorganização interna que culminou com a saída de correntes mais radicais; pelo acúmulo de experiências na elaboração da Constituição de 1988 e pela crescente eleição de parlamentares, prefeitos e governadores com a conseqüente necessidade de participar de coalizões para garantir a governabilidade tornando-se um partido cuja práxis torna-se realista e pragmática.

Existe atualmente no Brasil uma variedade de estudos sobre o PT. Leal (2005) classifica esses estudos em quatro fases de acordo com a variação do objeto. Os primeiros, produzidos na década de 1980, tratam da formação do partido. A segunda fase enfoca os dilemas das primeiras administrações petistas. O terceiro analisa a sua inserção institucional e os mais recentes apontam críticas quanto aos rumos do partido.

Dentre os primeiros merece destaque a obra de Emir Sader (1986) que discute o caráter e a identidade do partido. Já Gadotti & Pereira (1989) focalizam os desafios do PT na consolidação de um projeto político, no qual os próprios trabalhadores pudessem exercer o governo e organizar a sociedade. É uma obra que apresenta os documentos mais importantes da formação do partido, retratando-o historicamente na conjuntura política da década de 1980.

Nessa mesma linha, Meneguello (1989) e Keck (1991) publicaram estudos sobre a formação do Partido dos Trabalhadores no contexto da transição negociada para a democracia. Apresentam o partido como uma nova experiência na formação partidária brasileira, pois surgiu dos movimentos sociais organizados e não do parlamento.

Em outra categoria há ainda os estudos que enfocam os dilemas e as mudanças internas. Esse tema é tratado por Azevedo (1995) que faz um mapeamento do partido para definir sua identidade e entender as limitações do mesmo no que se refere à possibilidade de combinar socialismo e democracia. Avalia que as

insuficiências e as contradições da ação petista estão relacionadas à diversidade de opiniões e de correntes ideológicas que o compõem.

Genro & Souza publicaram, em 1997, estudo acerca das administrações no Rio Grande do Sul, com destaque para a experiência do orçamento participativo. Para Leal (2005) o sucesso daquelas administrações despertou a atenção de pesquisadores acerca do PT, que se apresentava como uma nova alternativa de poder.

Singer (2001), por sua vez, relata a história do partido desde sua fundação oficial, ocorrida em fevereiro de 1980, no colégio Sion, em São Paulo, até o final da década de 1990. Fala de suas origens sindicais, das diferentes facções que o compõe e avalia os erros e os acertos do partido nas eleições em que concorreu, demonstrando a difícil relação entre o partido e as administrações municipais petistas. Conclui, pois, de forma otimista, comparando o PT aos grandes partidos operários europeus que nasceram para levar os trabalhadores ao poder pela representação ou pela conquista hegemônica. Mostra um PT mais preocupado em realizar governos eficientes, que ampliem a participação direta das massas e diminuam o grau de exclusão social. Argumenta, ainda, que a ampliação do leque de alianças foi necessária para garantir a governabilidade das administrações petistas.

Uma outra categoria de estudos acerca do PT são aqueles que buscam apontar as mudanças no projeto petista, os quais se tornaram mais comuns a partir do momento em que o partido foi ocupando espaço na estrutura de poder. Amaral (2003) descreve alguns aspectos do programa petista nos anos 1990, destacando os pontos fundamentais ligados ao conceito de Democracia, Estado e Socialismo, além de considerar as propostas referentes às reformas sociais, abrangendo educação, habitação, saúde e reforma agrária.

Ainda nessa linha de mudanças, porém sugerindo uma metamorfose do projeto petista, encontra-se o trabalho de Iasi (2006). No decorrer da primeira parte do livro, o autor desenvolve a tese das diferentes formas de consciência de classe.

Na segunda parte, que tem como subtítulo “O PT entre a negação e o consentimento, a trajetória do Partido dos Trabalhadores (1980-2002)”, Iasi considera que o partido nasceu negando a ordem do capital, mas, em seguida, no decorrer de sua consolidação, construiu uma estrutura burocrática idêntica a dos demais partidos existentes, acomodando-se à ordem capitalista.

Já a obra de Mir (2007) analisa o PT de forma exótica. Faz uma relação entre o PT e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Para Mir (2007 p. 11-12) o Partido dos Trabalhadores e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) são “a maior invenção político-religiosa da trajetória do Estado religioso Católico em toda a história do Brasil”. Afirma, ainda, que a CNBB necessitava de uma “liderança messiânica para seu plano salvacionista” e Lula, segundo o entendimento do autor, seria uma liderança “fabricada” pela igreja, comparável a Antonio Conselheiro, líder de Canudos.

No âmbito da agenda externa, Almeida (2003) analisa a política internacional do Partido dos Trabalhadores e do primeiro governo Lula, considerando os limites e possibilidades de inovação nesse terreno. Destaca os temas básicos do programa partidário e sua evolução gradual, em direção a uma postura mais próxima da forma tradicional de atuação da diplomacia profissional, caracterizada pelo multilateralismo e pacifismo. Apresenta a incorporação de um novo realismo diplomático, concluindo pela preservação das grandes linhas de continuidade na política externa brasileira no governo atual.

Contudo, esta pesquisa se identifica com a história do tempo presente, escrita por pesquisadores que testemunharam os acontecimentos do seu tempo. Considera que essa participação é enriquecedora no sentido proposto por Mudrovic, Apud Sá (2006) que entende por *história do tempo presente* aquela historiografia que tem por objeto acontecimentos ou fenômenos sociais, que constituem recordações de pelo menos três gerações que compartilham o mesmo presente histórico.

Ressalta-se desse modo que o desafio colocado na escolha do objeto – Partido dos Trabalhadores – e sua história contemporânea implicam em um debate que não é unanimidade entre os historiadores. Cabe, entretanto, explicitar a idéia de *história do tempo presente*, considerando-a como um conceito em construção, conforme proposto por François Bédarida em meados dos anos 1970. A principal inovação dessa proposta é o caráter inacabado e em constante movimento que constitui essa história. Coloca-se para o historiador a responsabilidade em abordar temas controversos e que ainda tocam indelevelmente a vida das pessoas. Utilizando a imagem do palimpsesto proposta por (BÉDARIDA, 2005 p. 219) “o tempo presente é reescrito indefinidamente utilizando-se o mesmo material, mediante correções, acréscimos, revisões”, num constante processo de reescrita.

Conforme o professor Sá (2006), a revolução historiográfica empreendida pela Escola dos *Annales*, na França, a partir de 1929, cedeu ao contemporâneo um lugar legítimo na história, ainda que tenha mantido o estigma de objeto de estudo problemático e a sua legitimidade tenha sido constantemente questionada. Entretanto, com a ocorrência das duas grandes guerras mundiais no início do século XX e a crise de paradigmas nas ciências sociais, a comunidade de historiadores começou a aceitar a história recente como um campo compreensível dos estudos históricos.

Nesse sentido, esta pesquisa insere-se na História das Relações Políticas fazendo uma releitura do Partido dos Trabalhadores e de suas propostas para o governo da República na esfera de sua política externa. Destaca a participação do PT no processo de redemocratização e sua mudança para realismo político dentro das regras do jogo institucional, onde ocorre a representação político-liberal permitida pelas forças econômicas, dentro de um marco histórico em que, a política social e de massas perde espaço.

As fontes primárias de caráter qualitativo que orientaram a pesquisa foram: as Resoluções dos Encontros e Congressos do PT ocorridos em nível nacional, no período de 1981 a 1999; os Programas de Governo das campanhas

presidenciais de 1989 a 2002, além de outros documentos oficiais do partido. As Resoluções dos Encontros são importantes para uma leitura do objeto, pois esses são considerados para o PT a instância maior das decisões partidárias. Neles travam-se os embates definidores dos rumos históricos do partido. A leitura desses encontros e documentos oficiais buscou demonstrar as disputas internas, a práxis anti-sistêmica e seu deslocamento para uma atuação mais pragmática a partir da década de 1990, com o declínio do primado ideológico na política de alianças, para o pragmatismo político.

Seguindo-se a metodologia da pesquisa, nos Programas de Governo do candidato Luis Inácio Lula da Silva, foram selecionadas as eleições presidenciais de 1989, 1994, 1998 e 2002. Privilegiou-se, nessas fontes, a análise das propostas de política externa, especialmente no que se refere à defesa da soberania e do interesse nacional, através da cooperação e integração regional, além das relações com o FMI e à dívida externa. No exame desses dois últimos temas buscou-se observar como o partido propunha relacionar-se no plano internacional com os demais Estados, numa conjuntura em que as medidas liberalizantes – recomendadas pelos organismos financeiros internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), e o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) –, foram acatadas pelo governo Collor no início da década de 1990. Essas fontes foram submetidas a análises pertinentes aos estudos semânticos, que buscam interação entre a linguagem, a materialidade do mundo e do sistema de significados utilizados na conformação do campo político.

Optou-se pela Análise de Discurso tendo como suporte autores como Pierre Bourdieu (2000) e Bakhtin (1988). A Análise de Discurso busca compreender os aspectos cognitivos e implícitos do discurso do Partido dos Trabalhadores, no que se refere à conformação do campo político e de seu discurso, associado à suas formas simbólicas e a natureza ideológica do signo lingüístico.

O Partido dos Trabalhadores surge no contexto das mobilizações, nas quais os diversos segmentos sociais antes excluídos ganham voz na luta pelo fim do

Regime Militar. Inicialmente, buscou deslegitimar a institucionalidade democrática surgida com o processo de abertura política no final dos anos 1970 e posteriormente, com a Nova República. Entretanto, no decorrer de sua trajetória, o partido inseriu-se no processo democrático aproximando-se dos pressupostos estabelecidos por Michles (1984) o qual defende a tese de que, mesmo os partidos democráticos tendem a transformar-se em organizações oligárquicas. Justifica-se dessa forma, um outro olhar sobre o partido, observando como o crescimento do PT levou-o à burocratização e à predominância de grupos dirigentes que o conduziram de acordo com suas determinações, marcadas pelo realismo político, na defesa do interesse nacional e da soberania do Brasil no sistema internacional.

A delimitação do tema e o recorte cronológico devem-se ao fato de que o objeto insere-se em um momento importante da história política e econômica brasileira, após um longo período em que o crescimento esteve alicerçado artificialmente em capitais privados externos que, associados à dependência do Brasil ao FMI e seus programas de ajuste recessivos, reduziu a autonomia brasileira na formulação de sua política macroeconômica. Nesse processo configurou-se a crise da dívida externa, onde grande soma das receitas de exportações brasileiras foi destinada ao pagamento da dívida. Nesta conjuntura, o PT surgiu como uma das forças políticas importantes questionando, em seus Programas de Governo, a atitude servil do Brasil nos acordos com o FMI.

Faz-se necessário salientar que esta pesquisa se justifica, ainda, pela importância que o PT exerceu no processo de redemocratização do Brasil, pelo exercício da cidadania dos setores sociais antes ideologicamente excluídos e depois organizados em movimentos sociais como as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) e os sindicalistas combativos, requalificando a política. No entanto, no decorrer de quase três décadas em que o Partido dos Trabalhadores se consolidou, tanto a conjuntura interna quanto a externa mudou. Os movimentos sociais fecharam seu ciclo de enfrentamento ao regime militar, dando lugar a um outro modo de ser na concepção de organizações autônomas.

Muitas lideranças provenientes da classe trabalhadora assalariada que ajudaram a fundar o PT deixaram essa condição para se tornarem líderes parlamentares expressivos, dirigentes dos poderes executivos ou pequenos empresários. Nesse novo contexto dos anos 1990, o exercício da cidadania e as utopias libertárias perderam espaço para o denominado empreendedorismo e o Terceiro Setor¹, representados pelas Organizações não Governamentais (ONG' s) e Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP' s).

No cenário internacional, o mundo também mudou. A bipolaridade que marcou as relações internacionais após a Segunda Guerra Mundial chega ao fim com a dissolução do "Socialismo Real" representado pela URSS, entre 1989 - 1992, numa circunstância em que os valores neoliberais tornaram-se doutrina predominante.

Por outro lado, a fragilidade e o caráter das agremiações partidárias no Brasil têm favorecido o surgimento de partidos não-representativos, utilizados apenas para dar conta das exigências da legislação eleitoral e cumprir a finalidade da captação de votos. Esse tipo de partido vulnerável favorece argumentos quanto a pouca importância da organização partidária em si mesma, para a consolidação do sistema político democrático. Nesse sentido, torna-se relevante fazer uma releitura do PT para compreender as mudanças internas que condicionaram os embates políticos e resultaram em um partido diferente daquele nascido em 1980, além de ampliar a visão do objeto a partir de suas propostas na área de política externa.

Considerando-se a hipótese da pesquisa que abarca elementos do romantismo, torna-se necessário esclarecer o sentido proposto. Dessa forma, o primeiro capítulo trata inicialmente desse conceito, apresentando suas variações de acordo com Lowy & Sayre (1995) e Ridenti (2000). Neste mesmo capítulo são apresentados, ainda, os grupos constitutivos do PT. Finalizando esse primeiro

¹ O Terceiro Setor é composto por organizações privadas sem fins lucrativos, que atuam nas lacunas deixadas pelos setores públicos e privado, buscando a promoção do bem-estar social. A OSCIP foi regulamentada pela lei 9.790 de 23 de março de 1999.

capítulo apresenta-se o referencial teórico que orienta o conceito sobre partidos políticos na visão de autores como: Duverger (1980), Michels (1984), Gramsci (2007) e Seiler (2000) além de outros pressupostos teóricos para Análise de Discurso.

Como se trata de uma trajetória cujo objeto de estudo desloca-se gradativamente de uma extremidade à outra do espectro político, o segundo capítulo faz uma releitura do Partido dos Trabalhadores de anti-sistêmico para sistêmico acrescentando outros pressupostos teóricos como Sartori (1982), que deu suporte a discussão acerca das atitudes anti-sistêmicas. Prossegue-se neste mesmo capítulo com a apresentação da transição pragmática na década de 1990, com a abordagem teórica de *Mudança Organizativa e Institucional* proposta por Panebianco (2005), completando assim a leitura inicial do objeto em sua conjuntura interna.

Concluída essa fase, o terceiro capítulo descreve a política de alianças do PT no período em estudo e suas mudanças, considerando-a como um dos fatores determinantes para a consolidação do partido. Apresenta a substituição dos critérios ideológicos que conduziram o partido em sua origem por outros mais pragmáticos e realistas, capazes de viabilizar o êxito eleitoral, aceitando para isso a união com outras forças políticas mais identificadas com o capital, portanto não-limitadas aos aliados tradicionalmente mais próximos ao *mundo do trabalho*.

Por último, analisam-se as proposições relativas à política externa apresentada pelo Partido dos Trabalhadores, desde a década de 1980 até a *Carta aos Brasileiros* contida no Programa da Campanha Presidencial de 2002. Nesse capítulo final, serão apresentados, inicialmente, aspectos gerais do quadro teórico clássico de Relações Internacionais, em sentido restrito e conceitual, denominados de: idealismo e realismo, relacionando-os à defesa da soberania e do interesse nacional dos Estados no sistema internacional. No âmbito da agenda externa demonstra o posicionamento do PT com relação a acordos sub-regionais como o Mercosul e a ALCA, além de analisar o posicionamento do

partido em relação ao FMI e ao pagamento da dívida externa. Finalizando o trabalho seguem-se algumas considerações acerca do estudo.

1 A EXPECTATIVA ROMÂNTICA

Na história recente do Brasil, entre o final dos anos 1960 e início de 1970, estudantes, artistas e intelectuais inseridos nos movimentos de esquerda rebelaram-se contra as condições políticas e econômicas impostas à sociedade pelas forças do poder empresarial-militar. Esses movimentos, cujas raízes também se confundem com o nacionalismo dos anos 1950, defendiam seus ideais através de organizações clandestinas. Ridenti (2001) pondera sobre a trajetória de setores da intelectualidade brasileira de esquerda, a partir dos anos 1960, marcados pelo romantismo revolucionário. De acordo com esse autor,

[...] eram versões de esquerda para as representações da mistura do branco, do negro e do índio na constituição da brasilidade, não mais no sentido de justificar a ordem social existente, mas de questioná-la. É a isso, em linhas gerais, que se pode chamar de romantismo revolucionário brasileiro do período (RIDENTE, 2001, p. 01).

RIDENTI (2000) sugere que essa “versão de esquerda” não se dissociava dos traços do romantismo apresentado por Löwy; Sayre (1995) como uma crítica aos valores e à reificação dos avanços do capitalismo.

No intuito de compreender este componente romântico das condutas políticas no período citado, serão introduzidos os aspectos característicos do *romantismo revolucionário* e sua influência na conjuntura política da segunda metade do século XX.

1.1 O Movimento Romântico e Suas Faces

Revolta e melancolia, de Löwy; Sayre (1995) apresenta uma análise do movimento romântico em suas variações. A definição de romantismo apresentada pelos autores demonstra não só a diversidade de suas manifestações, como também seu caráter contraditório. Surgido em meados do século XVIII, tal fenômeno deve ser compreendido como resposta às transformações econômicas e sociais que é o advento do capitalismo.

Trata-se, pois, de apreender uma estrutura de pensamento que se manifesta nos mais diversos campos da arte, da filosofia e da política. Os autores recusam a redução do romantismo a uma escola literária e apresentam o tema como uma visão de mundo que é, em sua essência, uma crítica aos valores e ao modo de vida da sociedade capitalista. O problema constatado pelos autores é a existência de uma lacuna nas análises sobre o romantismo e o aspecto global do fenômeno que leve em consideração toda sua extensão e multiplicidade. Buscando preencher essa lacuna Löwy; Sayre (1995, p.31) o definem como uma “estrutura mental e coletiva”.

Tal estrutura mental pode se manifestar em campos culturais bastante diferentes. Não somente na literatura e nas artes, mas também na filosofia e teologia, pensamento político, econômico e jurídico, na sociologia e na história entre outros. [...] *O termo romantismo é contemplado com uma extensão considerável que poderá ser considerada abusiva, por aqueles que estão habituados a associar o romantismo exclusivamente com os movimentos artísticos que são designados por esse nome (grifo nosso).*

Observa-se que, ao apresentar a formulação do conceito, os autores estabelecem a área temporal na qual se insere o fenômeno em apreço. Sua gênese teria lugar em meados do século XVIII. Porém, Löwy; Sayre (1995, p.33) advertem que “se deve rejeitar a idéia de que o romantismo seria fruto das decepções diante das promessas não cumpridas da revolução burguesa de 1789”. Para os autores, o fenômeno é uma resposta a transformação mais lenta e profunda da ordem econômica e social, que é o advento do capitalismo. Assim sendo, essa transformação se inicia muito antes da Revolução Francesa.

Löwy; Sayre (1995, p.34) descrevem que é a partir de meados do século XVIII – 1750 – que haverá importantes manifestações de um verdadeiro romantismo. Na essência, os autores o definem a partir de duas palavras essenciais – crítica da modernidade:

Antes de mais, indiquemos com duas palavras a essência de nossa concepção: para nós, *o romantismo representa uma crítica da modernidade, isto é, da civilização capitalista moderna, em nome de valores e ideais do passado [...].* Podemos dizer que desde sua origem, o romantismo é iluminado pela dupla luz da estrela da revolta e do sol negro da melancolia. (Grifos do autor).

Com a intenção de melhor explicitar seu conceito de romantismo, Löwy; Sayre (1995) demonstram que, uma característica peculiar da crítica contra o mundo moderno está ligada à experiência de uma perda. No mundo real, moderno, algo de precioso foi perdido, tanto ao nível do indivíduo como da humanidade. A visão romântica é caracterizada, em termos weberianos, pela convicção dolorosa e melancólica de que o presente carece de certos valores humanos essenciais que foram alienados. Consoante tais autores,

A visão romântica apodera-se de um momento do passado real – onde as características nefastas da modernidade ainda não existem e os valores humanos, sufocados por esta, continuavam a prevalecer –, transforma-o em utopia e vai modelá-lo como encarnação das aspirações românticas. É nesse aspecto que se explica o paradoxo aparente: o “passadismo” romântico pode ser também um olhar voltado para o futuro; a imagem de um futuro sonhado para além do mundo em que o sonhador inscreve-se, (p.41).

Os autores justificam essa visão como um conjunto de elementos articulados segundo uma lógica. Como uma estrutura significativa, não necessariamente consciente, implícita em uma grande diversidade de conteúdos e formas de expressão literárias, religiosas, filosóficas e políticas. O romantismo como visão de mundo constitui-se enquanto forma específica de crítica da ‘modernidade’. (LÖWY; SAYRE, 1995)

A modernidade da qual falam os autores não se refere ao movimento literário e artístico vanguardista que começa em fins do século XIX, mas a um fenômeno mais fundamental e abrangente, relacionado com a revolução industrial e a generalização da economia de mercado, além da multiplicidade nacional e cultural do fenômeno. As expressões literárias do romantismo referem-se a “um problema filológico limitado”. A variedade do fenômeno corresponde a uma determinada realidade que em sua essência, não importa se as idéias romantizadas são conservadoras ou revolucionárias, elas são apenas pontos de partida para a produtividade do ego criativo romântico.

Weber, apud Mattos (1995) avalia que essa perda das relações tradicionais e o desencantamento do mundo estão relacionados com a formalização da racionalidade. Assim, o mundo racional é despojado de seus aspectos místicos,

míticos, sagrados e proféticos; o real torna-se mecânico, repetitivo e casual. Argumenta que “o mundo assim desencantado deixa um imenso vazio na alma” (p.17).

Dessa forma, os despojamentos desses aspectos foram aos poucos sendo substituídos pelos valores do mundo utilitário, do prestígio do dinheiro e da expansão do capitalismo. “Tanto para Weber quanto para os românticos, o advento do capitalismo e a universalização do valor de troca, do mercado, do dinheiro como fetiche são vividos como miséria” (WEBER, apud MATTOS, 1993, p.17).

Löwy; Sayre (1995) lembram, ainda, que as origens desse processo remontam à renascença e à Reforma Protestante no século XVI, mas esses fenômenos só virão a ser hegemônicos, no ocidente, “a partir da segunda metade do século XVIII, no momento em que termina a acumulação primitiva (Marx) e começa a se desenvolver rapidamente a grande indústria e o mercado se libera do controle social (Polanyi)” LÖWY; SAYRE, 1995 p.34). Os autores ressaltam, ainda, a modernidade “não capitalista” representada pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os Estados inspirados pelo modelo soviético. No entanto, consideram que sua ruptura com a civilização social burguesa foi apenas parcial e “à luz dos acontecimentos de 1989, pode se dizer, efêmera” (p.35).

O sistema sócio econômico capitalista traz consigo fenômenos como: racionalização, burocratização, predominância das relações secundárias na vida social, urbanização, reificação. Nessa perspectiva, o capitalismo é concebido pelos autores como um “*Gesamtkomplex*”, ou um complexo global multifacetado onde a industrialização, o desenvolvimento rápido e conjugado da ciência com a tecnologia, hegemonia do mercado, propriedade privada dos meios de produção, reprodução ampliada do capital e intensificação da divisão do trabalho desenvolveram o fenômeno da “civilização” que estão integralmente relacionados.

Segundo Löwy; Sayre (1995, p.36) “é essa totalidade que constitui a modernidade; seu princípio unificador e gerador embora rico em ramificações é o capitalismo enquanto modo de relações da produção”. O romantismo surge de uma oposição a essa realidade capitalista moderna. A consciência da exploração de uma classe sobre a outra, nem sempre está presente. Ao contrário, com grande freqüência, a crítica incide sobre as características do capitalismo vivenciadas pela miséria, cujos efeitos negativos afetam as classes sociais.

O romantismo como visão de mundo é encarnado segundo Löwy; Sayre (1995) de maneira mais adequada por aqueles que protestam contra a modernidade enquanto totalidade complexa e integram à sua crítica, o leque mais completo das facetas desse conjunto. Os autores observam que o romantismo, “é uma crítica moderna da modernidade”; isso significa dizer que, embora haja uma revolta contra essa modernidade, os românticos são formados pelo seu tempo. Assim, ao reagirem contra a modernidade, estão reagindo e refletindo em termos modernos. “Em vez de lançar um olhar do exterior, de ser uma crítica oriunda de um ‘alheio’ qualquer, a visão romântica constitui uma autocritica da modernidade” (p.39).

A denúncia dos românticos, segundo Löwy; Sayre (1995) é contra a “coisificação”, a desumanização do humano, a transformação das relações humanas numa relação entre “coisas”, objetos inertes, além da generalização do valor de troca que se encontra no centro do conceito de reificação. O que se deseja é encontrar, de novo, “seu lar, voltar á pátria, no sentido espiritual, e é precisamente a nostalgia que está no âmago da atitude romântica” (p.40).

Nesse sentido, uma das limitações da maioria dos estudos literários, segundo os autores, é ignorar as outras dimensões do romantismo, em particular, suas formas políticas. Löwy; Sayre, (1995, p.16) mostram que com grande freqüência, “a historiografia do romantismo político exclui a dificuldade, ao sublinhar exclusivamente seu aspecto conservador, reacionário e contra-revolucionário e ignoram as correntes e pensadores românticos revolucionários”.

A visão de mundo que os autores propõem em suas linhas amplas representa um verdadeiro continente esquecido que escapa aos esquemas habituais nas ciências humanas, pois “os estudos literários e artísticos fornecem-lhe uma extensão muito mais restrita e sem nenhuma referência ao capitalismo”. (LÖWY E SAYRE 1995, p. 48). Os mesmos ainda afirmam que:

Em relação à história, sociologia, ciência política, economia entre outras disciplinas, *o romantismo não é geralmente reconhecido como perspectiva que esteja em condições de determinar as estruturas mentais nesses campos.* Já que não corresponde às categorias habituais – em filosofia, racionalismo, empirismo, idealismo; em história e política, esquerda/direita, conservadores/liberais, progressistas ou reacionários – passa através das malhas de tais disciplinas e permanece, quase sempre, invisível nas análises elaboradas a partir das mesmas (grifo nosso).

Vale ressaltar que uma pista de interpretação pouco explorada pelos críticos e historiadores – exceto os marxistas – é segundo Löwy; Sayre, (1995, p. 20-21) “a relação entre o romantismo e a realidade social e econômica”. Isso ocorre porque a maioria dos autores ignora as condições sociais e consideram apenas as abstratas, dos estilos literários ou filosóficos. A análise de Löwy e Sayre, (1995) mostra que, o elemento unificador do movimento romântico é a oposição ao mundo capitalista moderno.

Definido o conceito de romantismo, cujas características principais mostram a recusa da realidade social presente, Löwy; Sayre (1995) mostram os valores positivos do mesmo. Trata-se de um conjunto de valores qualitativos que exalta a subjetividade do ser humano, o desenvolvimento da riqueza do ego, em toda a profundidade e complexidade de sua afetividade, mas também em toda a liberdade de seu imaginário, em oposição ao valor de troca.

No entanto, os autores mostram como tal postura constitui a origem de uma importante contradição na sociedade moderna, pois esse indivíduo criado não consegue viver senão frustrado em seu âmago e acaba por se revoltar contra essa sociedade. A exaltação romântica da subjetividade é uma das formas que assume a resistência à reificação. Quando esses indivíduos agem como individualidades subjetivas, explorando e desenvolvendo seu mundo interior,

seus sentimentos particulares entram em contradição com o universo capitalista baseado na padronização e reificação.

Ao reclamar o livre exercício de sua imaginação, esbarra na trivialidade, na banalidade mercantilista, do mundo engendrado pelas relações capitalistas. Nesse aspecto, o romantismo representa uma revolta da subjetividade e da afetividade reprimida, canalizadas e deformadas pelo individualismo do liberalismo moderno.

Consoante aos teóricos, para os românticos, o verdadeiro núcleo do valor continua sendo a união com os homens e o universo natural. Deve-se reconhecer que, na sensibilidade romântica assim constituída, é possível encontrar também expressões bastante fortes de afirmação individualista. Essa dupla exigência se define precisamente em oposição ao *status quo* instaurado pelo capitalismo. Nesse sentido, o princípio capitalista de exploração da natureza está em contradição com a aspiração romântica a viver de forma harmoniosa.

No entanto, os autores mostram que esse mesmo fenômeno amplamente ocultado constitui uma das estruturas mais importantes dos dois últimos séculos e que a civilização capitalista moderna, rejeitada pelos românticos, tem seus defensores: os utilitaristas, os positivistas, os economistas políticos clássicos e os teóricos do liberalismo. De maneira geral, pode-se afirmar que as tendências não-românticas predominam no pensamento econômico e político, assim como nas ciências humanas, raciocínio esse válido também para a arquitetura moderna, sobretudo depois da *Bauhaus*² e do triunfo do funcionalismo, igualmente na pintura moderna, desde os impressionistas até o abstracionismo contemporâneo. Ou seja, o romantismo foi sucumbido pelo reificação.

² Foi uma escola de design, arquitetura e artes plásticas, que funcionou na Alemanha entre 1919 e 1933. A Bauhaus foi uma das mais importantes expressões do que é chamado modernismo no design e na arquitetura, e uma das primeiras escolas de design do mundo.

Para que a definição de romantismo apresentada pelos autores traduza-se em um instrumento útil, tanto para dar conta da diversidade e da multiplicidade quanto para delimitar de maneira mais precisa a amplitude do conceito, os referidos estudiosos construíram uma tipologia de romantismo inspirada metodologicamente de acordo com os *tipos ideais* weberianos. Essa tipologia de romantismo anticapitalista combina e articula, de maneira ampla, o econômico, o social e o político.

Assim Löwy; Sayre (1995) esquematizam a seguinte tipologia do romantismo partindo de uma posição ideológica da direita para a esquerda:

[...] *restitucionalista*, definido como aquele que busca restabelecer normas sociais e culturais pré-capitalistas desaparecidas, quase sempre focalizados no passado medieval; *conservador*, não visa restabelecer um passado mais ou menos longínquo e sim legitimar a ordem estabelecida conforme o pensamento de Edmund Burke, Savigny, Schelling, Malthus; *fascista*, forma moderna e bem particular na qual o neo-romantismo se transforma em ideologia fascista ou nazista com o crescimento desse movimento entre as duas guerras; é marcado pelo anticapitalismo, condenação à democracia parlamentar e ao comunismo; *resignado* ou “desencantado”, lamenta profundamente o advento do capitalismo e da modernidade industrial, mas reconhece que é um fato irreversível ao qual é preciso resignar-se; *liberal*, defensor da reformas sociais como forma de “curar” os males do capitalismo; *revolucionário e/ou utópico*, para o qual a nostalgia do passado pré-capitalista é, por assim dizer, “investida” na esperança de um futuro pré-capitalista; recusa tanto a ilusão de um retorno puro e simples às comunidades orgânicas do passado, quanto a aceitação resignada do presente burguês; visaria “instaurar um futuro novo, no qual a humanidade encontraria uma parte das qualidades e valores que tinha perdido com a modernidade; aspira a abolição do capitalismo e o advento de uma utopia futura, na qual certos traços e valores das sociedades pré-capitalistas seriam reencontrados”. (LÖWY; SAYRE 1995, p. 91 - 112) (grifo nosso).

Os autores subdividem o romantismo revolucionário em cinco subtipos, a saber:

[...] a) *Romantismo jacobino-democrático* - critica o feudalismo e a aristocracia do dinheiro em nome dos valores igualitários da Revolução Francesa; vinculados ao iluminismo por intermédio de Rousseau; b) *Romantismo Populista*. “Que se opõem tanto ao capitalismo industrial quanto à monarquia e à servidão, e aspira salvar, restabelecer ou desenvolver, como alternativa social, formas de produção e de vida comunitária - camponesas e artesanais do “povo” pré-capitalista” presente na obra de Sismondi, no movimento Russo Narodnaya Volya (a vontade do povo); c) *Socialismo utópico-humanista* – corrente de pensadores socialistas que aspiram uma utopia coletiva; critica o capitalismo em nome de toda a humanidade sofredora, e não apenas do

proletariado; d) *Romantismo libertário ou anarquista*, inspirados em tradições coletivistas dos camponeses ou artesãos qualificados, para combater o capitalismo e o Estado moderno sob todas as suas formas; e) *Romantismo marxista*, vertente do romantismo revolucionário “que se diferencia das demais por preocupar-se basicamente com a luta de classes, o papel revolucionário do proletariado e o uso das forças produtivas modernas numa economia socialista”; essa vertente estaria em autores como Walter Benjamim, Marcuse, Lefebvre. E. P. Thompson, Raymond Williams, Rosa Luxemburgo, E. Bloch, pensadores da Escola de Frankfurt dentre outros, além de Marx e Engels. (LÖWY; SAYRE 1995, p. 113- 127) (grifo nosso).

1.2 O Romantismo e os Movimentos Políticos Pós-1968

O conceito de Romantismo, de Lowy e Sayre (1995) citado anteriormente, mais especificamente o *romantismo revolucionário*, é adotado como hipótese por Ridenti (2000), para “compreender as lutas políticas e culturais do Brasil, nos anos 1960 e princípio de 1970, do combate da esquerda armada às manifestações político-culturais na música popular, no cinema, no teatro, nas artes plásticas e na literatura” (p. 24). Mostra que a utopia revolucionária romântica do período valorizava acima de tudo a vontade de transformação e a ação dos homens para mudar a história.

Conforme assegura Le Goff, (1990, p. 107) “a história deve indagar as fábulas, os mitos, os sonhos da imaginação”. Salienta-se que, adentrando-se no imaginário desses agentes sociais, especialmente no Brasil, é possível compreender como esse romantismo influenciou as lutas políticas subseqüentes a 1968 para uma geração que “não tinha medo de correr riscos³”. Ridenti (2000) observa que várias circunstâncias históricas permitiram o florescimento de algumas versões do romantismo revolucionário a partir do fim da década de 1950.

No plano internacional, foram vitoriosas ou estavam em curso inúmeras revoluções de libertação nacional, algumas marcadas pelo ideário socialista e pelo papel destacado dos trabalhadores do campo, como a revolução cubana de 1959, a independência da Argélia em 1962 e outras, além da guerra imperialista em curso no Vietnã, lutas anticoloniais na África etc. (RIDENTI, 2000, p. 33).

³ Frase de José Genuíno, citada por COUTO, 1998, p. 113.

Destaca-se que, o sucesso dessas revoluções é essencial para compreender as lutas políticas e o ideal contestador dos anos 1960 e 1970. Paralelamente, o modelo de socialismo soviético, mesmo sendo burocrático e centralizador, não poderia ser ignorado como experiência real de revolução, afinal serviu de inspiração para a organização de partidos comunistas em boa parte do mundo, deixando perplexos seus simpatizantes, ao constatarem sua desagregação entre 1989 e 1992, conforme mostra Silva (1998).

A influência dessas experiências propiciou o surgimento de alternativas libertadoras no Terceiro Mundo, inclusive no Brasil, país esse, que vivia um processo acelerado de urbanização e modernização da sociedade. Conforme Ridenti (2000, p. 24) “Artistas, intelectuais e os movimentos de esquerda valorizavam a ação para mudar a História, para construir o *homem novo*, nos termos de Marx e Che Guevara”.

Entretanto, ainda conforme Ridenti (2000), em meio ao refluxo dos movimentos populares, desmantelados pela repressão, no início da década de 1970, surgiu uma série de grupos guerrilheiros, recrutados principalmente do movimento estudantil que divergiam quanto ao caráter de uma possível revolução brasileira, uma vez que:

[...] para alguns a revolução seria nacional e democrática, numa primeira etapa; para outros, ela já teria caráter imediatamente socialista. Sobre as formas de luta revolucionária mais adequada para chegar ao poder (a via guerrilheira, mais ou menos nos moldes cubanos, o cerco das cidades pelo campo, de inspiração maoísta; a insurreição popular etc.); bem como sobre o tipo de organização política a ser construída. Discutia-se muito sobre a necessidade ou não de um partido nos moldes leninistas da III Internacional. (Ridenti 2000, p. 39)

Ressalta-se que no contexto econômico, essas forças políticas consideravam que a economia brasileira passava por um processo de estagnação e só um governo popular, ou mesmo socialista, possibilitaria a retomada do desenvolvimento. Como decorrência desse julgamento, tais guerrilheiros interpretavam que estariam dadas as condições objetivas para a revolução, faltando apenas pegar em armas e desencadear um processo revolucionário a

partir do campo, local mais adequado, onde supostamente os órgãos repressivos teriam dificuldade de acesso (RIDENTI, 2000).

Entretanto, com o aumento da repressão comandada pelo regime militar, no final da década de 1960, as mobilizações sociais ficaram constrangidas, e as tentativas revolucionárias de Araguaia, Ribeira, Caparaó, entre outras fracassaram, repercutindo sobre as utopias, que entraram em declínio no início do anos 1970.

Por outro lado, o crescente processo de industrialização da segunda metade do século XX, ocorrido principalmente com a chegada das grandes empresas transnacionais, favoreceu a superexploração da mão de obra em função do arrocho salarial imposto pelo regime empresarial-militar no final dos anos 1970. Esse cenário forçou a organização da classe trabalhadora especialmente no ABC paulista, onde o movimento desencadeado configurava-se com um nítido significado político. Nesse processo, os sindicalistas formaram, juntamente com os intelectuais de esquerda e a ascendência de setores das Comunidades Eclesiais de Base, o eixo constitutivo do PT.

1.3 Grupos constitutivos do PT

Conforme demonstrado por Meneguelo (1989), Keck (1990), e Azevedo (1995), os Intelectuais de esquerda, juntamente com setores da Igreja Católica, e os sindicalistas, formam o principal eixo constitutivo do PT. Azevedo (1995) destaca ainda, a influência de outras correntes em seu interior, além de parlamentares progressistas vindos do PMDB, estudantes, e outros movimentos sociais organizados. Entretanto, as disputas ocorridas entre as correntes políticas, no interior no movimento sindical a partir da década de 1980, e os seus desdobramentos, mudaram as características dos segmentos sociais fundadores do PT. Constata-se que a partir da década de 1990, a Central Única dos Trabalhadores - CUT abranda gradativamente sua postura anticapitalista para adotar a prática da negociação dentro da ordem. Dessa forma, cumpre discorrer

sobre essas mudanças uma vez que, nesse processo as lideranças políticas apresentavam-se, simultaneamente inseridas, tanto no ambiente sindical quanto no partidário ⁴.

1.3.1 Intelectuais, novo sindicalismo e suas mudanças

Conforme Antunes (1995), no final da década de 1970, uma nova geração de trabalhadores deu forma a um sindicalismo mais organizado e desatrelado do Estado que forçou o processo de abertura política. Na pauta de reivindicações constavam, além do fim do arrocho salarial, a não ingerência do Estado nas relações entre trabalhadores e empresários.

Surge assim, o Novo Sindicalismo⁵, mais independente, que de acordo com Amaral (2003, p. 27), “funcionou como força motriz da gênese petista, pois conduziu o conflito entre capital e trabalho de forma distinta do sindicalismo verificado no Brasil anteriormente”.

Conforme mostram Gadotti & Pereira (1989), os intelectuais que participaram da formação do PT já se constituíam numa força política expressiva no movimento sindical. Os autores mostram que, se destacou na formação do novo sindicalismo Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo; Jacó Bittar, do Sindicato dos Petroleiros de Campinas; Henos Amorina, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco; Jose Ibrahim, na

⁴ Silva (1998, p.88) mostra que “a primeira Comissão Nacional Provisória do Partido dos Trabalhadores, era composta por doze dirigentes sindicais, num total de 16 membros. Entre 1979 e 1981, este setor sempre foi majoritário na composição da sua direção”.

⁵ O termo “novo sindicalismo” diferencia essa geração, a partir da década de 1980, por sua ação mais voltada para as ações políticas e menos assistenciais. No Estado Novo, Getúlio Vargas impunha o controle e a fiscalização do sindicalismo operário. No entanto, o paternalismo getulista ampliou os serviços estatais de aposentadoria, criados em 1940, instituiu o salário mínimo e colocou em vigor a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943, acompanhada de uma política de concessões aos trabalhadores, como o auxílio-natalidade, salário-família, licença para gestante, estabilidade no emprego (após 10 anos), descanso semanal remunerado. Em troca, extinguiu-se o direito de greve e a independência dos sindicatos, os quais passaram a ser dirigidos por “pelegos”, falsos líderes sindicais atrelados ao governo.

época ex-presidente também do Sindicato dos Metalúrgicos; Olívio Dutra, Presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre; entre outros.

No interior do movimento sindical, Antunes (1995) mostra ainda, que se originou a Central Única dos Trabalhadores (CUT) ⁶, aglutinando setores “ligados à esquerda católica, sob o influxo da Teologia da Libertação e da opção preferencial pelos pobres, bem como, tendências socialistas e comunistas, dissidentes da esquerda tradicional” (p. 30).

A organização da classe trabalhadora desencadeada com o processo de abertura política propiciou a formação de diferentes grupos dentro do movimento sindical. Conforme classificação de Antunes (1995), mais à direita aliou-se Joaquim dos Santos Andrade e Luiz Antonio Medeiros, ligados ao Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e ao PCB. Antonio Rogério Magri, também compondo o bloco da direita, era na época Presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo e vinha da tradição sindical norte-americana. No centro estavam os militantes ligados ao PMDB e, à esquerda, os dirigentes da CONTAG⁷, ligados à CUT e os sindicatos vinculados ao PC do B.

No final dos 1980, o sindicalismo de resultados, ⁸ defendido pela aliança entre a burocracia sindical, liderada por Magri e Medeiros, mostrou-se um tanto incômoda, posto que as posições ambíguas entre oposição, e adesão crítica à

⁶ A criação da CUT se deu a partir do encontro sindical denominado CONCLAT Conforme Antunes (1995, p.28) a CUT originou-se com duas tendências: De um lado o novo sindicalismo nascente. [...] simbolizado pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, com Lula à frente. Metalúrgicos, petroleiros, bancários, médicos, professores, além de inúmeros sindicatos vinculados aos trabalhadores rurais, muitas categorias aglutinaram-se em torno do novo sindicalismo. [...] do outro, vinham as oposições sindicais [...] que traziam como bandeira central a luta pelo organismo de base, especialmente pelas comissões de fábrica, independentes da estrutura sindical.

⁷ Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura – filiada à CUT.

⁸ Conforme Antunes (1995) a denominação sindicalismo de resultados difere-se do Ideológico que tem suas raízes no marxismo, e do sindicalismo assistencial vivido no Brasil na era Vargas. O sindicalismo de resultados surgiu como alternativa de resistência à CUT em São Bernardo, contestando o acordo coletivo da Fiesp. Suas principais características são: aceitação do regime, parceria com o capital, defesa da isonomia e a participação nos lucros. Não é ideológico.

Nova República resultou em um novo bloco de forças políticas e novas tendências internas⁹.

É importante salientar que a confluência do sindicalismo de resultados permitiu a formação de uma nova direita, denominada Força Sindical¹⁰, que passou a defender as reformas neoliberais também no movimento sindical pelo princípio da negociação, evitando o confronto e procurando extrair resultados imediatos nas ações práticas.

Os pontos centrais defendidos pela Força Sindical reconheciam a vitória do capitalismo e da inevitabilidade da lógica do mercado, a limitação e a restrição da luta sindical em busca de melhorias nas condições de trabalho. O papel da ação política caberia exclusivamente aos partidos, que deveriam ser desvinculados da ação sindical. Nesse novo contexto, Antunes (1995, p. 38) mostra que “se aceita a premissa neoliberal de que o Estado deva reduzir a sua ação, em favor de uma política privatizante”.

As declarações de Medeiros vinculadas pela imprensa, no final da década de 1980, apresentam as mudanças significativas ocorridas no interior do seguimento:

[...] eu acho que o capitalismo venceu no Brasil [...] eu quero a divisão das riquezas e a minha briga não é pela mudança do regime. [...] O sindicato é um fator de mercado e deve, portanto valorizar o preço da mão de obra. O trabalhador brasileiro não é contra o lucro, não é contra a existência das empresas, o que o trabalhador brasileiro quer não é destruir as empresas, não é tomar as empresas, não é fazer com que elas não tenham lucro. O que ele quer é a participação nos lucros.¹¹

⁹ Ainda conforme Antunes (1995), a corrente sindical classista do PC do B aderiu à CUT. O sindicalismo de resultados abre caminho para uma nova central denominada Força Sindical, com Medeiros à frente. Parte expressiva do PCB, posteriormente denominado PPS, optou também pela CUT. Redefiniram-se assim, em fins dos anos oitenta e início dos noventa, as tendências presentes no sindicalismo brasileiro. Até assumir o Ministério do Trabalho no governo Collor, Magri ficou com a Confederação Geral dos Trabalhadores e Joaquim dos Santos herdou a inexpressiva Central Geral dos Trabalhadores, da qual veio a se desligar posteriormente, em maio de 1991.

¹⁰ Fundada em março de 1991 em congresso ocorrido no Memorial da América Latina, em São Paulo, foi eleito presidente, Luiz Antonio de Medeiros, então presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo.

¹¹ Folha de São Paulo do dia 20/08/1987, citado por Antunes, 1995, p. 39.

Por conseguinte, o surgimento da Força Sindical, no início de 1991, redesenhou o conjunto das tendências políticas. Medeiros conseguiu aglutinar em torno da nova central sindical um número considerável de sindicatos, federações e confederações¹², consolidando o projeto neoliberal do sindicalismo de resultados. Naquela conjuntura, a CUT e a Força Sindical estabilizaram-se como forças políticas que disputavam o quadro sindical brasileiro.

Entretanto, em meados da década de 1990, o movimento sindical já apresentava posições mais conciliatórias. Antunes (1995, p. 35) destaca que,

[...] por volta de 1995, a Força Sindical preenchia o campo da direita e defendia a preservação da ordem, em sintonia com o capital globalizado. Na CUT, ganha força a postura de abandono de concepções socialistas e anticapitalista em nome de uma acomodação dentro da ordem. O culto à negociação, às câmaras setoriais, é dado pela prática social democrata.

Esses fenômenos ocorridos no Brasil, por meio do qual os sindicatos assumiram a confrontação com o sistema político militar, e posteriormente com a Nova República, acentuou o processo de ideologização do próprio movimento sindical, elevando a luta reivindicatória à frente dos próprios partidos, fato esse, que deu relevância ao papel político exercido por essas centrais.

Dessa forma, no decorrer da década de 1990, o sindicalismo brasileiro oscilou entre a combatividade e a negociação. A mundialização, o avanço nas comunicações, que se convencionou chamar de globalização do capital, atingiram diretamente a classe trabalhadora, obrigando novas formas de negociação por parte dos sindicatos. Essa crise atingiu diretamente os trabalhadores e os organismos de representação, como os sindicatos e os partidos, que, gradativamente, foram abandonando seus traços anticapitalista visando a preservar a jornada de trabalho regulamentada e os demais direitos sociais já conquistados. A “revolução técnica” do capital, assim obrigou os trabalhadores a defender a manutenção do direito ao trabalho e ao emprego (ANTUNES, 1995).

¹² Conforme. Antunes, (1995) foram cerca de 300 sindicatos, 2 confederações e 20 federações.

Esse quadro ganhou novo impulso após a vitória do Partido dos Trabalhadores nas eleições presidenciais de 2002, provocando dissidências. Essas culminaram com saída de militantes do PT, que, posteriormente formaram o Partido Socialismo e Liberdade¹³ (PSOL). Já na CUT, culminou com a criação de outra central sindical denominada *CONLUTAS*,¹⁴ por iniciativa do PSTU e PSOL, compreendendo que a CUT não representaria mais os interesses da classe trabalhadora.

1.3.2 Comunidades Eclesiais de Base

Cumpra ainda, destacar a participação de setores da Igreja Católica na formação do PT. Nesse novo contexto de redemocratização, os participantes das Comunidades Eclesiais de Base – CEB's¹⁵ buscavam no partido, o meio de expressão das reivindicações dos excluídos politicamente. Conforme mostra Lacerda (2002, p.48),

[...] possivelmente caso único no mundo, o PT reuniu marxistas e cristãos desde o início, apresentando uma composição bastante heterogênea que pretendia reunir todos os grupos de esquerda descontentes com as possibilidades oposicionistas contidas no MDB, visto como uma oposição moderada ao regime autoritário-militar vigente.

A prática desses grupos comunitários da Igreja Católica buscava articular os espaços entre fé e política a partir de uma interpretação da Teologia da Libertação¹⁶, disseminada em boa parte da América Latina, inclusive no Brasil a partir da década de 1960. Essa corrente teológica consolidou-se na igreja

¹³ Conforme dados do T.S. E, o PSOL foi criado em 06/06/2004.

¹⁴ Conforme Estatuto, a Coordenação nacional de luas - CONLUTAS foi criada em 15/12/2005.

¹⁵ As CEB's surgem a partir do Concílio Vaticano II (1962-1965), convocado pelo papa João XXIII. Na América Latina, esse processo ganha um grande impulso a partir de 1968, quando os bispos latino-americanos resgataram as orientações daquele Concílio através de uma releitura da temática da libertação, feita nas Conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979), releitura essa que aprofundou a discussão com a opção evangélica pelos pobres.

¹⁶ A teologia da libertação é um movimento teológico que busca mostrar aos cristãos, como a fé deve ser vivida numa práxis libertadora nas diversas épocas da história. O sentido de “libertação” foi cunhado a partir da realidade cultural, social, econômica e política sob a qual se encontrava a América Latina, a partir das décadas de 1960 e 1970 do século XX. Destacam-se, nesse processo, os teólogos e educadores Leonardo Boff, Gustavo Gutiérrez e Clodovis Boff, que utilizaram o método pastoral ver-julgar-agir, como método teológico construído a partir da práxis, por meio da mediação sócio-analítica e hermenêutica.

popular e teve como consequência novas estruturas eclesiais, práticas pastorais e envolvimento político. Nesse processo, a conjuntura sócio-econômica latino americana tornou-se o fundamento gerador do conceito de libertação. Essa é compreendida por Boff (1980, p. 87) como a “ação que visa criar espaço para a liberdade”. Assim, os pequenos grupos que se reuniam para refletir o evangelho contribuíram para formar uma igreja militante¹⁷.

Nesse novo contexto, emerge a idealização de uma espiritualidade libertadora que juntamente com outros movimentos sociais, supostamente não contaminados pela modernidade capitalista, buscavam um modelo de organização sócio-política, com novos traços de romantismo anticapitalista, próximos àqueles propostos por Ridenti (2000).

Esse eixo constitutivo do PT buscava uma forma de luta política menos realista, considerados a partir de valores morais e éticos, conforme se pode constatar a partir das palavras de Gadotti & Pereira (1989, p. 77),

[...] se o fim supremo do Partido dos Trabalhadores é o socialismo, ele mesmo, torna-se ético, por excelência, se entendermos que a suprema moralidade é a realização do homem, assim como a suprema imoralidade é, por outro lado, tudo o que o desenraíza, o desencrava de seus projetos seus sonhos [...] como ser humano com suas potencialidades variadas. E, na trilha dessa busca, a suprema imoralidade para o PT [...] está na fome, na miséria, no desemprego, enfim em tudo [...] que o impossibilita dessa construção árdua de sua utopia positiva.

Entretanto, o eixo mais pragmático, formado pelos sindicalistas tinha como meta inicial, a formação de um partido político para inserir os trabalhadores assalariados na luta partidária e institucional. Essa opção pressupõe acesso ao poder, no qual, prevalece o realismo político.

A análise das forças políticas constitutivas do PT é importante para compreender a trajetória do partido. Entretanto, antes de iniciar sua apresentação, se faz necessário esclarecer alguns conceitos teóricos sobre “partido” e suas tipologias

¹⁷ A Igreja manteve essa postura progressista até meados dos anos 1980, quando a abertura política e as pressões da parte de Roma reverteram essa tendência.

que fundamentam a análise e inserem o objeto de estudo dentro de um conceito específico. Isso se deve ao fato de que o termo não é uma unanimidade, assumindo diferentes significados ao longo do tempo entre os historiadores e os cientistas políticos em todo o mundo. No segundo capítulo, retoma-se o estudo sobre a trajetória do Partido dos Trabalhadores, onde se busca defender a hipótese apresentada.

1.4 Referencial Teórico: Partido e Tipologia

A escolha do objeto requer a necessidade de se esclarecer o conceito sobre partido, pois, conforme mostra Seiler (2000, p.09) “a discussão a cerca do seu estudo não lhe conferiu o estatuto da indiscutibilidade”. As diferentes conotações ao longo do tempo obrigam o pesquisador “a tomar uma posição e escolher seu campo”. Ressalta-se, então, que a maioria dos conceitos elaborados ao longo do tempo, acerca dos partidos, tem origem nos sistemas norte-americano e europeu. Fato esse que exige certa adaptação para que se alcance um instrumental teórico que dê conta de iluminar o objeto de estudo.

Há ainda que se considerar o fato de que, algumas referências teóricas utilizadas neste trabalho foram extraídas da ciência política e da sociologia política. Entretanto, esta pesquisa é de caráter histórico. O arcabouço teórico tem como objetivo fundamental, primeiramente a compreensão do objeto situando-o historicamente em sua trajetória originalmente mais idealista, para um deslocamento mais realista, onde o Partido dos Trabalhadores tornou-se semelhantes aos demais. Em seguida, amplia-se esse olhar para a área de política externa, na qual prevalece a visão realista. Segue-se desta forma a apresentação do histórico conceitual e sua relação com o objeto.

No que se refere à conceituação do termo “partido”, Sartori (1982) salienta que o mesmo foi gradualmente sendo utilizado para substituir a expressão “facção”, que, à época causava certa repulsa. No entanto, o debate estaria apenas

começando e se desenrolaria ainda por cerca de meio século. Etimologicamente, “Partido” vem do latim, do verbo *partire*, que significa dividir. Mais tarde designará a idéia de parte, “um constructo analítico”. A derivação etimológica de “Partido” como parte, está no verbo francês *partager*, que significa partilhar, tal como no inglês *partakeng*, participação, partilha. Ainda segundo Sartori, (1982) quando “parte” se torna “partido”, temos, então, uma palavra sujeita a duas influências semânticas: a derivação de dividir de um lado e a associação com tomar parte do outro, dando, portanto, a idéia de participação. Assim sendo, durante o século XVII, a expressão designava grupos ligados à religião e especialmente ao sectarismo protestante. Dessa forma, a palavra adquiriu o significado político muito próximo de “seita”, reforçando a idéia de separação ou divisão e uma conotação menos negativa que “facção”.

Duverger (1980, p. 19), por outro lado, adverte que “a analogia das palavras não deve levar a confusões”, mostrando que se chamam igualmente de “partidos” as “facções”. Dessa forma, o termo “partido” veio, posteriormente, a nomear também agrupamentos como os clãs que se agrupavam em torno de um *condottiere*, na Itália medieval e renascentista, como chefe de mercenários e grupos armados, ou ainda para denominar os clubes, os comitês e as assembleias, que se digladiavam na França pré-revolucionária, os Guelfos e os Gibelinos na idade média, aos quais também se davam o nome de “partidos”. Apesar dessas instituições apresentarem como objetivo a participação política, elas não são sinônimos daquilo que, na contemporaneidade, denominam-se “partidos políticos”.

Essa identidade nominal traduz certo parentesco profundo. No entanto segundo Duverger (1980, p. 19-20), “os verdadeiros partidos datam apenas de um século. Em 1850, nenhum país do mundo (salvo os Estados Unidos) conhecia partidos políticos no sentido moderno do termo”. Nesse sentido, em seu conjunto, o desenvolvimento dos partidos políticos está associado ao conceito moderno de

democracia¹⁸ representativa, na qual os cidadãos escolhem dentre as pessoas de seu convívio aqueles que podem lhe representar. Associa-se ainda, às prerrogativas parlamentares e comitês eleitorais.

Duverger (1980) destaca ainda os partidos surgidos externamente aos quadros eleitorais e parlamentares, denominando-os de “partidos de criação externa” como, por exemplo, o PT que se organizou a partir dos movimentos sociais organizados e não no interior do Parlamento. O autor mostra que sua distinção não é rigorosa, mas caracteriza-se por algumas tendências. Em um número bastante grande de casos, é estabelecido por uma instituição pré-existente, cuja atividade se situa fora das eleições e do parlamento, podendo-se falar adequadamente em “criação exterior”.

O advento desse tipo de partido está relacionado de acordo com Duverger (1980, p.26 -29), “a agrupamentos como os sindicatos, as sociedades de pensamento, as igrejas que são os organismos capazes de gerar partido” Quaisquer que sejam suas origens, os partidos de criação externa apresentam um conjunto de características que se opõe nitidamente aos partidos criados no ciclo eleitoral e parlamentar, visto que são, geralmente, mais coesos e disciplinados que os partidos de criação eleitoral e parlamentar.

Para esta pesquisa, o conceito de partido proposto é o mais recente, apontado por Duverger (1980), segundo o qual os partidos na forma atual datam do século XIX e o seu desenvolvimento está associado à extensão do sufrágio universal e das prerrogativas parlamentares. Nesse sentido cabe ressaltar a tese de Duverger (1980) no que se refere à diferença entre partidos de quadros e partidos de massas.

¹⁸ Segundo Bobbio (2004) na teoria contemporânea da Democracia confluem três grandes tradições: a) a teoria clássica, das três formas de governo, da Democracia como Governo do povo, de todos os cidadãos, que gozam dos direitos de cidadania, b) a teoria medieval de origem romana, apoiada na soberania popular a qual, o poder supremo deriva do povo e se torna representativo ou deriva do príncipe e se transmite por delegação do superior para o inferior; c) a teoria moderna, conhecida como a teoria de Maquiavel, nascida com o Estado moderno. Etimologicamente a palavra deriva do grego antigo *demo* = povo e *kratia* = poder, correspondendo, portanto, à “poder do povo”. Ao longo de todo o século XIX, a discussão em torno da Democracia desenvolveu-se principalmente através do confronto com o liberalismo de um lado e o socialismo do outro. (p. 319-320).

Segundo esse autor, os típicos partidos do século XIX seriam de quadros, associações que ocorrem quase sempre dentro do parlamento e que reúnem lideranças políticas, em geral pessoas ilustres, notáveis, influentes, inclusive, financeiramente. Aqui a qualidade mais importante é o prestígio, a habilidade técnica e a importância da fortuna. Esse tipo de partido é historicamente anterior ao sufrágio universal.

Diferentemente dos partidos de quadros, os partidos de massa, são frutos de movimentos sociais, grupos associativos, organizações e sindicatos, que agiam na sociedade, mas que não possuíam representação política. Com a instauração do sufrágio universal a tendência natural dos sistemas políticos seria o fortalecimento dos partidos que tivessem como base os movimentos sociais. À medida que os sindicatos e outros grupos associativos se fortaleciam o mesmo acontecia com os partidos. Acrescenta-se, entretanto, além do sufrágio universal, a difusão de outras formas de organização social diferentes das associações de quadros, onde emergem organizações mais numerosas, e, graças às inovações tecnológicas como o rádio, tornou-se possível a comunicação com as multidões, viabilizando as condições práticas para o que Duverger (1980) denomina de partido de massa.

É fundamental salientar que os partidos de massas, diferentemente dos de quadros, apresentam-se mais articulados, disciplinados e centralizados, além de possuir força fundamentada no princípio ideológico, nem sempre suscetível à coesão, e na extensão do número de filiados, que se mantêm como conjunto unido em prol de objetivos a serem alcançados coletivamente. Isso se justifica pelo fato de ser sua unidade mantida por adversidade, convergência de opiniões e atitudes que envolvem tanto os líderes como também seus militantes. Com o surgimento desse tipo de agremiação, os partidos burgueses foram levados a alterar sua forma de organização, aproximando-se, em alguns aspectos, dos partidos de massa, sob pena de perderem a competitividade eleitoral (DOMINGUES, 1998).

Esse debate sobre que tipo de partido é o PT – se de massas ou de quadros – foi discutido no V Encontro Nacional, ocorrido em 1987, no qual se definiu que a sua concepção, está mais próxima de um partido de massas. O PT define-se como “um partido da classe trabalhadora, democrático, de massas e socialista, que tenha militância organizada e seja capaz de dirigir a luta social”.¹⁹

É importante ainda apresentar a concepção contemporânea de partido apreendida da obra de Michels (1982). Publicada antes da Primeira Guerra mundial, a obra apresenta a formação dos partidos políticos de esquerda, discutindo as causas determinantes da ordem técnica e administrativa no interior dos partidos e conduzindo à reflexão sobre delegação, representação, participação e a relação entre a massa e os seus líderes. Esse retrato dos partidos, segundo Michels (1982), tem como causa a própria organização social que modela o perfil das instituições e dos atores, além de Justificar a função do partido como necessidade de representação e delegação da representatividade em função da inviabilidade de reunir constantemente a massa. Assim, transfere-se o poder das massas aos líderes (MICHELS 1982).

Seiler (2000, p.13) retoma as proposições de Michels, sobre a “lei de ferro da oligarquia” e conclui que esta lei “ainda se aplica aos nossos partidos contemporâneos”. Michels (1982) destaca a formação dos empregados do aparelho partidário ou dos sindicatos no início do século XX. A especialização técnica contribui, sobretudo “para criar artificialmente, uma elite operária, uma verdadeira casta de cadetes, de aspirantes ao comando das tropas proletárias” (p. 21). Dessa forma, ocorre um distanciamento entre os dirigentes e as massas, destruindo a igualdade genérica entre os membros do partido.

A especialização funciona como instrumento de decisão que, retira pouco a pouco o poder das massas, transferindo-as a seus líderes. Esses por sua vez, deixam de representar a vontade coletiva e tornam-se independentes das

¹⁹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, pág. 349.

massas frustrando seu controle e suas expectativas. Na interpretação de Michels, (1982, p. 21) “os mecanismos de organização – sejam elas partidárias ou não – inclinam-se a tendência aristocrática”. Ao mesmo tempo em que dá às massas estrutura sólida, provoca modificações significativas, pois, cria uma minoria dirigente e uma maioria dirigida, terreno favorável à diferenciação dos órgãos e funções. Quanto mais cresce um aparelho, em número de membros, recursos e burocracias, mais o governo direto das massas perde terreno para ser suplantado pelo poder crescente da direção.

Antony Downs (1957) faz uma abordagem econômica das organizações partidárias e considera que os partidos são formados por grupos que agem pelo princípio racional. Suas ações têm por objetivo, a maximização do apoio político, e suas políticas são orientadas para o fim último que é a conquista do poder. A escolha de um partido pelos eleitores toma como base, segundo o autor, o princípio utilitarista. Por esse princípio, o partido deve demonstrar-se capaz de atrair os eleitores com suas propostas e discursos, como forma de maximizar apoios políticos.

Gramsci atribui ao partido à qualidade de “agente da vontade coletiva transformadora”, da ampla rede de instituições sociais e políticas da sociedade civil, não mais encarnado por um indivíduo, mas por um organismo de mediação e de síntese (apud, COUTINHO 1999, p.169). A concepção gramsciana de partido mostra que tanto a organização da sociedade quanto a classe operária do início do século XX, havia mudado em relação àquela descrita por Marx. Demonstra que a política é um processo dinâmico em que as interpretações teóricas precisam ser ajustadas às alterações das circunstâncias, entendimento, esse, que lhe permitiu, entre outras coisas, explicar o fracasso das revoluções socialistas nos países ocidentais.

Faz-se necessário enfatizar que em sua origem, o PT aproxima-se da concepção política e das categorias teóricas apresentadas por Gramsci (2007). Essa aproximação está relacionada a conceitos como hegemonia, intelectuais, que aparecem com alguma frequência nos documentos oficiais e nas

Resoluções de Encontros e Congressos do partido. Gramsci (2007) considerava que era necessário estabelecer uma nova forma de luta política para o acesso ao governo. Sugere ainda que o próprio Lênin já havia percebido essa necessidade:

[...] Parece-me que Ilitch havia compreendido a necessidade de uma mudança da guerra manobrada, aplicada vitoriosamente no Oriente em 1917, para a guerra de posição, que era a única possível no Ocidente. [...] Só que Lênin não teve tempo de aprofundar sua fórmula. [...] isto exigia um reconhecimento de terreno e uma fixação de elementos da sociedade civil. (GRAMSCI 2007, p. 262)

Como é passível de observação, a guerra de posição era considerada por Gramsci (2007) como a mais adequada às condições históricas, políticas e culturais dos países europeus, que se revelavam distintas das condições vigentes na Rússia em 1917. Sua principal diferença consiste na composição das duas formações sociais, ocidentais e orientais. A guerra de posição seria mais adequada para o “Ocidente” pela “relação mais equilibrada entre sociedade civil e sociedade política”. Para o referido autor, no ocidente ocorreu a ampliação do Estado, fragmentando o poder nas diversas instâncias da sociedade civil, uma vez que:

[...] No Oriente o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura de sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas, em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isso exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional (GRAMSCI 2007, p. 262).

Coutinho (1999, p. 147) mostra como essa estratégia é formulada por Gramsci para os diferentes países:

Nas formações “Orientais”, a predominância do Estado-coerção impõe à luta de classes uma estratégia de ataque frontal, uma “guerra de movimento” ou de “manobra”, voltada diretamente para a conquista e conservação do Estado em sentido restrito. No “Ocidente”, ao contrário, as batalhas devem ser travadas inicialmente no âmbito da sociedade civil, visando à conquista de posições e de espaços com a “guerra de posição” da direção político-ideológica e do consenso dos setores majoritários da população, como condição para o acesso ao poder do Estado e para a sua posterior conservação.

Nessas circunstâncias, a revolução não poderia triunfar através de um choque frontal contra as trincheiras do Estado, porque essas se encontram bem consolidadas e protegidas pelas diversas instituições da sociedade civil. Gramsci (2007) mostra que a hegemonia de um grupo social se manifesta de duas maneiras: como domínio ou como direção intelectual. O domínio é exercido pela força coercitiva, pelo Estado que detém o monopólio da violência institucionalizada, e a direção intelectual, pela geração de consensos entre os diversos setores da sociedade civil organizada.

Ainda no que concerne à guerra de posição, a mesma é proposta como um projeto gradativo de acesso ao poder, possibilitado não pelo monopólio da violência, mas pela geração de consenso, pelas alianças, pelo convencimento praticado pela direção intelectual no âmbito da *sociedade civil* na qual operam o que Gramsci (2007) chama de aparelhos privados de hegemonia, que são os organismos relativamente autônomos em relação ao Estado como: a imprensa, os partidos políticos, os sindicatos, a escola e a Igreja, onde é difundida uma concepção de mundo.

No início da década de 1990, o PT discute no I Congresso a necessidade de geração de um novo consenso, para a construção de um projeto alternativo ao modelo econômico neoliberal. Conforme aquele entendimento:

Num certo sentido, o que se está vendo é o desmantelamento de parte daquilo que o movimento socialista mundial construiu desde a Revolução Russa de outubro de 1917. Se os ideais que moveram os movimentos sociais revolucionários ao longo deste século persistem como fonte de inspiração para o nosso partido, temos que reconhecer que estamos assistindo ao esgotamento do ciclo de revoluções socialistas, iniciado com a Revolução Russa de 1917, e do modelo de sociedade por elas gerado. [...] O fôlego adquirido pelos EUA e pelo grande capital combinado com o fracasso do socialismo real permite a atual ofensiva ideológica contra toda e qualquer tentativa teórica e prática de superação da ordem capitalista. Superação, no entanto, mais necessária do que nunca. 20

²⁰ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontro e Congressos 1979 - 1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 483-484.

Na crise vivida de modo geral pelas esquerdas, no início da década de 1990, estavam implícitas as contradições entre o a recusa ao modelo do Socialismo Real e uma ordem social e política solidamente estabelecida. Essa crise já vinha sendo discutida pelos principais dirigentes do PT desde meados da década de 1980, como se nota na publicação intitulada “E Agora PT?”, em que se discute o caráter e a identidade do partido. Avalia-se que a crise seria o resultado da maneira tradicional de reduzir a política e as relações de poder aos canais institucionalizados, “fazendo da representação política o mecanismo de expropriação do direito do povo de dirigir seu próprio destino”. (SADER, 1986, p. 7).

Nessa mesma publicação que discutia os rumos do PT, Chauí (1986) convida para um debate sobre a natureza do poder e sua redefinição, e não apenas a sua transferência de uma classe para outra. Entendendo que esse debate se fazia necessário, conclama o PT a “desfazer antigos equívocos”. O grande desafio que se apresentava para o partido era a necessidade de distanciar-se da utopia, já que essa, não realiza a prática concreta e não transforma a sociedade, pois, abstraindo-se de A Sagrada Família (MARX e ENGELS, 1974), considera-se que, do ponto de vista da utopia, a realidade que se desejava superar, no final da década de 1970 e início de 1980, era tão degradante que a esquerda, de maneira geral, percebia nessa realidade econômica, política e social uma total indignação, como se tudo naquele contexto precisasse ser destruído.

Desse modo, pode-se compreender que o PT adotou a premissa gramsciana de “guerra de posição”, como um processo contínuo de ocupação de espaços no âmbito da sociedade civil, pois o poder não está concentrado nas mãos do Estado, mas diluído no âmbito da sociedade. Essa aproximação teórica da estratégia de luta política proposta por Gramsci (2007) pode ser observada pela influência que o PT exerce sobre os diversos movimentos sociais organizados como o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e seus sindicatos filiados, destacadamente os de servidores públicos.

Em sua origem, e no decorrer da primeira metade da década de 1980, a atuação do PT buscava acumular forças, inclusive através das campanhas eleitorais, para divulgar suas propostas e chamar a atenção para as condições de desigualdades. Era preciso preparar o campo e construir uma outra hegemonia, legitimada pelas urnas, ainda que em nível municipal ²¹.

Coutinho (1999) avaliara que emergia também no Brasil, uma esquerda moderna, disseminada em diferentes partidos, mas que tem em comum o fato de ter assimilado uma lição essencial da estratégia gramsciana: “o objetivo das forças populares é a conquista da hegemonia, no curso de uma difícil e prolongada guerra de posições” (p.218).

Nesse processo, os intelectuais têm um papel decisivo e estratégico dentro do partido político. Só que o intelectual gramsciano não é somente aquele que no sentido clássico do termo, possui um elevado nível de conhecimento ou exerce a atividade intelectual tradicional, como o clero, por exemplo. Intelectual é também aquele que assume a função organizadora e militante, é o responsável pela doutrinação das massas, pela construção de consensos (GRAMSCI, 2007, p. 89-92). Nesse sentido Gramsci, apud Gruppi conclui que:

Um grupo social pode e deve ser dirigente, antes mesmo de ser dominante, significando dizer que: antes de ter o poder governativo, um grupo social pode conquistar a “direção” ideológica e cultural, na sociedade como um todo. (apud GRUPPI, 1978, p. 79).

Assim, a guerra de posição tem como elemento central a questão da *hegemonia*, no que se refere à formação de alianças e à construção de novos consensos. Ou, conforme as palavras de Coutinho (1999) “a compreensão da necessidade de ‘fazer política’, leva Gramsci a perceber a importância central da política de alianças” (p. 64).

²¹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontro e Congressos 1979 - 1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 505-512.

Esses consensos construídos pelos intelectuais devem levar em conta a concepção gramsciana de *bloco histórico*, no qual os partidos políticos estão inseridos no contexto da sociedade civil. Gramsci, (apud Gruppi 1978), observa que esta se apresenta como um complexo conjunto de organismos que constituem a hegemonia do grupo social dominante. Enquanto aspectos constitutivos da formação social, os elementos da superestrutura têm papel importante tanto quanto os da infra-estrutura.

Para Gramsci, (apud Gruppi 1978) há uma interpenetração entre elementos da economia com os da política, filosofia e cultura. Assim, economia e política formam um conjunto, um bloco que assimila as forças e tensões internas da infra-estrutura e superestrutura. Por conseguinte, o intelectual atua como representante do bloco hegemônico, na interação entre os aspectos superestruturais e os infra-estruturais. Na *sociedade civil* gramsciana, a *ideologia*²² aparece como concepção de mundo, que se estabelece em todas as manifestações da vida individual e coletiva. A hegemonia dá, pois, sustentação ao *bloco histórico* como totalidade, na medida em que realiza a unidade de forças sociais e políticas diferentes, ou seja, promove consensos.

Essa elaboração teórico-conceitual está permeada pela premissa gramsciana que considerou a fórmula marxista revolucionária de guerra de movimento como superada no Ocidente. Assim sendo, a luta a ser travada na *guerra de posição* é no plano das idéias, na difusão de uma nova cultura que permita também a direção ideológica, afastando-se do economicismo estrutural, próprio do marxismo ortodoxo. A luta pela hegemonia e a conquista do poder vai além do Estado. O espaço estratégico na guerra de posição se dá nas instâncias organizadas da Sociedade Civil que, na visão gramsciana, compreende o conjunto das relações políticas, sociais, ideológicas, culturais, religiosas, e intelectual (COUTINHO, 1999).

²² Segundo Portelli (1977), a Ideologia pode ser considerada sob três aspectos: como ideologia da classe dirigente, ela abrange todos os ramos da arte, da ciência, incluindo a economia e o direito; como concepção de mundo, difundida em todas as camadas sociais vinculadas à classe dirigente, ela se adapta a todos os grupos; advindo daí seus diferentes graus qualitativos: filosofia, religião, senso comum, folclore; como direção ideológica da sociedade, articula-se como ideologia propriamente dita, nas organizações que a criam e a difundem, como: o sistema escolar, movimentos de massa, mídia, bibliotecas, partidos, intelectuais etc.

A conquista do poder consiste então, na elaboração de um novo conjunto de idéias que neutralize a desinformação e a ideologia dominante, construa um novo senso comum, novas alianças políticas, que estabeleçam as condições objetivas e subjetivas necessárias para interferir na sociedade política e construir um novo modelo de organização. Inspirado na obra de Maquiavel, Gramsci (2007, p. 222) atribui essa função de “equilibrador de interesses, aos intelectuais e ao partido político, denominado como o Moderno Príncipe”.

Observa-se que as constatações elaboradas no I Congresso, impostas tanto pela lógica interna do jogo político, quanto pela crise das esquerdas, observa-se uma atenuação na fala oficial do partido. Dessa forma, a experiência acumulada em sua primeira década, levou o Partido dos Trabalhadores a reformular alguns conceitos, antes explícitos, agora mais atenuados.

O desafio de reconstituição da utopia socialista, nós o assumimos não apenas como reelaboração teórica de um sonho futuro, mas principalmente como um novo modo de fazer e viver a política, uma nova práxis partidária e social, que incorpore, de fato, os valores libertários e socialistas. Não basta negar o modelo de socialismo real como tentativa de realização estatal da utopia. É preciso [...] extirpar de nossas práticas partidárias e sociais as manifestações autoritárias que, no discurso, condenamos.²³

Observa-se ainda que o partido coloca-se a responsabilidade de enfrentar o processo de definições políticas e teóricas, com um projeto alternativo para os problemas econômicos e sociais do Brasil, superando o dogmatismo das verdades pré-estabelecidas.

1.5 Polêmicas do Debate

Abordar as escolhas políticas para a reorganização da sociedade e do Estado significa, na prática, discutir as ambigüidades em relação ao caminho a ser percorrido e continuar um debate que parece não estar superado. Essas ambigüidades estão insistentemente entranhadas no pensamento das principais correntes de esquerda. A polêmica deste debate gira em torno da opção entre,

²³ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontro e Congressos 1979 - 1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 497.

reformular o sistema capitalista para propiciar melhores condições sociais, ou superá-lo pela revolução socialista, combatendo e destruindo as instituições e/ou seus sustentáculos.

Por volta de meados do século XIX, na Europa, era corrente a idéia do princípio democrático de direitos na esfera política. No entanto, esses direitos políticos eram meramente formais, acompanhados de coerção e desigualdades sociais. A escolha passou a ser então, entre ação direta ou ação política, “um confronto direto entre o mundo dos trabalhadores e o mundo do capital, ou a luta via instituições políticas”. (PRZEWORSKI 1989, p. 19)

A escolha pela via institucional levou Przeworski, (1989, p. 20) a afirmar que “a participação eleitoral modificara o socialismo, transformando-o de uma nova teoria da sociedade e do mundo, em um reles programa de um partido meramente parlamentarista”. Por esta visão o entusiasmo do proletariado e o ideal da revolução socialista degenerariam em reformas.

Na prática a questão era decidir se os partidos socialistas deviam fazer uso da via institucional para alcançar o poder através do sufrágio. “Nessas condições os socialistas entraram na política eleitoral visando apenas a usá-la para fins de propaganda e prometeram não participar de nenhuma aliança com outros partidos”. (PRZEWORSKI, 1989, p. 22). Outros segmentos da esquerda defendiam a idéia de que qualquer partido que pretendesse mobilizar os trabalhadores deveria tirar proveito dessa oportunidade.

Esse mesmo debate foi travado no interior do Partido Social Democrata Alemão (SPD), no início do século XX, cujos principais protagonistas eram Rosa Luxemburgo, defensora do processo revolucionário, e Eduard Bernstein, defensor do revisionismo. Nessa época, o SPD já ocupava uma posição central no movimento socialista de então. Fundado em 1875 sob a autoridade política, teórica e moral de Engels, o SPD fora colocado na ilegalidade três anos depois. Apesar disso, crescera rapidamente e, quando pôde voltar à vida legal, em 1890, já representava uma força significativa na sociedade alemã. Controlava

um movimento sindical poderoso, tinha os melhores teóricos e formou uma bancada parlamentar grande e crescente, obtendo a maioria das cadeiras em diversas províncias, tornando-se o grande partido da Segunda Internacional (LUXEMBURGO apud BENJAMIM, 2005).

Tal debate é travado intensamente a partir da publicação de uma série de artigos no jornal *Neue Zeit* (Novo Tempo), revista teórica do SPD, em que Bernstein refutava explicitamente as premissas básicas do marxismo, afirmando que a revolução era desnecessária, pois se poderia chegar ao socialismo através de reformas graduais do capitalismo, como a multiplicação das cooperativas de produção e consumo, o aumento do poder sindical e a ampliação da democracia parlamentar. O SPD dizia Bernstein, “devia deixar de ser o partido da revolução social, tornando-se o partido da reforma social.” (LUXEMBURGO, apud BENJAMIM, 2005, p. 9).

Ressalta-se que a visão de Bernstein dará origem à Social Democracia tendo a reforma social como simples meio na luta de classe e a democracia como um fim. Seus argumentos foram justificados pela conjuntura que apresentava um prolongado período de paz e prosperidade, no qual se acreditava que o capitalismo organizado seria capaz de evitar crises e conflitos. Paralelamente, as bancadas do SPD e a organização sindical não cessavam de crescer.

Tal conjuntura era de adaptação do SPD à ordem institucional. Consoante Luxemburgo,

[...] junto com esse crescimento, desenvolviam-se desde o século XIX, os sintomas de crescente integração do SPD à ordem capitalista. As coalizões eleitorais exigiam cada vez mais concessões programáticas, a burocracia sindical centrava sua preocupação em aumentos salariais e melhoras nas condições de trabalho. Os trabalhos de Bernstein ofereceram a base doutrinária que legitimava essas tendências. O prognóstico era claro: o capitalismo se tornava, cada vez mais, um sistema organizado, capaz de banir conflitos e crises. (LUXEMBURGO, apud BENJAMIM, 2005, p.9).

O realismo político do capitalismo organizado, porém, não evitou as crises, conforme acreditava a maioria dos membros do SPD. A desagregação

ideológica, a integração à ordem capitalista e a iminência da guerra levaram a bancada do SPD a aprovar recursos, pelo Estado alemão, para financiar a deflagração da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), alegando como motivo “uma resposta aos anseios patrióticos do eleitorado”. Só a partir de então, a maioria dos revolucionários alemães, que havia permanecido no SPD, deu-se conta da profundidade da crise política e ideológica em que mergulhara o partido. (LUXEMBURGO, apud BENJAMIM, 2005).

Entretanto, ainda em 1900, Rosa Luxemburgo publicara “Reforma ou Revolução?” em que defende as reformas sociais como meio e a revolução social como fim, para travar a luta de classe proletária no sentido de conquistar o poder político e suprimir as várias formas de exploração do assalariado. Nessa obra, a autora criticou o ponto de vista de Bernstein, alegando que:

[...] a corrente oportunista do Partido, cuja teoria foi formulada por Bernstein, nada mais é do que uma tentativa inconseqüente de garantir o predomínio dos elementos pequeno-burgueses aderentes ao Partido, e de transformar a seu talante a política e os fins do Partido (LUXEMBURGO, 2005, p. 19).

Essa condição dada pela própria dinâmica da conjuntura foi imposta aos partidos socialistas europeus no século XX e, no início do século XXI, colocou-se para o PT. No entanto, há semelhanças e diferenças entre o SPD e o PT. O SPD nasce revolucionário e aos poucos vai acomodando-se na ordem institucional, tornado-se reformista. O PT nasceu no processo de redemocratização, constituiu-se institucionalmente, defendeu o aperfeiçoamento da democracia, criticou o regime militar, mas não assumiu a via revolucionária. Apesar disso, ambos viram-se diante de uma escolha: voltar-se para as questões sociais e não ser competitivo eleitoralmente, ou conduzir o partido pela via pragmática, e o êxito eleitoral. Nesse sentido, afirma Przeworski, (1989, p. 47), “a decisão de participar de eleições alterou, a própria lógica do problema da transformação revolucionária”.

Apesar das semelhanças, a análise dessas controvérsias em relação ao deslocamento dos partidos socialistas no início século XX não tem como

premissa afirmar que esse é um processo inevitável. Apenas demonstra como a inserção institucional deslocou aqueles partidos ao centro.

1.6 Pressupostos Teóricos Para Análise de Discurso

Recorremos a Pierre Bourdieu (2000), como referência, para compreender os aspectos cognitivos e implícitos do discurso do Partido dos Trabalhadores, no que se refere à conformação do campo político. Esse autor compara a política com a economia, na qual os eleitores atuam como consumidores desse mercado. Conforme suas palavras, “toda a análise da luta política deve ter como fundamento as determinantes econômicas e sociais da divisão do trabalho político” (BOURDIEU, 2000, p. 164). Isso porque não se deve naturalizar os mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação entre os agentes politicamente ativos e aqueles politicamente passivos.

No final dos anos 1970, os grupos constitutivos do PT, transferiram para o campo político, institucional, as lutas dos diversos movimentos sociais organizados, da esquerda brasileira. Conforme Bourdieu (2000), “o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se encontram envolvidos, produtos políticos, programas, análises, conceitos, e acontecimentos” (p. 164), a serem consumidos por cidadãos comuns que devem escolher, com maiores probabilidades de mal entendido quanto mais afastado estão do lugar de produção.

Assim, o campo político expressa, ao mesmo tempo, a estrutura, o estado das forças políticas que propiciam explicitamente tais idealizações de mundo e, por outro lado, o ambiente de luta em que as forças antagônicas disputam os espaços do campo político, na tentativa de transformar as condições em que as representações estão dadas. Portanto, esse campo distinto sofre pressões econômicas e sociais que se refletem nas relações entre mandantes e mandatários.

Bourdieu (2000) descreve o monopólio dos profissionais que atuam nesse campo, observando que o controle dos assuntos políticos nas mãos de um pequeno grupo “é menos contrariado, quanto mais desapossado de instrumentos materiais e culturais que são necessários à participação ativa na política estão, o tempo livre e o capital cultural” (p. 164). Assim, o controle dos assuntos políticos por uma minoria será menos questionado quanto maior for o nível de privação dos cidadãos a esses instrumentos materiais e culturais.

No início dos anos 1980, o PT, através de seus dirigentes, inseriu-se nesse monopólio, bem como, na complexa estrutura de poder, com suas intrigas e competições em que os produtos oferecidos pelo campo político já estão consolidados, os quais o PT foi aos poucos, adaptando-se. Essa adaptação é parte de uma intenção, que se encarna numa situação, em costumes e em instituições humanas. “A intenção política só se constitui na relação com um estado do jogo político e, mais precisamente, no universo das técnicas de ação e de expressão que ele oferece em dado momento” (BOURDIEU, 2000, p. 165). O estado do jogo político do segundo turno das eleições presidenciais de 1989 e a expressão de forças que esse jogo ofereceu propiciou a sociedade, deparar-se com duas representações de mundo e propostas políticas distintas: De um lado, Fernando Collor de Mello, do Partido da Reconstrução Nacional (PRN),²⁴ e do outro, Luiz Inácio Lula do Silva do PT.

Em seu programa de governo Fernando Collor de Mello, privilegiava a alternativa neoliberal com a abertura indiscriminada da economia, a privatização das estatais e a absoluta liberdade do mercado. Segundo Vieira (2006), esse candidato faz uma proposta de reduzir o papel do Estado e reorganizar a economia através de uma agenda neoliberal, posto que,

²⁴ Em 1985, obteve seu registro eleitoral sob o nome de Partido da Juventude (PJ). Em 1989 recebe o nome de Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Com o impeachment de Collor, o PRN transforma-se em um partido “nanico”, sem representação. Em 1998, muda novamente de nome para Partido Trabalhista Cristão (PTC). Em 2006 elege o estilista e apresentador de TV Clodovil Hernandes Deputado Federal por São Paulo. Sua votação foi a terceira maior do país. Seus votos ajudaram a eleger seu colega de partido, o coronel da Polícia Militar, Paes de Lira, que mesmo com seus pouco mais de seis mil votos, foi eleito Deputado Federal pelo PTC.

[...] o candidato pregava que o Estado não deveria atuar onde a iniciativa privada pudesse ser mais eficiente. Defendia, ainda, que a livre iniciativa tinha papel fundamental no processo da democratização econômica e na redemocratização política brasileira. Collor pregava a austeridade como elemento essencial à estabilidade econômica e à retomada dos investimentos (p. 94).

Ainda segundo essa autora, havia a proposta de redefinição do papel do Estado e alteração na forma de captação dos recursos da Previdência, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e do PIS/PASEP, que deveriam ser geridos com maior eficiência e sem a manipulação do Governo.

Ainda nessa linha de defesa do projeto neoliberal, Claret, apud Vieira (2006) mostra que a proposta de Collor privilegiava a participação da iniciativa privada em setores até então considerados estratégicos, visto que a nova etapa de crescimento econômico exige a definição de um novo padrão de financiamento que incluía a participação do setor privado em áreas até então monopolizadas pelo setor público. Collor defendia ainda, uma relação amigável com o FMI, pois segundo seu programa,

[...] a remoção dos impasses da dívida, o estancamento do déficit do setor público e a adoção de regras claras e estáveis na economia são apenas pré-condições para pagarmos de uma vez por todas a dívida contraída com a cidadania responsável pela marginalização econômica e social de quase dois terços da população brasileira. (CLARET apud Vieira, 1989, p. 104-105).

No que se refere ao candidato do PT, ressalta-se que as forças políticas da esquerda, formadas por outros partidos²⁵ e movimentos sociais diversos, apoiavam a *Frente Brasil Popular*. As diretrizes do Programa de Governo do PT estavam alicerçadas sob temas como a democratização do Estado, um novo modelo de desenvolvimento econômico e reforma agrária, entre outros.

[...] Para sair da atual crise, o governo democrático-popular tem que desprivatizar, fazer exatamente o contrário do que os setores de direita estão propondo. Enquanto eles falam em privatizar empresas estatais [...] nosso governo vai fazer coisa bem diferente: VAMOS É DESPRIVATIZAR O ESTADO ²⁶ (grifos do autor).

²⁵ PC do B, PSB.

²⁶ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979- 2002**. Base do Plano de Governo, síntese popular, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 08.

É importante frisar que o contexto político de 1989 oscilava entre a euforia política e a incerteza econômica. Era a primeira eleição direta para presidente em 29 anos. Mais do que uma polarização ideológica entre esquerda e direita, que o eleitorado buscava, por conseguinte, era a solução dos problemas econômicos não resolvidos pelos diversos planos de estabilização apresentados pelos governos na década de 1980.

Segundo Bourdieu (2000, p.164), “o que faz com que a vida política possa ser descrita na lógica da oferta e da procura é a desigual distribuição dos instrumentos de produção de uma representação do mundo social explicitamente formulado”. Diante das ofertas colocadas na dialética do jogo político, o cidadão é convidado a expressar sua opinião política como forma de legitimá-las, isto porque a opinião é a manifestação de uma intenção política subjetiva; quando esta se torna objetiva, legitima uma idéia colocada pelos profissionais do campo político. Assim, na conjuntura política de 1989, a força do poder econômico, da mídia e dos setores mais conservadores da sociedade, cientes ou não, decidiram pelo projeto político neoliberal de Collor.

No campo partidário, essas eleições ocorreram em um contexto que sofrera profundas transformações. A reforma política propiciara o surgimento de novos cenários e novos grupos políticos, alterando a correlação de forças no quadro da disputa presidencial, provocando mudanças que exerceram forte influência sobre a trajetória do Partido dos Trabalhadores.

No contexto internacional, por seu turno, o fim do século foi marcado pela desagregação dos países socialistas, deixando perplexos os simpatizantes das utopias libertárias em todo o mundo. A esquerda brasileira, inclusive o PT, viu-se diante de uma situação inusitada que abalou dogmas e verdades até então incontestes (SILVA, 1998). As concepções políticas, ideológicas e teorias explicativas dos processos históricos tiveram que ser repensadas. A bipolaridade da Guerra Fria, que marcou as relações internacionais na segunda metade do século XX, também chegava ao fim com a queda do simbólico Muro

de Berlim e logo depois com a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1989/1992).

A crise do "campo socialista" foi interpretada pelos seus opositores não só como "vitória do capitalismo", mas também como "o fim da história". Essas circunstâncias reanimaram premissas inerentes à longa duração do capitalismo, enfatizando conceitos complementares à dominância neoliberal, como globalização e/ou mundialização lastreados por inovações científicas e tecnológicas, que favoreceram a livre circulação de capitais.

Esses acontecimentos desencadearam uma crise para os partidos de esquerda. Condicionado pelas próprias circunstâncias do jogo político, e aceitando as regras desse jogo, o PT foi aos poucos se transformando, inserindo-se no conceito de *habitus*, que constitui uma das noções fundamentais da teoria sociológica de Pierre Bourdieu (2000).

O processo de construção do *habitus*²⁷, princípio de correspondência entre as práticas individuais e as condições sociais de existência surge, segundo esse autor, da necessidade empírica de perceber as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes, suas estruturas, e condicionamentos sociais. Os agentes apreendem os objetos ofertados simbolicamente através dos esquemas de percepção e de apreciação. Por isso, o autor esclarece que cada agente confere sentidos e significados distintos a suas práticas, como por exemplo, praticar a mesma atividade política, não significa que o *habitus* seja gerador de certas tendências imutáveis.

A noção de *habitus* tem, ainda, a função de efetivar a ligação entre as condições objetivas e os esquemas mentais. Ele representa a sociedade incorporada no indivíduo, isto é, os princípios específicos de cada campo re-elaborados constantemente na estrutura mental de seus agentes, através de um

²⁷ As raízes do *habitus* encontram-se na noção aristotélica de *hexis*, elaborada na sua doutrina sobre a virtude, significando um estado adquirido e firmemente estabelecido do caráter moral que orienta os sentimentos e desejos numa situação e, como tal, a conduta dos indivíduos na sociedade.

processo contínuo de socialização do indivíduo e as suas experiências. A incorporação de um habitus adaptado ao campo político significa fazer o que é apropriado àquele campo, mesmo sem um cálculo racional. (BOURDIEU 2000)

Entretanto, esse autor assinala que o acesso ao campo político não se dá de maneira natural, isto é, não se torna mandatário, simplesmente por características inatas, mas pelo domínio de certa linguagem e o uso da retórica, própria o habitus do político que “supõe uma preparação especial como a do tribuno, indispensável nas relações com os profanos, ou a do debater, necessária nas relações entre os profissionais” (BOURDIEU 2000, 169-170). Assim, os “aspirantes a mandatários” submetem-se aos ritos próprios de passagem, que segundo o autor, tendem a assimilar o domínio prático da lógica que emana desse campo, e a impor uma submissão de fato aos valores e às hierarquias, como os regimentos e estatutos, inerentes ao mesmo. Ou, ainda, submetem-se a forma específica e às normas no interior de cada partido.

Os partidos devem segundo esse autor, elaborar e impor uma representação de mundo, um discurso capaz de obter a adesão do maior número possível de cidadãos, e, por outro, ocupar postos chave da máquina pública, capazes de assegurar o poder, pois, para Bourdieu (2000, p. 172), “nada há que seja exigido de modo mais absoluto pelo jogo político do que esta adesão fundamental ao próprio jogo”. Isto significa que, para compreender uma tomada de posição política, é importante conhecer esse universo.

Nos documentos oficiais do Partido dos Trabalhadores, como as Resoluções dos Encontros Nacionais, principalmente naqueles produzidos na primeira década de sua formação, há certa ambigüidade quanto à adesão do PT ao jogo político institucional, oscilando entre aceitá-lo ou reformá-lo.

Entretanto, observa-se que o comportamento relativamente ambíguo apresentado em suas origens, foi substituído pela adesão fundamental ao jogo político na conjuntura de 2002, evidenciado por meio da Carta ao povo brasileiro divulgada em junho daquele ano, na qual Luiz Inácio Lula da Silva pede um

crédito de confiança à sociedade brasileira e se compromete com as regras do jogo democrático vigente, eliminando possíveis rumores quanto a rompimentos de contratos apresentados pelo partido no início de sua trajetória. Conforme as palavras de Lula:

*As mudanças que forem necessárias serão feitas democraticamente, dentro dos marcos institucionais. Vamos ordenar as contas públicas e mantê-las sob controle. Mas, acima de tudo, vamos fazer um compromisso pela produção, pelo emprego e por justiça social. O que nos move é a certeza de que o Brasil é bem maior que todas as crises. O país não suporta mais conviver com a idéia de uma terceira década perdida. O Brasil precisa navegar no mar aberto do desenvolvimento econômico e social. *É com essa convicção que chamo todos os que querem o bem do Brasil a se unir em torno de um programa de mudanças corajosas e responsáveis* ²⁸ (grifo nosso).*

A estratégia pragmática do partido, tanto na habilidade do discurso quanto na composição de alianças, pode ser considerada fundamental para consolidar a vitória do PT nas eleições presidenciais de 2002.

Por outro lado, a trajetória do PT foi marcada por representações simbólicas. Conforme Falcon, apud Makowiecky (2003), essas representações são frequentemente expressadas através de signos, sinais, emblema e alegorias de alguma coisa distinta e que os explica. Para Bordieu, apud Pesavento (1995), as representações mentais envolvem atos de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento e constituem um campo no qual os agentes sociais investem seus interesses e sua bagagem cultural. Esse autor se reporta mais às estratégias de poder, dizendo que as representações, expressas em símbolos ou atos, são produtos de estratégias e interesses de grupos sociais organizados.

Ou seja, no domínio da representação, as coisas ditas, pensadas e expressas têm outro sentido além daquele manifesto. Enquanto representação do real, o imaginário é sempre referência a um outro ausente. O imaginário enuncia, se reporta e evoca outra coisa não explícita e não presente. Este processo, portanto, envolve a relação que se estabelece entre significantes – imagens, palavras – com os seus significados – representações, significações [...], processo este que envolve uma dimensão simbólica (p. 15),

²⁸ Partido dos Trabalhadores. **Resoluções de Encontros e Congressos e Programas de Governo 1979-2002. São Paulo:** Fundação Perseu Abramo, 2005. Carta ao Povo Brasileiro p.04.

Essa relação entre significantes e significados que expressam outro sentido além daquele manifesto, pode ter como exemplo um dos símbolos mais representativos da esquerda mundial, que é a foice e o martelo, inseridos nas bandeiras comunistas pelo mundo. Ferramentas de trabalho, transportado para a cadeia de simbolização, formulavam a idéia de que o Estado Soviético e os comunistas consumavam a aliança entre os trabalhadores do campo e da cidade. Enquanto representação real, esse processo imaginário ou simbólico se expressa na trajetória do PT através de dois signos representados pela bandeira e a estrela vermelha.

Segundo a versão do jornalista Julio de Grammont ambas nasceram em 1980. Grammont (1996) relata que os militantes petistas sentiram falta de um símbolo. Alguém sugeriu a foice e o martelo – símbolos do comunismo que figuravam na bandeira da União Soviética –, mas Grammont propôs uma estrela, inicialmente rejeitada, que só foi aceita depois de explicar que essa era o símbolo da juventude comunista da Albânia. Explicando porque a mesma teria cinco pontas Grammont responde: “se tivesse três lembraria a marca da Mercedes-Benz. Se tivesse quatro lembraria os brinquedos da Estrela. Se tivesse seis lembraria os judeus. Com cinco, lembra Lampião, Che Guevara, juventude²⁹”.

Para compreender as representações simbólicas instituídas pelo PT é importante elencar outros pressupostos teóricos da análise de discurso. Em *Marxismo e filosofia da linguagem*³⁰, Bakhtin (1988) desenvolveu uma teoria não ortodoxa, em que o tema mais recorrente é a natureza ideológica do signo lingüístico, o dinamismo próprio de suas significações, o signo como arena da luta de classes, as relações entre linguagem e sociedade, enquanto efeito das estruturas sociais.

Para Bakhtin (1988), tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um

²⁹ Artigo publicado no boletim Linha Direta nº. 258, em março de 1996. A versão de Grammont sobre a criação da bandeira e da estrela do PT. Portal da Fundação Perseu Abramo.

³⁰ Publicado na Rússia em 1929, com a assinatura de V. N. Volochínov, aluno e admirador de Bakhtin.

signo, e sem esses, não existe ideologia. Nesse sentido, o signo é a unidade lingüística que corresponde a uma representação, uma imagem, associada a um conceito. Esses símbolos estão inseridos na realidade social, portanto são passíveis de um estudo metodologicamente objetivo, pois segundo esse autor, todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como movimento do corpo ou como outra coisa qualquer.

Para se compreender os signos, o autor ressalta que é indispensável observar as seguintes regras metodológicas:

1. Não separar a ideologia da realidade material do signo (colocando-a no campo da “consciência” ou em qualquer outra esfera fugidia e indefinível);
2. Não dissociar o signo das formas concretas da comunicação social (entendendo-se que o signo faz parte de um sistema de comunicação social organizada e que não tem existência fora deste sistema, a não ser como objeto físico);
3. Não dissociar a comunicação e suas formas, de sua base material (infra-estrutura) (BAKHTIN, 1988, p. 44).

Apreende-se a partir do exposto, que o conceito de ideologia é fundamental para a compreensão da linguagem semiótica. Entretanto a palavra “ideologia” adquiriu usos e conceitos variados, que exigem alguma definição.

Chauí (1999) relata que, com Augusto Conte³¹, o termo ideologia passa a ter dois significados: por um lado, é uma atividade filosófico-científica que estuda a formação das idéias a partir da observação e, por outro, passa a significar também o conjunto de idéias de uma época.

Para Chauí (1999) a ideologia não é sinônimo de subjetividade oposto à objetividade; não é pré-conceito nem pré-noção, mas um “*fato*” social, justamente porque é produzida pelas relações sociais, possuindo razões

³¹ A autora apresenta o pensamento conteano no qual o espírito passa por três fases sucessivas: “a fase fetichista ou teológica, na qual os homens exprimem a realidade através das ações divinas; a fase metafísica, na qual se explica a realidade por meio de princípios abstratos; e a fase positiva ou científica, na qual os homens observam efetivamente a realidade e elaboram uma ciência da sociedade”. Essa última serve de fundamento positivo ou científico para as ações morais e políticas considerada por Conte como a etapa final do progresso humano. (CHAUI 1999. p 25).

determinadas para surgir e se conservar, não sendo um amontoado de idéias falsas que prejudicam a ciência, mas certa maneira de produção das idéias pela sociedade e pelas formas históricas determinadas nas relações sociais.

Marx, apud Chauí (1999) não separa a produção das idéias e as condições sociais e históricas nas quais são produzidas. O que interessava à Marx, não era a história da natureza ou da ciência natural, mas a história dos homens, pois, quase toda ideologia se reduz ou a uma concepção distorcida desta história ou a uma abstração completa dela.

Isso não significa que os homens representem nessas idéias a realidade de suas condições materiais, mas, ao contrário, representam o modo como essa realidade lhes aparece na experiência imediata. Por esse motivo, as idéias tendem a ser uma representação invertida do processo real, colocando como origem ou como causa aquilo que é efeito ou consequência e vice-versa. Segundo Chauí (1999) a divisão social do trabalho torna-se completa quando o trabalho material e o espiritual se separam.

Assim, nasce a ideologia, isto é, o sistema ordenado de idéias ou representações das normas como algo separado e independente das condições materiais, visto que seus produtores – os teóricos, os ideólogos ou intelectuais – não estão diretamente vinculados à produção materiais das condições de existência³².

³² Chauí (1999) mostra que o termo aparece pela primeira vez em 1801, na França. Tratava-se de elaborar uma ciência da gênese das idéias, tratando-as como fenômenos naturais. Esses ideólogos franceses buscavam “elaborar uma teoria sobre as faculdades sensíveis, responsáveis pela formação de todas as nossas idéias como: querer (vontade), julgar (razão), sentir (percepção) e recordar (memória)” (p. 22/24). Menciona que o sentido pejorativo de ideologia se dá com uma declaração de Napoleão num discurso ao Conselho de Estado em 1812. Com isso, Bonaparte invertia a imagem que os ideólogos tinham de si mesmos: eles, que se consideravam materialistas realistas e antimetafísicos, foram chamados de “tenebrosos metafísicos”, ignorantes do realismo político. Mais tarde, Marx conservará o significado napoleônico do termo para se referir aos ideólogos alemães. O ideólogo é então “aquele que inverte as relações entre as idéias e o real”.

Já Eagleton (1997) registra em seu livro alguns usos mais comuns para “Ideologia”, tais como:

a) Processo de produção de significados, signos e valores da vida social; b) Um corpo de idéias característico de um determinado grupo ou classe social; c) Idéias que ajudam a legitimar um poder político dominante; d) Idéias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante; e) comunicação sistematicamente distorcida, f) formas de pensamento motivadas por interesses sociais; g) a conjuntura do discurso e do poder; h) Confusão entre realidade lingüística e realidade fenomenal; i) Oclusão semiótica; j) O meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social (p.15).

Retomando os conceitos de Bakhtin (1988), observa-se, que não se deve separar a ideologia, enquanto sistema de idéias que busca legitimar interesses de determinados grupos sociais em disputa, da conjuntura econômica e social em diferentes épocas. Assim, a unidade lingüística e as representações, só podem ser explicadas a partir do meio, do processo de interação social e de suas relações de produção.

O dinamismo das resignificações ideológicas, surgidas no processo de mudanças econômicas e disseminação do neoliberalismo no Brasil, no início da década de 1990, criaram um novo vocábulo, no qual *reforma*, *cidadania* e *igualdade*³³, entre outros assumiram outro significado. Esses termos resignificados foram incorporados ao senso comum, como forma de convencer os indivíduos da necessidade de defender a supremacia do mercado sobre o Estado.

³³ De acordo com Rodrigues & Ferreira (2000), no modelo econômico neoliberal a palavra **reforma** que antes designava transformações sociais dirigidas à diminuição dos privilégios e desigualdade sociais, passa a designar o oposto, ou seja, mudanças nas instituições. A **cidadania** perde o sentido de participação coletiva e ativa na vida do Estado, para ser resignificada enquanto valor individual, onde o cidadão transforma-se no empreendedor, aquele que pode conquistar por seu próprio mérito o direito de consumir inúmeras mercadorias, inclusive a educação. A noção de **igualdade** perde o sentido de um conjunto inalienável de direitos sociais e do bom funcionamento das instituições públicas nas quais tais direitos se materializam, para se tornar um sistema político que permite aos indivíduos desenvolver sua inesgotável capacidade de livre escolha na única esfera que garante e potencializa a referida capacidade individual: o mercado. Assim, de acordo com os pressupostos neoliberais a igualdade é separada da democracia, pois não é a sociedade democrática que garante a igualdade, mas as leis do mercado.

Ressalta-se que para Bakhtin (1988) a palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais. Essa penetra nas relações entre os indivíduos, nas relações de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana e nas relações de caráter político. As palavras “são entrelaçadas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É, portanto claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais” (p. 41).

Fiorin (2002) considera a enunciação como o primeiro sentido da atividade discursiva. Assim entende o discurso como o enunciado oral ou escrito, cujas expressões formalizam a maneira de pensar ou agir, de acordo com as circunstâncias de determinado meio social.

É importante comentar, ainda, que discurso é, no sentido de Wittgenstein (1994), o uso que fazemos da língua, em determinado contexto. No momento em que esta é usada como intenção, a língua passa a ser pensada como discurso; e discurso, nesse sentido, é estratégia ou meio de se atingir determinado fim.

Inscrevendo-se em um quadro que articula o lingüístico com o social, Brandão (2002), observa que a Análise de Discurso vê seu campo estender-se para outras áreas do conhecimento. A multiplicidade de sentidos de uma palavra ou locução de que se investe o termo discurso, nos mais diferentes esforços analíticos, fazem com que a análise de discurso se mova num terreno mais ou menos fluído. Conforme essa autora, “a análise de discurso busca, dessa forma, definir o seu campo de atuação, procurando analisar inicialmente *corpus* tipologicamente mais marcados – sobretudo, discursos políticos de esquerda – e textos impressos” (p. 17).

Nesse sentido, o capítulo seguinte faz uma releitura do PT, mostrado como os fatores endógenos – concepções ideológicas e políticas, – e os exógenos – conjuntura política e econômica –, interferiram na sua trajetória. Utiliza como

fonte principal as Resoluções de Encontros e Congressos ocorridos desde o início dos 1980 até o I Congresso Nacional em 1999, além de outros documentos oficiais e estudos já publicados sobre o mesmo, para demonstrar a mudança da crítica anti-sistêmica para sistêmica.

2 DA CRÍTICA ANTI-SISTÊMICA AO PRAGMATISMO

Este capítulo apresenta a crítica anti-sistêmica do Partido dos Trabalhadores no início da década de 1980 e as mudanças para uma postura mais realista e pragmática a partir da década de 1990. Conforme Gadotti & Pereira (1989), no início dos anos 1980, os dirigentes do PT oscilavam entre a organização dos movimentos sociais e a atuação parlamentar. Em 1981, surge a primeira discussão oficial do Partido dos Trabalhadores sobre sua participação nas eleições. Trechos do documento oficial, retirados de Gadotti & Pereira (1989, p. 228) demonstram a lógica de adesão ao jogo político eleitoral e parlamentar adotado pelos dirigentes petistas, a saber:

1. A prioridade fundamental do partido não é a luta parlamentar, e sim a organização dos trabalhadores a partir de suas lutas nas fábricas, fazendas, bairros, ruas e empresas. [...] 2. A ação do parlamentar petista se dá em função das lutas travadas fora do parlamento, e não o contrário. 3. O parlamentar do PT defenderá proposta definida pelo coletivo partidário, e não as que resultem unicamente de suas posições pessoais.

Keck (1991, p. 148) salienta que “a decisão de apresentar candidatos em todos os níveis nas eleições de 1982 foi alimentada pela confiança que o partido conquistou no difícil processo de sua legalização”. A conjuntura desse período era caracterizada pelo crescimento dos movimentos populares e pelos efeitos da crise econômica. Novos partidos disputavam a preferência dos eleitores nos estados e municípios na primeira eleição direta do período militar³⁴. Apesar dos avanços obtidos com a reforma partidária³⁵, as eleições ocorreram sob a tutela militar que ainda se apoiava em instrumentos arbitrários remanescentes dos Atos Institucionais e da lei de Segurança Nacional.

³⁴ Conforme dados do TSE, foram votados os cargos de Senador, Governador, Deputado Federal, Deputado Estadual, vereadores e prefeitos.

³⁵ Complementando o processo de abertura e legitimação institucional, o Regime Militar reformulou o sistema partidário com a aprovação da Lei nº. 6.767/79 que extinguiu a ARENA e o MDB, restabelecendo o pluripartidarismo, “com a clara intenção de cindir as forças oposicionistas e preservar o núcleo da desgastada Arena, que dava sustentação ao regime Militar” (MENEGUELO 1989, p. 25). Conforme Carvalho (2004), nesse processo surgiria seis novos partidos. A ARENA transformou-se em PDS; o MDB acrescentou a letra P e virou PMDB; os trabalhistas dividiram-se em PTB e PDT; os moderados do MDB fundaram o PP e logo depois se fundiram com o PMDB. Por fim, confluência de forças políticas da sociedade civil organizada, do sindicalismo e intelectuais de esquerda formou o PT.

Ao ocupar espaços no parlamento³⁶, a questão que se colocava para o partido era como articular a difícil relação entre convicções ideológicas e pragmatismo político, necessários ao exercício do poder. Naquela conjuntura, Gadotti & Pereira (1989:297) relatam que,

[...] as bases partidárias vêm exigir de seus parlamentares a máxima clareza em relação a favor de quem e contra quem o parlamentar petista exerce seu mandato. [...] O Parlamento não se constitui para o PT o eixo central da luta pelo socialismo, mas apenas uma das formas de luta. Contudo, o PT não é antiparlamentarista, pelo menos majoritariamente. Pelo contrário, desde suas origens tem se utilizado desta instituição burguesa para denunciar as manobras, a prepotência, o cinismo, os casuísmos e o caráter legitimador das práticas autoritárias do governo.

Essa visão do PT quanto ao processo de redemocratização e o caráter estratégico do parlamento levou seus parlamentares a adotar posições deslegitimadoras do mesmo. Esse comportamento possui as características definidas por Sartori (1982), como partido anti-sistema, na medida em que colocava a legenda contra o sistema político institucional no qual se inseriu. Esse conceito sartoriano e as práticas políticas do PT consideradas anti-sistêmicas é o que se expõe a seguir.

2.1 Definição de Partido Anti-Sistema

Algumas decisões adotadas pelo PT no início da década de 1980 podem ser caracterizadas como anti-sistêmicas. Com o objetivo de identificá-las, foram selecionados documentos oficiais do partido dos quais foram retirados os casos mais expressivos. Entretanto, antes é necessário explicar a definição de “anti-sistêmico” aqui utilizado, considerando-se as reflexões de Sartori³⁷ (1982). Nesse sentido, segue-se uma breve exposição dos parâmetros teóricos sob a perspectiva sartoriana para, em seguida, deter-se à apresentação da crítica anti-sistêmica.

³⁶ Em 1982 o PT elegeu 12 Deputados Estaduais e 2 Deputados Federais.

³⁷ A primeira edição da obra Partidos e Sistemas Partidários foi publicada em 1976. A edição aqui utilizada foi publicada no Brasil em 1982 num momento em que o sistema partidário brasileiro estava em processo de transição, saindo de um sistema de dois partidos, cada um com suas facções intrapartidárias, para um sistema pluripartidário.

Sartori (1982) mostra que, a primeira característica do pluralismo polarizado é a presença de partidos anti-sistema relevantes. A relevância de um partido não está relacionada apenas à distribuição relativa do poder, “mas também e especialmente de seu valor de posição, isto é, de seu posicionamento ao longo da dimensão esquerda-direita” (p. 145). Esse autor analisa assim, a tipologia dos sistemas partidários observando a tática de competição e de oposições relacionada ao número de partidos que podem ser considerados relevantes. A questão é, então, saber quais partidos são relevantes.

O autor ressalta que a eficácia de um partido é determinada pela sua força eleitoral. Sartori (1982, p.146) argumenta que “esses votos são traduzidos em cadeiras, e isso nos leva à força do partido no parlamento”. É o que o autor denomina de “força das cadeiras”, a qual se configura como o mais importante após o término das eleições. A etapa seguinte é transferir a atenção para o partido como instrumento de governo, ou potencial de coalizão³⁸ de cada partido. O autor frisa que o mais importante do multipartidarismo é a proporção em que um partido pode ser necessário para formar uma coalizão, para uma ou mais, das possíveis maiorias governamentais.

No entanto, nem todos os partidos podem ser considerados relevantes. O referido autor explica que, um partido menor pode ser excluído como irrelevante sempre que, no decorrer do tempo, continuar sendo supérfluo, no sentido de não ser integrado em qualquer coalizão majoritária. Desse modo, um partido apresenta relevância dentro do sistema partidário sempre que sua existência “reflete a tática da competição partidária e particularmente quando modifica a direção da competição, determinando sua transferência de centrípeta para a centrífuga, seja para a esquerda, direita, ou em ambas as direções” (p.147).

Sartori (1982) mostra ainda que há pelo menos duas razões para se conceber de maneira ampla o que é anti-sistema:

³⁸ Segundo Santos (2006) o termo presidencialismo de coalizão aparece no Brasil em 1988 em um artigo de Sergio Abranches (1988) no qual, descreve o modelo institucional típico da América do Sul.

[...] as variações no tempo e as variedades de natureza. Essas variações e variedades encontram seu denominador comum num impacto simbólico deslegitimador comuns. [...] Assim sendo, um partido pode ser definido como anti-sistema sempre que enfraquece a legitimidade do regime a que se opõe (p. 158).

Outra característica dos partidos anti-sistema é a diferença entre oposição ideológica e oposição de protesto. Uma definição mais ampla apresentada por Sartori (1982, p. 158) considera o fato de que “um partido anti-sistema não modificaria – se pudesse – o governo, mas sim o próprio sistema de governo”. Isso significa afirmar que, sua oposição não se faz a problemas, mas a princípios. Dessa forma, a essência do conceito é destacada pelo autor observando-se que “uma oposição anti-sistêmica segue um princípio de convicções que não partilha dos valores da ordem dentro do qual opera”. Dentro dessa definição, esses partidos representam uma “ideologia estranha” atuante dentro de um sistema do qual se distanciam ideologicamente.

O mesmo autor observa, ainda, que anti-sistema não é a mesma coisa que, ou equivalente a, “revolucionário”. E, apenas se o partido realmente se dedicasse a atividades revolucionárias e à preparação da revolução, então, deveria ser chamado de revolucionário. Assim sendo, tal partido é certamente anti-sistema, mas a recíproca não é verdadeira, afinal um partido anti-sistema não precisa necessariamente, em nenhum sentido concreto e muito menos na prática, ser revolucionário. Por esse pressuposto, o caráter classista do Partido dos Trabalhadores e a heterogeneidade de suas tendências não devem ser confundidos com revolucionário.

Outro dado importante ao qual Sartori (1982, p. 159) chama a atenção é que “anti-sistema não é a mesma coisa que fora do sistema. Um partido anti-sistema pode operar de dentro ou de fora, pela infiltração discreta ou pela obstrução conspícua do sistema”. Essa obstrução, em geral balizada por certo exagero, está relacionada diretamente à arena parlamentar. O autor a define como potencial de chantagem que encontra seu equivalente, no potencial de veto do partido no parlamento com relação à aprovação das leis.

Essa oposição desempenhada pelos partidos anti-sistema é caracterizada por suas ações não propositivas ou, conforme definição de Sartori (1982, p. 164) “oposição irresponsável”. Pode-se, então interpretar, que, para Sartori (1982), o termo irresponsável refere-se ao fato de que uma minoria não realiza o governo, portanto, essa, não se sente responsável pela realização de possíveis promessas. Por outro lado, uma oposição comporta-se de modo mais responsável se esperar ter de “responder” ou realizar o que prometeu.

Nesse sentido, o partido exerce uma postura anti-propositiva ou uma oposição permanente, rejeitando a identificação com o sistema político no qual está inserido, uma vez que as chances de formar uma coalizão, para compor o governo e ter que honrar tais compromissos, mostram-se extremamente reduzidas. Ou ainda, partidos anti-sistêmicos não se sentem obrigados a apresentar ou aprovar propostas para viabilizar um governo, o qual se opõe por princípio.

Sartori (1982) mostra ainda que aos poucos, a intensidade da atitude anti-sistema tende a arrefecer, o que faz com que o sistema político acabe por absorver o partido anti-sistema. Isto se dá segundo o autor pela “substituição, ou não dos processos anteriores de deslegitimação, pelos processos recíprocos de re-legitimação” (p.169). Para melhor esclarecer esse processo, torna-se necessário elencar algumas observações referentes à relação entre os partidos anti-sistema e os sistemas políticos nacionais que eles procuram deslegitimar.

O mencionado teórico afirma que as agremiações que se enquadram em tal categoria são tipicamente encontradas nos sistemas partidários polarizados extremados, que são aqueles que contam com cinco ou seis³⁹ partidos relevantes, com grande distância ideológica entre si e com oposição bilateral – ou seja, o governo recebe oposição tanto da direita quanto da esquerda do espectro partidário.

³⁹ Sartori (1982) explica que não há nenhuma mágica nos números cinco ou seis. É apenas um artefato operacional. O limite deve na verdade ser flexível.

É relevante frisar que os processos de re-legitimação estão intrinsecamente relacionados à necessidade de sobrevivência das configurações políticas. Sartori (1982, p.166) explica que “um sistema caracterizado por tendências centrífugas, oposição irresponsável e competição desigual dificilmente se torna viável”. A política ideológica pura e simples conduziria à inércia ou a uma seqüência desordenada de atitudes mal sucedidas que terminariam em fracasso. O entendimento do processo de re-legitimação é propiciado pelo autor ao esclarecer que, em longo prazo, os partidos revolucionários perdem seu ímpeto original e se acomodam nos regimes que foram incapazes de derrubar.

Cabe, entretanto, esclarecer que o PT não se apresenta como revolucionário. A re-legitimação ao sistema ocorre no processo de redemocratização, quando o PT re-elabora suas metas iniciais e adota a via parlamentar como caminho para manter sua relevância no sistema político, mostrando-se capaz de realizar coalizões e compor o governo.

Sartori (1982) mostra que a atuação dos atores políticos anti-sistêmicos ocorre em situações extremadas. No caso do Brasil, essa circunstância extrema, colocada para o PT no início da década de 1980 e também para outros partidos de esquerda e instituições da sociedade civil organizada, era forçar o processo de redemocratização e opor-se à política econômica de arrocho salarial do governo militar. Quando esse cenário se altera, ocorre o que o autor denomina de “tese de integração”. Apesar da variação de versões, Sartori (1982, p.166) afirma que “a mais ousada delas é a de que, hoje, os principais partidos comunistas europeus estão integrados positivamente, entendendo-se por isso que são os verdadeiros partidos reformistas”.

2.2 Crítica Anti-Sistêmica

Feitas as devidas explicações teóricas segue-se a apresentação das críticas e atitudes do PT como um partido anti-sistema, no início da década de 1980. Conforme a definição sartoriana, uma das variações da concepção refere-se à

natureza, cujo denominador comum é a rejeição ao sistema político. Vejamos então como essa característica pode ser aplicado ao PT.

2.2.1 Regime Militar e Nova República

Desde o surgimento oficial do partido, no início da década de 1980, as lideranças que o constituíram posicionaram-se contrárias ao Regime Militar e, posteriormente à Nova República. Na primeira Convenção oficial do partido,⁴⁰ Lula afirmava:

[...] pesa sobre nós e sobre todos que, neste país, lutam pela justiça e pela liberdade, a odiosa Lei de Segurança Nacional. Não podemos cessar a nossa resistência ao regime autocrático, implantado no Brasil por golpe de Estado em 1964, enquanto essa lei existir, legitimando o aparelho repressivo.

Do mesmo modo, em 1985, quando se formou um bloco de forças políticas para eleger o primeiro presidente civil após o Regime Militar, o PT decidiu pelo boicote ao Colégio Eleitoral que escolheu Tancredo Neves para presidente da República, originando-se, naquele processo, a Nova República. A decisão foi aprovada após uma ampla consulta aos núcleos e diretórios do partido, e deliberada no III Encontro Nacional⁴¹, no qual se decidiu que,

[...] a luta pelas diretas deve ser conduzida na perspectiva de frustrar as tentativas de conciliação, o que inclui um firme posicionamento contra o Colégio Eleitoral, que consideramos espúrio e ilegítimo. O PT deve conclamar todos os partidos de oposição a boicotarem o Colégio Eleitoral e a não participarem de qualquer processo de eleições indiretas.

Essa postura do PT reflete os diferentes pontos de vista entre a direção do partido e os parlamentares petistas. O boicote ao Colégio Eleitoral culminou com punição de três Deputados Federais, desligados por terem participado da votação. Nesse período, o partido possuía uma bancada composta por oito

⁴⁰ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979 - 1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p.111.

⁴¹ Idem, p. 151.

deputados federais⁴². Desse grupo, os deputados Bete Mendes, Jose Eudes e Airton Soares, que compunham a bancada, não se abstiveram do Colégio Eleitoral conforme deliberação do partido. Essa decisão dos deputados contrária às determinações da direção nacional foi discutida pela Secretaria Nacional do PT, que pediu o desligamento dos três deputados citados.

Conforme resolução aprovada pela Secretaria Geral Nacional e divulgada através da Circular interna, 05/85 observa-se que o partido considerou a atitude dos parlamentares um “desrespeito à democracia interna do PT, ao desacatar decisão majoritária, tomadas pelos organismos nacionais”. Dessa forma a Comissão Executiva Nacional argumenta:

[...] a Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores torna público que: a – No Encontro Nacional do PT realizado em Diadema [...] foi legitimamente tomada a decisão de que se algum deputado federal eleito pelo PT participasse do Colégio Eleitoral, a Comissão Executiva Nacional deveria pedir que ele se auto-desligasse do partido, e, em caso de recurso, numa segunda fase, a Comissão Executiva Nacional e o Diretório Nacional tomariam as providências de desligá-los; b- tendo três deputados federais do PT comparecido ao Colégio Eleitoral, a Comissão Executiva Nacional – em cumprimento ao que foi decidido no Encontro – já executou a primeira fase da decisão, pedindo aos três parlamentares que se auto-desliguem do partido.⁴³

Essas posições do PT caracterizam a postura de um partido que se inseriu no sistema político rejeitando o Regime Militar e posteriormente, deslegitimando a Nova República como processo de redemocratização, instaurado com a aliança democrática⁴⁴, que havia lançado a candidatura de Tancredo Neves à presidência da República, inserindo-se, assim, no conceito que Sartori (1989) denomina de *oposição de protesto*.

⁴² Conforme Gadotti; Pereira (1989), em 1982, o PT elegeu representantes de três Estados: 6 de São Paulo, 1 do Rio de Janeiro e 1 de Minas Gerais.

⁴³ Circular Interna 05/85, página 3, item 3, “a questão dos Deputados”. Da Secretaria Geral Nacional, para: Membros do Diretório Nacional, Diretórios Regionais, Membros das Executivas regionais, Diretórios Municipais, membros das Executivas Municipais, Diretórios Distritais, Parlamentares (Federais, Estaduais e Municipais) e Prefeituras do PT.

⁴⁴ Criada a partir de ex-membros do PDS, Marcos Maciel, José Sarney e Aureliano Chaves que não concordavam com a indicação de Paulo Maluf como candidato à presidente da República, após derrota da proposta de emenda constitucional para realização de eleições diretas para Presidente, formando-se assim um novo partido, denominado PFL (Partido da Frente Liberal). Esse partido aliou-se ao PMDB, dando início ao bloco de forças políticas que formaram o Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo Neves Presidente da República e José Sarney vice.

2.2.2 Constituição de 1988

O papel do parlamentar petista começou a ser discutido pelas instâncias do partido desde 1981. Conforme mostram Gadotti & Pereira (1989), a questão era saber como deveria comportar-se um parlamentar petista no interior de um parlamento, que, para o PT naquele momento representava os interesses das classes dominantes. Naquela conjuntura, a atuação parlamentar não se constituía o eixo central do partido, mas um espaço de denúncia ao regime e ao caráter legitimador das práticas autoritárias do governo.

A visão que o PT adotou sobre o uso do parlamento durante a década de 1980, contribuiu para a maneira como o partido encaminhou as discussões para a aprovação da nova Carta. Apesar da participação intensa do PT na elaboração da Constituição de 1988, materializada por um anteprojeto discutido com as bases do partido, sistematizado por juristas e advogados⁴⁵ e defendido pelos parlamentares petistas, ao final, a direção nacional do PT recusou-se em aprová-la⁴⁶.

A intensidade desse ato como postura anti-sistêmica está relatada nas palavras do próprio partido, que nesse documento, denomina-se como anti-sistêmico consoante trecho, no qual o PT “exprime essa luta antiinstituição dentro da instituição”:

[...] o PT, como partido que almeja o socialismo, é por natureza um partido contrário à ordem burguesa, sustentáculo do capitalismo. Disso decorre que o PT rejeita a Constituição burguesa que vier a ser promulgada, da mesma forma que a Constituição vigente, a qual, ainda por cima, é fruto de uma ditadura militar; por extensão, o PT rejeita a imensa maioria das leis que constituem a institucionalidade que emana da ordem burguesa capitalista, ordem que o partido justamente procura destruir e, no seu lugar, construir uma sociedade socialista. [...] Não obstante, o PT tem que travar a sua luta [...] onde ela se dá, e não em fóruns imaginários ou artificiais. Assim, *o PT luta*

⁴⁵ Conforme decisão do Diretório Nacional do PT, em reunião realizada em abril de 1987, foi aprovado o anteprojeto das propostas que deveriam ser defendidas pelos parlamentares petistas. O projeto foi fruto dos debates travados no interior do partido e orientados pelo jurista Fabio Konder Comparato e pelos advogados Pedro Bohomeletz de Abreu Dalari e Jose Eduardo Martins Cardoso, coordenados pelo Cientista Político Marco Aurélio Garcia da comissão constitucional do partido.

⁴⁶ O PT não aprovou a Carta, mas uma vez aprovada pela maioria do parlamento, assinou-a.

*contra a institucionalidade burguesa. Essa luta institucional contra a institucionalidade pode assumir múltiplas formas. No caso específico do Congresso Constituinte todas as atuações do PT exprimiram essa luta antiinstituição dentro da instituição: O combate ao Colégio Eleitoral, [...] significou reconhecer o congresso constituinte como um campo de luta e, nele lutar de acordo com os princípios programáticos. [...] Por isso o Diretório Nacional decide, indicativamente, que o PT concretize sua posição contrária ao caráter geral da Constituição votando não à Carta Magna com declaração de voto vencido, explicando as razões de sua posição e fazendo a ressalva da defesa dos direitos e conquistas obtidos.*⁴⁷ (grifo nosso).

A partir das fontes acima pesquisadas, constata-se que o Partido dos Trabalhadores exerceu uma postura anti-sistêmica, conforme o modelo teórico proposto por Sartori (1982), durante a primeira metade da década de 1980, ao rejeitar o Colégio Eleitoral que elegeu Tancredo e Sarney, estendendo-se à Nova República; ao expulsar do partido os parlamentares que participaram da votação; e ao posicionar-se contrário à aprovação da Constituição de 1988. Nesse período, as atenções dos dirigentes petistas estavam voltadas à formação política de suas bases e organização dos movimentos sociais, especialmente os sindicatos, deixando o jogo parlamentar em um segundo plano.

Nesse contexto do final da década de 1980, está subjacente a idéia de que, ao não aprovar a Constituição de 1988, o PT não teria que assumir a responsabilidade para com ela ou, ainda, que não a aprovando, poderia modificá-la, caso chegasse ao governo em 1989. Em 2003 o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva cumpre a formalidade jurídica, durante a qual faz o juramento de cumprir e defender a Constituição Brasileira, rejeitada estrategicamente pelo partido em 1988.

⁴⁷ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Diretório Nacional 1988. A Posição do PT sobre a nova Constituição.** Circular Interna de 7 de agosto de 1988, anexo 2, p. 12-14, apud GADOTTI & PEREIRA, 1989, p. 311-312.

Naquele contexto, a direção nacional justifica sua atitude em relação à Constituição⁴⁸, reafirmando o caráter estratégico do congresso como espaço para a instauração do regime democrático, edificado sobre os pilares dos direitos e garantias individuais e coletivas, e o efetivo controle popular sobre o poder público. Com a promulgação da Constituição brasileira de 1988, livre e soberana, o Brasil elimina os “entulhos autoritários” remanescentes da Ditadura Militar.

O que se pode apreender desse processo é que a prática parlamentar na elaboração da Constituinte desvendou para o PT um “mundo real”, onde os interesses políticos já estão consolidados e com os quais ou parte deles o partido necessitou dialogar, fazer alianças, e negociar apoios para garantir as conquistas almejadas, acumulando, assim, uma experiência importante para a definição de suas relações no campo institucional.

É importante frisar que, a partir desse momento em que o PT vai conquistando experiência no parlamento e espaço nas administrações do executivo municipal⁴⁹, esse vai aos poucos alterando sua práxis anti-sistêmica em função da necessidade de administrar parte do sistema político, o que demanda coalizões entre o executivo e o legislativo para garantir a governabilidade. Como consequência desse processo, em meados da década de 1990, ocorre mudanças organizativas importantes no interior do partido, que altera suas posições orientadas pelo princípio ideológico, as quais foram arrefecidas pelas forças hegemônicas do partido e abrindo espaço para a fase mais pragmática. Essas mudanças aproximam-se do modelo teórico proposto por Panebianco (2005).

⁴⁸ Conforme seqüência da circular 05/05 acima citada: “O PT sempre teve consciência de que neste momento histórico, nesta conjuntura, com a correlação de forças existentes, no atual estágio da luta de classes, não haveria qualquer possibilidade de se criar uma sociedade socialista no Brasil, muito menos através deste congresso constituinte. Por isso mesmo, o próprio Projeto de Constituição que o PT elaborou e apresentou ao congresso não propõe uma sociedade socialista, mas sim um conjunto de princípios e mecanismos capazes de ampliar espaços democráticos e a participação popular no processo político, embora ainda nos marcos do capitalismo”. PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Diretório Nacional 1988. A Posição do PT sobre a nova Constituição.** Circular Interna de 7 de agosto de 1988, anexo 2, p. 12-14, apud GADOTTI; PEREIRA, 1989, p. 311-312.

⁴⁹ Conforme dados do partido, em 1992 o PT administrava 54 prefeituras.

2.3 Arcabouço Teórico da Mudança Organizativa.

Para compreender o que chamamos de fase pragmática do Partido dos Trabalhadores, recorreremos a uma breve abordagem teórica de *Mudança Organizativa e Institucional* proposta por Panebianco (2005). Segundo esse autor, “os partidos perseguem políticas para ganhar as eleições, mais do que tentam vencer eleições para perseguir políticas” (p. 08). Nesse sentido, as propostas e o discurso político se transformam no meio para obter o fim, que é a vitória eleitoral.

Descrevendo como se processam as mudanças no interior dos partidos, Panebianco (2005, p.15) explica que “as organizações nascem efetivamente para a realização de certos objetivos, que são comuns aos participantes e em relação aos quais é forjada a fisionomia organizativa”. No caso do PT, essa fisionomia originalmente foi disseminada como mobilizador e organizador da classe trabalhadora, que busca como fim último a construção de uma sociedade socialista. Entretanto, as mudanças de sua trajetória alteraram essa fisionomia, aproximando-a dos demais partidos. Panebianco (2005) mostra que, com o passar do tempo, as organizações tendem a se adaptar ao ambiente no qual estão inseridas, posto que:

[...] um partido político que se limita a transferir para a arena política as demandas dos grupos sociais que formam sua base eleitoral é uma organização que se “adapta” ao próprio ambiente, isto é, que reflete passivamente interesses e demandas de certos segmentos sociais. Por sua vez o partido “revolucionário” da teoria leninista ou gramsciana é uma organização que se esforça para dominar a própria base para agir sobre ela transformando-a (p.25).

Segundo Panebianco (2005), essa transferência de demanda levaria o partido não somente a adaptar-se, como também a redefinir suas metas iniciais. Nesse sentido, esse autor distancia-se da tese de Robert Michels, segundo a qual há, nas organizações consolidadas, um processo de “substituição dos fins”, no qual o fim oficial é abandonado e o fim real torna-se a sobrevivência organizativa.

Panebianco (2005, p.31-32) redefine a tese de Michels nos seguintes termos.

Enquanto pode haver casos de substituição dos objetivos oficiais do partido por outros objetivos oficiais, processo comumente definido como “sucessões de fins”, o que geralmente acontece após transformações organizativas consistentes, é que [...] em nenhum partido haverá uma genuína “substituição dos fins”. Ao contrário, nas organizações consolidadas, pode-se assistir quase sempre a um processo diverso, que Theodore Lowi definiu como articulação dos fins.

Nesse sentido, o autor explica que os objetivos oficiais, sob os quais a organização surgiu, não são substituídos ou abandonados e nem decaem em mera “fachada”, mas são adaptados às exigências organizativas. Essa adaptação não significa, contudo, que esses objetivos oficiais que originaram o partido sejam suprimidos. Esses impõem que certo grau de atividades a eles relacionado seja continuamente realizado, pois a essas atividades está ligada a identidade coletiva do partido e a legitimidade de sua liderança.

Com o processo de articulação dos fins apresentado por Panebianco (2005), os objetivos oficiais definidos na gênese do partido tornam-se mais vagos, imprecisos e tênues. A transformação ocorre quando esses deixam de ser manifestos e explícitos para se tornarem implícitos. A partir do início da década de 1990, esse processo pode ser identificado no interior do PT, visto que os objetivos oficiais originários, como o socialismo e a organização dos movimentos sociais, são atenuados em detrimento da atuação parlamentar. Sua direção redefiniu novos objetivos, que apontam para uma atuação mais consistente do partido como ator político eleitoral.

A articulação dos fins é explicada por Panebianco (2005) como a relação entre os objetivos e os comportamentos que não se rompem totalmente, apenas atenua-se. A coerência com os objetivos oficiais genéticos será sempre reafirmada, mas dentro de uma estratégia viável para a obtenção dos novos objetivos, compatíveis com a estabilidade organizativa e a sobrevivência na arena política.

Reafirmando sua definição contrária a Michels, Panebianco (2005, p. 32) mostra que,

[...] a diferença entre prática reformista e linguagem revolucionária, pode ser interpretada adequadamente – contra Michels – mais como o resultado de um processo de articulação, do que de substituição dos fins. A meta originária – a revolução, o socialismo – é constantemente reafirmada, porque dela depende a identidade coletiva do movimento. Por outro lado, as estratégias eleitas, pragmáticas e reformistas, garantem a estabilidade organizativa, sem, contudo, tirar muita credibilidade da tese de que se está sempre “trabalhando” para a obtenção dos objetivos oficiais.

Com essa explicação, Panebianco (2005) mostra que a práxis reformista cotidiana é sempre justificada com a tese segundo a qual as reformas não estão em contraste, mas representam uma passagem intermediária no caminho do socialismo. O autor mostra, ainda, que as mudanças no interior dos partidos ocorrem pela influência de fatores exógenos e endógenos. Assim,

a hipótese mais persuasiva é a de que a mudança organizativa [...] seja o efeito de um estímulo externo (ambiental e/ou tecnológico), unido aos fatores internos que estavam, por conta própria, “trazendo à tona” as estruturas de poder (p. 473-474).

Ainda segundo Panebianco (2005), essas mudanças internas atuam sobre pré-condições intrapartidárias, agindo como estimuladoras dos desafios ambientais. Esses elementos produzem respostas que moldam uma nova estrutura interna de poder, que levará à mudança institucional.

Feita a abordagem teórica de como se processa a mudança, o autor apresenta os instrumentos pelos quais essa se produz no interior dos partidos políticos. Relata ainda, que a ordem organizativa pode ser dividida, para fins puramente analíticos, em três fases: a primeira se inicia com uma crise organizativa, desencadeada por uma forte pressão ambiental; a segunda consiste na substituição do grupo dirigente, desacreditado em razão de sua incapacidade de superar a crise e a formação de novas alianças; por fim, a terceira fase consiste na reestruturação organizativa, uma mudança da fisionomia da organização, que atinge, ao mesmo tempo, duas áreas organizativas centrais: “a) são introduzidas modificações nas regras da competição interna. [...]. b) verifica-se uma

redefinição dos objetivos oficiais da organização que tem a tarefa de legitimar o novo grupo dirigente” (p. 474-478).

Essas fases elencadas por Panebianco (2005) podem ser aplicadas à mudança na trajetória do PT, de anti-sistêmico para sistêmico, pois, o partido apresenta essas mesmas características em suas fases de mudanças. Constata-se que durante a década de 1980, o PT foi conduzido pela corrente hegemônica denominada Articulação. Entretanto, no início da década de 1990, essa corrente se divide em duas, formando um grupo mais pragmático e outro mais radical. A fragmentação desses blocos de forças políticas trava uma disputa no VIII Encontro Nacional ocorrido em 1993, sendo vencido pelas forças mais radicais. Essa derrota da corrente mais pragmática, associada à perda das eleições de 1994, gera uma fase de mudanças no interior do PT.

A condução do partido pelo grupo mais radical dificultou a formação de um bloco consistente de partidos para formar alianças, o que uniu outros grupos para retomar o controle da sigla, em 1995. Essa substituição do grupo dirigente propicia outra fase da mudança, iniciada com o pragmatismo político do campo majoritário formado a partir do X Encontro Nacional.

No final da década de 1990, o grupo majoritário aprova alterações importantes no estatuto do partido e se mantém coeso no controle da sigla. Essa nova conjuntura interna permitiu uma redefinição das metas originárias e a ampliação do número de partidos para formar alianças, mudando assim, a configuração externa e a visão de mundo do PT, definindo um terceiro processo na fase de mudanças ocorridas até 2002.

Para melhor explicar essa trajetória⁵⁰, inicia-se com a apresentação das disputas políticas internas desde o início da década de 1980 até II Congresso Nacional do

⁵⁰ Essa, não apresentará dados do I Encontro Nacional, ocorrido em 1981, pois esse trata ainda das questões de organização burocrática como o Regimento Interno, o discurso de Lula na primeira convenção oficial do partido e a defesa do processo de redemocratização do país com eleições livres e diretas. Já o segundo ocorrido em 1982, trata da plataforma eleitoral nacional, intitulada “Trabalho, Terra e Liberdade”, além de uma carta eleitoral destinada aos militantes e aos movimentos populares, contendo esclarecimentos acerca dos objetivos estratégicos do PT.

partido, ocorrido em 1999, no qual se consolida a força do campo majoritário com a terceira re-eleição consecutiva de José Dirceu e a predominância do pragmatismo político na condução do partido.

2.4 Fatores Endógenos

A primeira fase de organização interna do PT ocorre no início da década de 1980, quando esse pôde ser comparado a um imenso “guarda-chuva”, no qual se abrigaram diversas tendências⁵¹. Em 1982, o PT participa do processo eleitoral, mas os resultados são considerados insatisfatórios. O abalo da derrota levou os grupos mais radicais⁵² do PT a defender um discurso antiinstitucional, ao considerarem que a primeira tentativa eleitoral do partido havia fracassado. Essas forças propunham que o partido retomasse seu caminho como condutor das lutas populares. Entretanto, os líderes mais moderados rebateram o discurso das esquerdas com a formação de uma tendência denominada Articulação dos 113⁵³, em 1983. Essa tendência foi predominante dentro do PT por quase uma década.

Silva (1998) mostra que a Articulação defendeu um PT de massas, de luta e democrático. Isso porque, durante a maior parte da sua existência, o partido foi a expressão de um aglomerado de personalidades e posições políticas diferentes e unificadas na defesa do projeto de construção do PT enquanto partido estratégico. Ainda de acordo com esse autor, “a Articulação é a face do PT. Sua

⁵¹ Vários autores já se dedicaram ao estudo das tendências do interior do PT. Para melhor compreensão ver: LACERDA, Alan Daniel Freire. **O PT e a unidade partidária como Problema**. Scielo, 2002, ou ainda SILVA, Antônio Ozaí da. **Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e descontinuidades**. Dissertação de Mestrado. PUC/SP, 1998

⁵² A classificação das tendências no interior do PT tem como base os critérios apresentados por Lacerda (2002). A partir das teses e pré-teses apresentadas nos momentos de discussão partidária, o autor (p. 51-57) divide os grupos partidários – tendências e chapas – em esquerda, centro e direita, de acordo com duas dimensões: uma ideológica e outra programática. Na dimensão ideológica, o autor categoriza os grupos partidários de acordo com o posicionamento expresso em relação a três pontos: 1) trabalho de base junto aos movimentos sociais e populares versus avanço nas esferas institucionais; 2) lutas específicas, concretas e atuais em relação aos objetivos estratégicos de médio-longo prazo; 3) a relação entre democracia e socialismo. Já na dimensão programática, Lacerda (2002) classifica os grupos de acordo com suas propostas de política de alianças para as eleições mais próximas dos encontros.

⁵³ Documento dos 113. São Paulo, 02 de junho de 1983. In: VIANA, (1991, p. 121-23).

política, suas teses, sua prática social e partidária dão o tom ao partido, desde a formação” (p.88). Dessa forma, pode-se considerar que essa corrente foi importante para as formulações estratégicas e o modelo de partido. O autor mostra, ainda, que a predominância da Articulação no comando do PT se explica pela forte ascendência de dirigentes sindicais, e pela pouca participação de simpatizantes das correntes marxista-leninista.

É importante destacar que, no III Encontro Nacional em 1984, a chapa da Articulação encabeçada por Lula obtém a maioria dos votos⁵⁴. No IV Encontro Nacional, ⁵⁵ ocorrido em 1986, o cenário de forças intrapartidárias permanece inalterado. No entanto, o grande momento das disputas políticas internas do partido foi desencadeado no V Encontro Nacional, ocorrido em 1987. Dentre as Resoluções aprovadas, o conjunto do partido regulamentou o funcionamento de tendências em seu interior⁵⁶ e apontou o socialismo como objetivo estratégico a ser construído⁵⁷, enquanto a disputa pelo controle da agremiação continuou sob a hegemonia da Articulação, mesmo com a esquerda dividida em três chapas⁵⁸.

⁵⁴ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979 - 1998**. III Encontro Nacional. Articulação - 65,8%, Esquerda - 34,2%. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998. p. 138.

⁵⁵ Idem, IV Encontro Nacional, 1986: Articulação - 72,2%, Esquerda - 27,8%, p. 198.

⁵⁶ A Resolução admitia a existência de agrupamentos ou tendências dentro do partido, desde que submetido à disciplina partidária. As tendências com estrutura própria deveriam adequar-se à Resolução sob pena de exclusão do partido. Refutava-se de uma vez por todas a concepção do PT como frente partidária, ou partido-tático, e sim estratégico, bem como a dupla fidelidade e a dupla militância. Procurava-se garantir a liberdade de expressão e a atuação a todas as tendências, exigindo, em contrapartida, uma absoluta unicidade de ação tão logo as decisões fossem tomadas pela maioria. A partir do V Encontro, as frentes que atuavam dentro do PT foram aos poucos se diluindo por várias tendências, sendo que só dois agrupamentos, trotskistas, seriam expulsos: a Causa Operária, em 1990 – que viria a formar o PCO, Partido da Causa Operária – e a Convergência Socialista, em 1992 – que veio a formar o PSTU, Partido Socialista dos Trabalhadores - Unificado.

⁵⁷ Naquele encontro, as discussões acerca da construção de uma sociedade socialista apontavam, como um dos objetivos estratégicos, a tomada do poder político. A tese sobre o socialismo discutida no V Encontro Nacional, (p.312) afirmava: “Na luta pelo socialismo, é preciso distinguir dois momentos estratégicos; [...] o primeiro diz respeito à tomada do poder. [...] Para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista, é necessário, realizar uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder de Estado”.

⁵⁸ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979 - 1998**. V Encontro: Articulação - 59,4%, Esquerda (3 chapas) - 40,6%. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 302.

O VI Encontro Nacional,⁵⁹ realizado em 1989, por sua vez, teve como marco as comemorações pelo décimo aniversário da conquista da anistia no Brasil, não havendo mudança ou eleição para a troca de direção.

Já no VII Encontro Nacional, ocorrido em 1990, a Articulação, representada por Lula, disputaria o comando do partido com José Genoíno e Eduardo Jorge, além de mais outras duas chapas. Mesmo assim, a Articulação manteve-se no comando, porém com uma margem menor que nas disputas anteriores⁶⁰. Dessa forma, O PT atravessou toda década de 1980 sob a hegemonia do mesmo grupo ideológico.

No início dos anos 1990, começam a surgir enfrentamentos dentro do próprio grupo. Alguns dirigentes, preocupados com a condução do partido, começaram a questionar os métodos utilizados nas relações internas. Isso porque, no entendimento desse grupo, o pluralismo político, amplamente divulgado como uma das marcas da democracia interna teria evoluído para uma luta pelo poder, tanto na estrutura partidária, como nas instituições do Estado. A luta interna era compreendida pelos *angustiados*⁶¹ como, alheia ao conjunto dos filiados, e conduzida por projetos individualistas que, aliados à pouca atenção dispensada à tarefa de organizar os trabalhadores, tendiam a transformar o PT em um partido tradicional, ou, ainda, oligárquico. Esse entendimento leva a Articulação

⁵⁹ Idem VI Encontro Nacional, p. 367.

⁶⁰ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979 - 1998**. . 7º EN: Articulação - 56% , Socialismo e Liberdade liderada por Genoíno 17%, as outras duas chapas obtiveram 27%, dos votos. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 428.

⁶¹ Segundo Silva (1998), esse é o sentido do Manifesto dos Angustiados, lançado em 29 de novembro de 1990, em Belo Horizonte. Os angustiados eram dirigentes da Articulação, preocupados com a “degradação das relações políticas internas”, que impediam o PT de transformar a experiência acumulada em “capacidade de ação unitária”. Essa seria a raiz da sua crise, identificada como “a crise da militância socialista”. Francisco Rocha da Silva (Rochinha), Perly Cipriano, Gilney Amorim Viana, Djalma de Souza Bom, Benedita da Silva, Luiz Soares Dulci, Perseu Abramo, Silvino Heck, Luiz Eduardo Greenhalgh, Hamilton Pereira da Silva, José Luiz Fevereiro e Ozeas Duarte estavam entre os que assinaram sua primeira versão. Era uma tentativa aberta a todos que compartilhassem o sentimento de angústia, embora seus impulsionadores e a maioria dos signatários fossem da Articulação. A relação dos nomes e os diferentes rumos que tomariam com a evolução dos acontecimentos ilustram o grau da crise vivida pela Articulação. A íntegra do manifesto encontra-se em: VIANA. Belo Horizonte: Segrac, 1991. p, 73-82.

a cindir-se em dois blocos, denominados Articulação Unidade da Luta⁶², grupo mais pragmático e Articulação de Esquerda⁶³, mais radical. A partir dessa cisão, inicia-se um processo contínuo de mudanças no interior do PT.

Essa nova correlação de forças disputa espaço no VIII Encontro Nacional, ocorrido em junho de 1993, no qual se concretiza a derrota da Articulação Unidade na Luta e a transferência do comando para um novo grupo, mais a esquerda. Para Ribeiro (2004, p.117), o grupo que rompeu com Articulação, formando a Articulação de Esquerda, foi a corrente responsável pela mudança na trajetória do PT rumo à esquerda, visto que,

[...] a saída de importantes figuras da Articulação, como Rui Falcão, Arlindo Chinaglia, Adão Preto e Luciano Zica, acabaram por resultar na criação de um novo grupo, a Articulação de Esquerda. Esta corrente foi a principal responsável pela guinada do PT à esquerda em 1993, ao compor com outros grupos a chapa Uma Opção de Esquerda, que sozinha obteria 36,48% dos delegados naquele encontro. Somando esta à outra chapa esquerdista – Na Luta PT, que obteve 19,11% dos delegados, – pela primeira vez o PT seria comandado pelas forças mais à esquerda no espectro espacial intrapartidário: juntas, as duas chapas totalizaram 55,59% dos delegados⁶⁴, conquistando a direção nacional.

Conforme o exposto, e de acordo com Azevedo (1995), até 1991, o partido dividia-se, grosso modo, em dois grandes blocos, um majoritário e outro minoritário. A partir de 1992, essa configuração de forças se altera cedendo espaço para um rearranjo no interior do partido. Além da cisão da Articulação em dois blocos, conforme demonstrado, ocorre a saída da convergência socialista, grupo trotskista que ocupava a extrema esquerda do espectro

⁶² Grupo mais pragmático do partido. Setor que agrega as principais lideranças do PT como: Luiz Inácio Lula da Silva, José Dirceu, Aloízio Mercadante, Vicente Paulo da Silva, Marco Aurélio Garcia, Eduardo Suplicy e Benedita da Silva.

⁶³ Grupo formado pela cisão da corrente majoritária em 1993, constituído por setores que pretendiam compor uma nova hegemonia no PT, inclinada à esquerda, diante do que consideravam o “eleitoralismo” predominante na direção de 1990-93 e em outros setores da Articulação. Principais lideranças: Arlindo Chinaglia, Sonia Hipólito, Adão Preto e Luciano Zica.

⁶⁴ Enquanto que a articulação Unidade na Luta – Antiga Articulação – em conjunto com a Democracia Radical obteve 40,92% dos delegados. Houve ainda uma chapa não alinhada nem a esquerda nem a articulação, denominada sem medo de ser socialista pela base com independência, alcançou 3,47% dos votos.

ideológico do PT até 1992. Esse grupo, juntamente com outras lideranças políticas, deu origem ao PSTU⁶⁵.

Outra mudança substancial foi a criação da Democracia Radical, formada por dirigentes petista de diversas tendências internas, que subscreveu documento intitulado “um projeto para o Brasil”, divulgado no I Congresso em 1991.⁶⁶ Essa nova tendência contava com militantes considerados forças políticas expressivas dentro do partido, o que facilitou a vitória do grupo mais à esquerda.

2.5 Fatores exógenos

Nessa trajetória, não se pode deixar de considerar, ainda, outros fatores externos que contribuíram para acirrar as disputas internas do PT. Nota-se, que a conquista de prefeituras em 1988⁶⁷ representou um processo significativo para o Partido. A prática institucional, associada às disputas internas, aumentou a tensão entre os objetivos estratégicos do partido, e a necessidade de administrar as prefeituras conquistadas. A partir desse momento tornou-se difícil conciliar a relação entre o discurso ideológico e complexa estrutura do poder local.

A condução do partido pelo grupo mais radical a partir de 1993 teria amplas conseqüências, também sobre a campanha presidencial realizada no ano seguinte. Além disso, o desfecho do Impeachment de Collor em 1992⁶⁸ parecia prenunciar um grande benefício para o PT na eleição presidencial de 1994, já

⁶⁵ Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados.

⁶⁶ Francisco Whitaker, Irma Passoni, Vitor Buaiz, José Genoíno, Eduardo Jorge, Pedro Dalari.

⁶⁷ Conforme dados do PT, as duas primeiras prefeituras foram conquistadas em 1982 sendo: Santa Quitéria no Maranhão e Diadema (SP) com Gilson Meneses. Conquista a primeira capital no ano de 1985 com Maria Luiza Fontenele em Fortaleza. Nas eleições municipais de 1988, o partido completou 38 prefeituras, com destaque para importantes capitais como, São Paulo que elegeu Luiza Erundina e Porto Alegre com Olívio Dutra.

⁶⁸ No dia 29 de dezembro de 1992 chegava ao fim uma longa crise política que mobilizou o país: afastado da presidência em 02 de outubro, Fernando Collor de Mello renunciou ao cargo de Presidente da República minutos depois que o Senado abriu a sessão que iria julgar a impugnação de seu mandato. A renúncia foi uma tentativa de evitar um processo de *impeachment* e foi lida pelo advogado de defesa do ex-presidente. Conforme publicado pela imprensa, o texto dizia: “*Levo ao conhecimento de Vossa Excelência que nesta data e por este instrumento, renuncio à presidência da República, para o qual fui eleito nos pleitos de 15 de novembro e 17 de dezembro de 1989*”. Terminava assim o governo do primeiro presidente da República eleito pelo voto direto depois do regime militar.

que as pesquisas apontavam Lula com uma grande vantagem em relação ao segundo colocado.

O suposto favoritismo, associado às determinações da Executiva Nacional, sob a presidência de Rui Falcão,⁶⁹ de que o partido se unisse somente aos aliados tradicionais,⁷⁰ impediu a formação de um bloco consistente de partidos aliados que viabilizasse a vitória do PT rumo ao governo da República em 1994.

Cumprido, ainda, destacar as ambigüidades do PT em relação ao plano econômico do então Ministro da Fazenda do governo Itamar Franco (1992 – 1994), Fernando Henrique Cardoso, do (PSDB). Naquelas circunstâncias, o PT limitou-se a criticar o plano de estabilização, apesar da simpatia despertada na opinião pública, a qual apoiava medidas de controle da inflação. Ao lançar o Plano Real naquele mesmo ano⁷¹, Cardoso surge como o principal adversário de Lula.

A soma desses fatores, associado à segunda derrota de Lula em 1994, criou uma intensa pressão ambiental, que serviu como estímulo a uma crise interna, para a qual já havia pré-condições que se revelaram no X Encontro Nacional em 1995, quando, pela primeira vez no PT, houve uma disputa pela presidência do partido⁷². O grupo dirigente, que se encontrava mais à esquerda e que havia derrotado a antiga Articulação, não conseguiu estabilizar um núcleo coeso durante seu mandato. As divergências da esquerda incentivaram a união da direita para a retomada do controle da direção nacional, o que de fato aconteceu naquele Encontro.⁷³ Essa nova força hegemônica, surgida das reorganizações de tendências no interior do partido, elege, nesse mesmo encontro, José Dirceu

⁶⁹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979 - 1998**. IX Encontro Nacional ocorrido em 1994, Lula pedira licença do cargo, para a disputa eleitoral São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p.576.

⁷⁰ PC do B, PPS, PSB, PDT.

⁷¹ Os efeitos do Plano Real foram significativos: já em 30/07/94, pesquisa Vox Populi colocava Lula e FHC em empate técnico, com 30% e 29% das intenções de voto, respectivamente.

⁷² PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979 - 1998**. Nota 2 São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p.614.

⁷³ As chapas Articulação Unidade na Luta e Democracia Radical, representando as correntes mais à direita, uniram-se à centrista Velhos Sonhos, Novos Desafios, totalizando 53,79% dos delegados.

para presidente do partido com 54,02% dos votos, contra 45,98% de Hamilton Pereira⁷⁴. Esse novo grupo passa a ser conhecido como *campo majoritário*, em oposição ao *campo minoritário* da ala mais a esquerda do partido.

A desagregação da antiga coalizão, formada pela Articulação de Esquerda, desacreditada em razão de sua incapacidade de formar novas alianças, e a subsequente mudança na composição da coalizão dominante correspondem à segunda fase de mudanças importantes que redirecionaram o PT para o pragmatismo político.

2.6 Fase Pragmática

A partir dessa conjuntura estabelecida no X Encontro Nacional em 1995, sob o comando de José Dirceu, o partido procurou não repetir as práticas da antiga direção, consolidando um forte núcleo dirigente e reorganizando a estrutura financeira do partido. No campo político, viabilizou a constituição de uma ampla frente de partidos para a candidatura presidencial de 1998, como será demonstrado no capítulo seguinte.

No que se refere ao XI Encontro Nacional,⁷⁵ ocorrido em 1997, uma coalizão de tendências mais à direita composta pela Articulação Unidade na Luta, Democracia Radical e a Nova Democracia, somou 51,1% dos delegados, o que favoreceu a continuidade do grupo mais pragmático no comando do partido, sendo a presidência do partido disputada por Milton Temer, que obteve 256 votos (47,41%), contra José Dirceu, que foi reeleito com 284 votos (52,59%)⁷⁶.

Após esse encontro, as forças do campo majoritário procuraram aliviar as tensões dentro do partido e fortalecer sua base de apoio, buscando

⁷⁴ Idem, p. 614

⁷⁵ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções Encontros e Congressos 1979 - 1998**. Articulação Unidade na Luta 34,73% , Democracia Radical 11,82%, Nova Democracia 4,55%. Compondo a ala da direita. Luta Socialista, obteve 37,82%. Socialismo e liberdade 11,09%. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p.650.

⁷⁶ Idem p. 650.

descomprimir o sistema intrapartidário, que se mostrava cada vez sujeito a cisões. Essas medidas propiciaram novas disputas no II Congresso Nacional do partido, ocorrido em 1999, entre os campos majoritário e minoritário. De acordo com Ribeiro (2004, p. 121), nesse Congresso, a soma das três chapas do campo majoritário totalizou 54,4% dos delegados⁷⁷, contra 12,71% da chapa de centro, denominada Movimento PT, e 32,77% das três chapas à esquerda.⁷⁸ Mantendo-se no comando da sigla, José Dirceu foi eleito pela terceira vez com 54,8% dos votos contra 32,7% de Milton Temer, candidato do campo minoritário esquerdista, e 12,48% de Arlindo Chinaglia, representante das forças de centro.

Consolidada a força do grupo mais pragmático na direção do partido, o II Congresso elabora reflexões mais realistas, como a necessidade de enfrentar os desafios do neoliberalismo no final da década de 1990. Tais desafios foram assim colocados.

O PT situa-se, hoje, num terreno mais vasto e complexo da luta de classes. Questões como a combinação da luta de massas com ação de governo, ou como a resistência ao neoliberalismo de Collor com a afirmação de alternativas concretas, ou como a defesa da democracia, apresentam-se como tarefas imediatas. A simultaneidade do crescimento de tais desafios com a radical alteração das relações de poder mundial configurou um quadro profundamente impactante para o PT. [...] Nossos desafios atuais envolvem, fundamentalmente, o enfrentamento do processo de definições políticas, ao mesmo tempo teóricas, como também de um projeto real de uma alternativa para o Brasil. Envolve, portanto, o desenvolvimento de nossa identidade e do perfil socialista do partido.⁷⁹

A avaliação daquele Congresso levou o partido a aprovar importantes mudanças em seu estatuto, estabelecendo eleições diretas para a escolha de direções e presidentes em todos os níveis da sigla. Dessa forma, em 2001, os filiados puderam escolher os dirigentes partidários através de eleições diretas em todos os níveis, atendendo às mudanças estatutárias de 1999.

⁷⁷ Revolução Democrática – herdeira da Articulação – 43,64%, Democracia Radical – 8%, PT de Luta e de Massas – 2,85%.

⁷⁸ Socialismo ou Barbárie – 20,83%, Nosso Tempo – 9,86%, Fiel ao PT das Origens – 2,08%.

⁷⁹ 79 PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo**. II Congresso Nacional, 1999. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 01.

As três eleições consecutivas de José Dirceu e o fortalecimento das forças políticas intrapartidárias de centro-direita, com uma menor participação da esquerda, propiciaram ao PT estabelecer uma *substituição dos fins*. A meta oficial do partido não foi abandonada. A direção partidária reestruturou e redefiniu os objetivos oficiais da agremiação, mantendo os originários menos evidentes, de forma que o partido pudesse apresentar à sociedade uma proposta política menos radical para os pleitos seguintes, especialmente em 2002.

2.7 Uma breve conclusão

Retomando aspectos constitutivos do PT e sua trajetória de mudanças constata-se, que até 1985, o partido priorizava sua atuação junto aos segmentos sociais, hesitando entre aceitar ou rejeitar o Parlamento, ou, ainda, usando-o como espaço estratégico de atuação. Por outro lado, as transformações geradas a partir do processo de redemocratização e da predominância das forças econômicas, sobre o papel do Estado como gerador de políticas sociais, estabeleceu uma nova conjuntura política e econômica, na qual os segmentos sociais, fundadores do PT, depararam-se com a necessidade de adequar-se. Dessa forma, os líderes do movimento sindical foram levados a abandonar gradativamente o discurso anticapitalista, em troca da preservação de direitos sociais e do próprio emprego. Essa postura da classe trabalhadora refletiu-se nos organismos representativos, como as centrais sindicais e os partidos políticos que se adaptaram ao sistema.

Esse processo reflete, ainda, uma época histórica em que os movimentos sociais fecharam o seu ciclo de enfrentamento ao Regime Militar e suas lideranças transferiram, para a arena política institucional, as demandas desses movimentos. Esse processo foi permeado por posturas anti-sistêmicas, que buscavam deslegitimar as regras da institucionalidade democrática surgida com a Nova República. Por outro lado, o processo de elaboração de uma nova constituição, propiciou ao PT um contato mais próximo com o jogo parlamentar, espaço esse, de representação mais expressiva das forças políticas e

econômicas. Nesse campo político, as estruturas já estão consolidadas, cabendo ao partido adaptar-se às mesmas formando um conjunto de forças políticas expressivas para ganhar espaço dentro desse jogo. A partir dessa nova hegemonia, possibilitam-se tentativas de mudanças.

Observa-se ainda, que as mudanças ocorridas no interior do PT foram desencadeadas por pressões ambientais exógenas e endógenas. As primeiras referem-se as dificuldades de relacionamento entre o partido e as administrações locais. Abarca, ainda, elementos da conjuntura política do início da década de 1990, com o suposto favoritismo de Lula em 1994, após o impeachment de Collor e a pouca atenção dada pela direção nacional à política de alianças, além das ambigüidades em relação às críticas ao plano real conforme demonstrado.

Nesse processo, as pressões endógenas, desencadeadas a partir das disputas entre as forças políticas do PT tiveram um papel relevante. No início da década de 1990, a principal força hegemônica cindiu-se, propiciando um novo jogo político. Nesse conjunto de tendências, observa-se, ainda, a saída de correntes românticas e anti-capitalistas do interior do PT. A partir de 1995, a formação do campo majoritário reestruturou o partido para atender as exigências das disputas eleitorais, atenuando o discurso e redefinindo as metas originárias de maneira mais tênue. Modificou o estatuto do partido estabelecendo eleições diretas em todos os níveis, diminuindo assim, as disputas travadas entre as tendências e o conseqüente risco de cisões. Dessa forma, o PT re-configura-se, finalizando a década de 1990 como um partido realista, pragmático e relevante no contexto político da institucionalidade democrática do Brasil.

3 POLÍTICA DE ALIANÇAS

Para complementar o estudo da trajetória do PT, este capítulo descreve a política de alianças estabelecidas nas campanhas presidenciais de 1989 a 2002. Historicamente, o tema já propiciou calorosos debates no interior do partido. Em sua primeira década de existência, o PT procurou estabelecer alianças com os partidos mais à esquerda ou ideologicamente identificados com suas propostas. A partir da década de 1990, passou a postular, pragmaticamente, a via parlamentar e o êxito eleitoral, aceitando para isso a união com outras forças políticas não-limitadas aos aliados tradicionais.

Inicialmente caberia a seguinte pergunta: por quais razões os partidos procuram participar de coligações ou alianças? Em geral, nos sistemas proporcionais, a razão dos partidos menores é a sobrevivência eleitoral, frente à “barreira” do quociente eleitoral⁸⁰. Entretanto, os grandes partidos também fazem coligações como forma de mobilizar-se eleitoralmente frente a outros grandes partidos.

Fleischer (2006) mostra que, no campo da ciência política, há dois enfoques sobre o tema. O primeiro é composto por coligações partidárias ou eleitorais, “alianças entre partidos, para formar ou compor chapas de candidatos em comum, para concorrer às eleições” (p. 142). Há ainda alianças ou coalizões de partidos no período pós eleitoral, “para sustentar um governo com uma maioria efetiva e confiável no Poder Legislativo”, o que se denomina de presidencialismo de coalizão. Entretanto, nem sempre um decorre do outro. Observa-se que, no Brasil, há casos em que a coligação eleitoral não se converte em coalizão partidária no Legislativo para sustentar o governo recém eleito.

⁸⁰ Quociente eleitoral consiste no resultado da divisão entre o número de votos válidos pelo número de vagas para o cargo em disputa nas eleições proporcionais. Para se saber a quantidade de vagas a que cada partido terá direito, basta dividir o número de votos válidos obtidos pelo partido pelo quociente eleitoral. Caso a parte fracionária do resultado da divisão seja menor ou igual a 0,5, ela é desprezada. Caso contrário é arredondado para cima. In: FERREIRA, 1991. Código eleitoral, art. 106.

Conforme Santos (2006), no presidencialismo de coalizão, o presidente constrói base de apoio cedendo postos ministeriais a membros dos partidos com representação no Congresso e estes em troca fornecem os votos necessários para aprovar sua agenda no Legislativo. “Países como Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia e Uruguai praticam de forma bastante consolidada a política de montagem de governos majoritários ou supermajoritários de coalizão” (p. 225). Disso decorre que não basta vencer uma eleição, é preciso, ainda, formar o governo, levando em conta o peso e a força relativa de cada partido no parlamento (MENEGUELO, 1998).

Serão tratadas aqui, inicialmente, as alianças políticas dentro do parlamento. Em seguida, as coligações formadas pelo PT para disputar as eleições presidenciais a partir de 1989 até 2002, bem como os processos de discussão partidária que antecedeu a formação das mesmas. Para as eleições presidenciais de 2002, comenta-se, ainda, as discussões acerca da coalizão para compor o governo.

Inicialmente,⁸¹ o partido reconhece que o anseio de ser taxado como reformista, dificultava a discussão sobre política de alianças. Nesse sentido o partido admite as dificuldades, devido ao sentimento de independência de classe, mas adverte e reconhece que,

o sectarismo e a intolerância também têm impedido que essa discussão avance no partido. Toda vez que se levanta a necessidade de discussão, ou se propõe concretamente uma aliança, impede-se a discussão com acusações de “reformista” ou “aliado da burguesia”, sempre brandindo o fantasma da transformação do PT num partido reformista⁸².

Observa-se que esse comportamento trouxe dificuldades ao PT, levando-o a buscar uma política de alianças estratégicas e táticas. A primeira objetivava unir as estratégias de luta em torno do movimento sindical, dos movimentos populares e dos partidos situados ideologicamente no campo da esquerda, visando à unidade dos trabalhadores na defesa de seus interesses. As “alianças

⁸¹ V Encontro Nacional ocorrido no Distrito Federal entre os dias 04 e 06 de dezembro de 1987.

⁸² PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 323-324.

táticas”, por outro lado, eram construídas no interior do parlamento para viabilizar uma oposição à Nova República – vista pelo PT como conservadora – e defender eleições diretas em todos os níveis.

O campo sindical e popular, em que o PT mantinha sua militância na década de 1980, levou suas forças políticas internas a subestimar a necessidade de alianças políticas com outros partidos. O forte discurso classista pressupunha uma *luta de classes*, alicerçada em organismos como os sindicatos e as centrais sindicais. Nesse sentido, o partido defendia que, “o movimento sindical é o espaço privilegiado para uma política de frente única contra a burguesia, já que se trata de uma luta política em que os trabalhadores identificam, de forma mais precisa, seus principais exploradores”. Dessa forma, defendia o princípio de que se devia buscar essa unidade em torno dos interesses da classe trabalhadora, a partir dos organismos por local de trabalho, do sindicato, das centrais sindicais e de outras formas ou locais de organização dos trabalhadores ⁸³.

O partido admitia também, alianças pontuais ou parciais com outras forças políticas, ainda no interior do Parlamento, sempre em defesa da luta dos trabalhadores, como ocorreu na Assembléia Legislativa de São Paulo, quando a bancada petista uniu-se ao PTB, PDS, PFL e PDT, votando contra o governo Orestes Quécia (PMDB) na defesa do gatilho salarial⁸⁴ do funcionalismo público⁸⁵.

No entanto, o grande desafio para o PT apresentava-se no campo das coligações eleitorais, posto que essas exigem uma discussão específica em cada conjuntura, buscando atender aos pontos fundamentais do programa partidário. A política de alianças definida em 1988 para as eleições municipais, por conseguinte, deveria estar integrada à campanha nacional do PT, pela

⁸³ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 327.

⁸⁴ Mecanismo de disparo que reajustava automaticamente os salários sempre que a inflação chegasse à 20%.

⁸⁵ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. Alianças no Parlamento, item 102. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p.327.

consolidação das eleições presidenciais de 1989. Nesse sentido, o partido elencava alguns critérios orientadores de suas alianças, a saber:

- a) Oposição ao Sarney, à *Nova República*, à transição conservadora e à direita em geral; b) Compromisso efetivo e seguro com os pontos centrais do programa municipal proposto pelo PT; c) Apoio às reivindicações e participação nas lutas dos trabalhadores e movimentos populares ⁸⁶ (grifos do autor).

A partir desses critérios, os delegados reunidos no V Encontro Nacional decidiram impedir “composições eleitorais com partidos que dão sustentação à *Nova República* e ao conservadorismo direitista” ⁸⁷, incluindo o PDS, PL, PTB, PFL, PMDB em sua coligação. No caso desse último, eventuais dissidências em oposição à linha oficial deveriam ser avaliadas caso a caso.

Salienta-se que o Partido Comunista Brasileiro (PCB), mesmo dando sustentação à *Nova República*, era considerado pelo PT um partido cujas bases caminhavam para a oposição. Em seu conjunto, o PT buscava aliar-se ao PC do B e ao PSB, aceitos como partidos que deveriam ser atraídos para as mesmas posições defendidas pelo PT. Havia ainda o PDT, considerado de oposição e defensor dos mesmos princípios petistas, porém visto como “um partido dominado pelo populismo, no qual convivem facções burguesas, setores socialistas e trabalhistas” ⁸⁸. Dessa forma, qualquer aliança eleitoral com esse partido deveria ser analisada pontualmente. Ainda no conjunto dos partidos que poderiam integrar o leque de alianças do PT, havia o PH e o PV, aceitos a partir de critérios definidos e da perspectiva de acúmulo de forças.

3.1 Coligação Para A Campanha Presidencial de 1989

As eleições presidenciais de 1989 representaram o fim de um ciclo, iniciado em 1964 e prolongado até meados da década de 1980 com o Colégio Eleitoral que

⁸⁶ PARTIDO DOS TRABALHADORES. Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998. Alianças no Parlamento, item 185. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p.343.

⁸⁷ Ibid., p.344

⁸⁸ Ibid.

elegeu Tancredo Neves como presidente e José Sarney como vice-presidente⁸⁹. Para concorrer a essas eleições, o PT buscou uma composição com o PC do B e o PSB, denominada *Frente Brasil Popular*. Essa aliança com os partidos situados ideologicamente no campo da esquerda procurou aglutinar as classes trabalhadoras em torno de uma proposta de mudança, representada por Luiz Inácio Lula da Silva⁹⁰, ex-metalúrgico, líder sindical e um dos principais fundadores do PT. Disputando espaço com Lula no campo da esquerda, encontrava-se Leonel Brizola do PDT.

As expressivas vitórias nos pleitos municipais representaram para o PT, por um lado, a expressão de uma nova relação de forças existentes na sociedade, traduzindo eleitoralmente a acumulação obtida em quase dez anos de lutas sociais. Por outro, propiciou uma nova correlação política, que mudou radicalmente o quadro da disputa presidencial⁹¹.

A conjuntura política daquela campanha foi marcada pela rejeição ao governo do presidente José Sarney. Conforme Amaral (2003), todos os candidatos centristas, tentando reverter a situação adversa, acabaram se desligando do governo, o que provocou “um curioso cenário no qual, todos os 22 candidatos ao Palácio do Planalto se proclamaram de alguma forma, opositores ao governo Sarney” (p.62). Até mesmo o PMDB, partido do presidente, declarou-se “independente” ao lançar a candidatura de Ulysses Guimarães em março de 1989.

Nesse quadro de rejeição à política do governo e de descrédito dos partidos do centro, o espaço político foi ocupado pelos candidatos de oposição Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Leonel Brizola (PDT).

⁸⁹ Assumiu interinamente no dia 15 de março de 1985, em função da internação do presidente Tancredo Neves, que veio a falecer em 21 de Abril de 1985. No dia 22 daquele mesmo mês, Sarney foi investido oficialmente no cargo.

⁹⁰ Vice – Jose Paulo Bisol – PT.

⁹¹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 376.

No campo da direita, surgindo como “o caçador de marajás”, Fernando Collor de Mello⁹² apresentou-se à sociedade como um homem corajoso e indignado com a corrupção, polarizando com a esquerda a disputa presidencial.

Lançado por legendas inexpressivas como o PRN, PSC, e PST, Collor soube tirar proveito da legislação e usou o horário eleitoral gratuito desses partidos na TV a seu favor. Em pouco tempo, assumiu o primeiro lugar nas intenções de voto. Sua rápida ascensão lhe garantiu o apoio informal do PFL, que, apesar de contar com a candidatura de Aureliano Chaves, preferiu apostar no nome com mais chances de vitória.

Dentre os 22 candidatos em disputa, Lula (PT) e Collor (PRN) enfrentaram-se no segundo turno das eleições presidenciais de 1989. Naquela conjuntura, os partidos da Frente Brasil Popular, liderados pelo PT, obtiveram – no segundo turno – o apoio formal do PDT e do PSDB. O PMDB deu sinais que integraria uma aliança anti-Collor, mas foi rechaçado pela direção do PT, que temia a identificação com o governo Sarney (AMARAL, 2003).

Apesar da derrota, a experiência de 1989 marcou positivamente o PT, demonstrando sua força política e sua responsabilidade diante da militância e da sociedade. O partido reconhece que “nossas relações com a institucionalidade, ocorre hoje, com um caráter de dramacidade de quem deve dar respostas muito concretas a uma exigência já estabelecida”⁹³. Por outro lado, a possibilidade de vitória despertou também antigos receios quanto ao parlamento, visto que se constata uma crítica do próprio partido sobre “certo grau de acomodação, de adaptação “exagerada” aos trâmites, usos e costumes da vida institucional.

⁹² Conforme Amaral (2003), Collor apoiou-se no discurso de que a corrupção e a ineficiência administrativa eram as principais causas da crise social que assolava o país, sendo projetado pela mídia nacional durante os anos de 1987 e 1988 como um político moderno, jovem e impetuoso. Ao declarar-se candidato, em março de 1989, já desligado do PMDB, surpreendeu atingindo 9% das intenções de voto, superando os candidatos de centro e de direita: Paulo Maluf (PDS), Ulysses Guimarães (PMDB) e Mário Covas, do recém criado PSDB.

⁹³ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 449.

*Registra-se certa perda do ardor revolucionário das primeiras obras”*⁹⁴ (grifo nosso).

No entanto, o PT avalia⁹⁵ a política de alianças traçada desde 1985 e conclui que ela demonstrou-se exitosa. Reconhecia que se colocava para o PT uma responsabilidade maior na busca de alianças capazes de viabilizar um governo democrático-popular com os partidos mais próximos aos seus objetivos programáticos. Entretanto, algum tempo após a experiência de 1989⁹⁶, Lula faria o seguinte comentário: “teria feito tudo outra vez. Só não teria cometido o erro de não ter ido conversar com Ulysses Guimarães no segundo turno de 1989. Esse é um erro que assumo. [...] perdi do Collor com uma diferença de votos que teve o Ulysses”⁹⁷.

No que se refere ao plano institucional, o PT buscou formar uma ampla frente de oposição ao governo Collor e às suas medidas de caráter neoliberal, atraindo o PC do B, o PCB, o PDT e o PSB, visando ainda às eleições seguintes. A partir da década de 1990, o PT consolida-se como partido de esquerda, passando a ocupar um papel decisivo entre as forças políticas que compõem o sistema partidário brasileiro. As articulações políticas em torno da formação de alianças para as eleições presidenciais de 1994 ganharam força após a vitória do presidencialismo no plebiscito⁹⁸ de 1993.

Ressalta-se, entretanto, que a conjuntura política de 1993 foi marcada pela renúncia do Presidente Collor e pelo governo do vice Itamar Franco, que completou o mandato até 1994. Naquele contexto, o PT colocou-se na oposição o novo governo, impedindo, inclusive, uma aproximação, ou mesmo uma

⁹⁴ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 451.

⁹⁵ VII Encontro Nacional, ocorrido entre os dias 31 de maio e 3 de junho de 1990 em São Paulo.

⁹⁶ Conforme dados do TSE, Fernando Collor venceu obtendo 53 % dos votos válidos, contra 47% de Lula.

⁹⁷ Entrevista de Lula ao jornal O Globo, publicada no dia 25 de novembro de 2001.

⁹⁸ Em 1993 os eleitores foram chamados a escolher entre forma de governo – Monarquia ou República – e sistema de governo – Presidencialismo ou Parlamentarismo. O plebiscito foi proposto na Assembléia Nacional Constituinte, em 1987, como emenda popular, com mais de um milhão de subscritores. Após o plebiscito manteve-se tanto a forma quanto o sistema de governo.

composição de seus quadros com o mesmo. Nesse processo, merece destaque uma decisão tomada pela direção do PT. Na formação dos nomes para compor o presidencialismo de coalizão do governo Itamar Franco, a ex-prefeita de São Paulo, Luiza Erundina, foi convidada e, mesmo o PT estando na oposição, aceitou o convite e compôs o Governo. A direção do Partido decidiu então punir a ex-prefeita, conforme mostra trechos da Resolução do Diretório Nacional:

[...] considerando: 1 – Que a companheira Luiza Erundina, ao aceitar convite do presidente da República para o cargo ministerial, sem consulta ao partido e em desrespeito à decisão deste, de se situar na oposição ao governo, rompeu com a disciplina partidária; [...] 6 - que finalmente, o cumprimento das obrigações para com o cargo que a companheira Luiza Erundina ocupa no governo, é incompatível com o exercício de seus direitos e deveres para com o partido, estando este na oposição: O Diretório Nacional do PT, no exercício de suas atribuições e com base nos Estatutos e no Regimento Interno do Partido resolve: – suspender todos os direitos e deveres partidários da companheira Luiza Erundina pelo prazo de um ano.⁹⁹

Consoante ao exposto, argumenta-se que naquela conjuntura pós-Collor, o PT não se sentia responsável pela governabilidade, impedindo qualquer vínculo com as forças políticas do presidencialismo de coalizão¹⁰⁰. No decorrer desse período, o PT já buscava outros partidos para formar uma coligação que viabilizasse o seu programa de governo e a candidatura Lula à presidência da República no pleito de 1994. Dessa forma, o partido decidiu¹⁰¹ buscar uma composição com os seguintes partidos:

[...] uma composição partidária mais ampla que a dos partidos que se assumem como esquerda, como o PSB, o PPS, o PC do B, o PCB e o PSTU. Merecem análise à parte os partidos e articulações de centro-esquerda, particularmente Brizola, com seu PDT e o PSDB, que vêm tendo políticas ambíguas, mas que poderão interferir decisivamente na disputa de hegemonia posta na conjuntura¹⁰².

⁹⁹ Partido dos Trabalhadores. Resolução do DN sobre Luiza Erundina. **BOLETIM NACIONAL**. São Paulo, n. 68, p. 04, Março de 1993.

¹⁰⁰ Sobre esse assunto ver artigo de SANTOS, Fabiano In: **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

¹⁰¹ VIII Encontro Nacional, ocorrido entre os dias 11 e 13 de junho de 1993 em Brasília.

¹⁰² PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. Item 06. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 568.

Entretanto, cumpre recordar que as resoluções acima foram votadas numa conjuntura em que as disputas internas tornaram-se mais complexas, culminando com a derrota da corrente mais pragmática, sendo que as alianças com o PDT e o PSDB não foram viabilizadas pela nova direção do partido.

3.2 Coligação Para a Campanha Presidencial de 1994

Inicialmente, o PT conseguiu unificar boa parte das forças de esquerda para compor a *Frente Brasil Popular pela cidadania*, que daria sustentação ao candidato Lula em 1994¹⁰³. Além do PC do B e PSB, aliados tradicionais do PT de 1989, integraram a Frente o PPS, o PCB, o PSTU, e o PV¹⁰⁴. A tentativa de unir o PSDB para uma aliança de centro-esquerda demonstrou-se inviável logo após a nomeação de Fernando Henrique Cardoso para compor o governo Itamar Franco.

A postura de não participar do governo de coalizão e manter-se na oposição abriu caminho para que se construísse, dentro do próprio governo, uma candidatura de centro-direita em torno de Fernando Henrique Cardoso, que, ocupando o posto de Ministro da Fazenda, lançara um plano de combate à inflação, obtendo êxito e recebendo a simpatia da opinião pública.

Por outro lado, Lula era Indicado pelas pesquisas como o nome mais provável para vencer as eleições. Entretanto, o PT e os partidos aliados não apresentaram um plano alternativo ao Real de Fernando Henrique Cardoso, limitando-se a criticá-lo e a defini-lo como um “estelionato eleitoral”.¹⁰⁵

Ao mesmo tempo em que a *Frente Brasil Popular pela cidadania*, liderada pelo PT, taxava o plano econômico como “antipopular, submisso aos interesses do

¹⁰³ Vice - Aloízio Mercadante (PT).

¹⁰⁴ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 590-591.

¹⁰⁵ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. Item 144 São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 602.

grande capital e do sistema financeiro internacional”¹⁰⁶, em seu discurso da campanha de 1994, o candidato do PT afirmava que “quem diz que Lula vai acabar com o Real está mentindo” (MENDES, 2004, p. 44). Além da ausência de uma proposta alternativa, o próprio discurso demonstrou-se impróprio.

A suposta vantagem do candidato do PT, que renunciava uma vitória ainda no primeiro turno, fez com que os setores mais conservadores se decidissem pelo apoio a Fernando Henrique Cardoso, que encabeçou a coligação composta inicialmente por PSDB e PFL. Mais tarde o PTB unia-se para compor a frente de centro-direita, levando o candidato do PSDB ao Palácio do Planalto ainda no primeiro turno (AMARAL, 2003, p. 106 -112).

Avaliando a segunda derrota consecutiva de seu candidato a presidente, o PT reconhece que o clima do “já ganhou” impediu a vitória da coligação em 1994. Conforme artigo publicado na revista Teoria & Debate, sob o título “Lula: os primeiros cem dias”, a vitória era dada pela revista como certa. Lia-se: “a maioria dos analistas políticos considera que a hipótese mais provável é que o próximo presidente da República chame-se Luiz Inácio Lula da Silva”.¹⁰⁷

Não obstante, o desfecho das eleições de 1994 provocou severas avaliações.¹⁰⁸ A direção nacional, que se encontrava sob o comando da articulação de esquerda, foi responsabilizada pelo conjunto do partido por sua incapacidade de formar uma ampla coligação para a campanha em 1994. Buscava-se compreender as causas conjunturais que impediram a vitória. Nesse sentido, o partido avaliara que o resultado das eleições exigia “uma análise profunda de suas causas, que seja capaz de determinar o peso de fatores conjunturais, as responsabilidades da Direção Nacional, em particular da Coordenação da Campanha”.¹⁰⁹

¹⁰⁶ Idem p.580.

¹⁰⁷ Teoria & Debate nº. 25, junho/julho/agosto de 1994.

¹⁰⁸ X Encontro Nacional, ocorrido entre os dias 18 e 20 de agosto de 1995, na cidade de Guarapari, Espírito Santo. Marca a primeira disputa interna pela presidência do partido e o retorno da Articulação na condução da sigla, com a formação do campo majoritário comandado por José Dirceu.

¹⁰⁹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998.** Item 69. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 629.

Ainda de acordo com algumas forças políticas, a avaliação, “deve ser dura, descarnada, não deixando espaço para atitudes auto-complacentes por parte do partido. Não pode ser, no entanto, a ocasião para mesquinhos ajustes de conta”.

110

Há, no entanto, o reconhecimento do partido, de que “a vitória de FHC deveu-se à acertada estratégia de unidade das classes dominantes, capaz de constituir, no Brasil, o mais impressionante bloco de forças políticas e sociais da história republicana”¹¹¹. E, apesar da derrota de Lula e das acirradas disputas internas, o partido avaliara, ainda, que a coligação daquela campanha foi importante para o desfecho do processo eleitoral, na medida em que foi capaz de aumentar sua representação no Congresso Nacional¹¹² e compor uma nova base aliada incluindo o PDT constituindo-se, assim, “na maior bancada de esquerda de nossa história parlamentar”¹¹³.

A experiência de 1994¹¹⁴ pode ainda ser considerada um marco importante na trajetória do PT, uma vez que a segunda derrota consecutiva de seu candidato à presidente levou as forças políticas internas a unirem-se na retomada da direção partidária. Presidido por José Dirceu, a partir de 1995, o PT foi gradualmente abandonando posturas dogmáticas para adotar estratégias mais pragmáticas: isola a esquerda negando-lhe o cargo de secretário geral, excluindo-a dessa forma da Executiva Nacional; solidifica a direção do partido, dando início a uma rigorosa re-estruturação financeira; amplia a composição de partidos políticos na formação de suas alianças e abranda as ambigüidades ideológicas de seu

¹¹⁰ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. Item 69. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 629.

¹¹¹ Ibid.

¹¹² Conforme dados do TSE, em 1994 o Partido dos Trabalhadores elegeu uma bancada de 50 deputados federais. Antes contava com 35. O senado passa de 01 para 05 senadores. Elege governadores em duas capitais. Vitor Buaiz em Vitória – Espírito Santo – e Cristóvão Buarque no Distrito Federal.

¹¹³ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. Item 68. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 628.

¹¹⁴ Conforme dados do TSE, em 1994 o Partido dos Trabalhadores elegeu uma bancada de 50 deputados federais. Antes contava com 35. O senado passa de 01 para 05 senadores. Elege governadores em duas capitais. Vitor Buaiz em Vitória – Espírito Santo – e Cristóvão Buarque no Distrito Federal.

discurso. Uma ponderação sobre essas mudanças pode ser percebida nas resoluções do X Encontro Nacional:

A derrota de 1994, entre outras lições, convida a uma reflexão mais crua sobre nossa imagem na sociedade, sobre o efeito exterior de nossas lutas internas, sobre as ambigüidades políticas e ideológicas que temos, sobre nossas dificuldades em realizar um ajuste de contas mais severo com as duas heranças socialistas deste século: o comunismo e a social-democracia. Finalmente, as eleições de 1994 revelaram, de forma definitiva, a precariedade de nossa organização, de nossas finanças, o caráter amador de nosso trabalho de direção e a conseqüente necessidade de qualificá-lo¹¹⁵.

A conseqüência dessas mudanças reflete-se no novo arco de alianças que se formou nas eleições presidenciais seguintes, nas quais o PT conseguiu reunir outros nomes importantes, como o PDT, além dos aliados tradicionais.

3.3 Coligação Para a Campanha Presidencial de 1998

Essa nova fase do PT consolida-se com a formação da *União do Povo Muda Brasil* formado pela coligação entre PT, PDT, PSB e PC do B¹¹⁶, que uniu as esquerdas e cedeu lugar a Leonel Brizola do PDT como vice de Lula. A base desse novo leque de partidos havia sido formulada com o bloco de oposição¹¹⁷ ao governo Fernando Henrique Cardoso no Congresso Nacional.

Entretanto, outros fatores interferiram na formação da política de alianças do PT a partir de 1997. As eleições presidenciais de 1998 ocorreram sob uma nova perspectiva institucional, com a aprovação da proposta de reeleição para o executivo nacional, sem a necessidade de afastamento do cargo durante o período eleitoral. Como principal beneficiado pela aprovação do projeto, Fernando Henrique Cardoso (PSDB), ampliou a coligação de centro-direita, que

¹¹⁵ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. Item 74-75. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 629.

¹¹⁶ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. XI Encontro Nacional, item VIII. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 659-661.

¹¹⁷ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002**. Carta do Rio de Janeiro, frente de oposição atuante no Congresso Nacional constituída em 1997 pelo PT, PDT, PSB e PC do B. XI Encontro Nacional, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p.01.

passou a contar com o apoio do Partido Progressista Brasileiro – PPB, de Paulo Maluf, e de amplos setores do PMDB.

Por outro lado, o bloco de oposição ao governo, já iniciado no Congresso Nacional, foi então ampliado com a entrada do PCB, definindo-se uma candidatura única das oposições. Um dos pré-requisitos para que o PDT apoiasse a candidatura Lula e indicasse Brizola como vice era o apoio formal do PT nos Estados onde o PDT disputava com candidatura própria.

As primeiras conseqüências dessa estratégia de aliança ampla foram as reações dos Diretórios Estaduais petistas. Um caso expressivo ocorreu na recusa do Diretório Estadual do Rio de Janeiro em apoiar o candidato do PDT ao governo do Estado, Anthony Garotinho. Naquela conjuntura, o Diretório Estadual do PT desejava sair com candidatura própria. O impasse só foi solucionado no Encontro Nacional Extraordinário ocorrido em maio de 1998, que revogou a decisão do Encontro Estadual e votou pelo apoio ao candidato do PDT, indicando Benedita da Silva (PT) como vice de Garotinho (PDT).

Buscando consolidar os apoios à candidatura Lula e evitar o isolamento do PT, o Encontro Nacional Extraordinário¹¹⁸ reafirma as orientações para a nova política de alianças, opondo-se ao governo Fernando Henrique Cardoso e à sua política neoliberal. Dessa forma o PT decide,

[...] adotar tática eleitoral de alianças mais amplas que o campo democrático-popular para as disputas estaduais e nacionais, sem cair no sectarismo e na desfiguração do programa partidário, coibindo o oportunismo eleitoreiro e o isolacionismo. O que deve definir nossas alianças eleitorais é a oposição a FHC, ao neoliberalismo e aos partidos de direita. A tática eleitoral em nível estadual deve estar subordinada à consolidação da Frente de apoio à candidatura Lula.¹¹⁹

Além da aprovação do projeto de reeleição, o Brasil convivia ainda com o “nervosismo” do mercado que passava por uma crise, provocada pela moratória da Rússia, junto aos organismos internacionais. O candidato Fernando Henrique

¹¹⁸ Ocorrido em 1988.

¹¹⁹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 670.

Cardoso, na condição de Presidente da República, tratou de construir um discurso otimista que pudesse tranquilizar a população. Afirmava que a crise era passageira e que o país teria condições de superá-la (OLIVEIRA, 1999).

Entretanto, os partidos da coligação *União do Povo Muda Brasil*, liderados pelo PT, procuraram demonstrar que os inimigos a serem combatidos eram as elites nacionais e o capital estrangeiro representado pelos especuladores internacionais. De acordo com o PT, “a política de FHC desestruturou e desnacionalizou nossa indústria e nossa agricultura, provocando desemprego e exclusão social”¹²⁰. Argumentava-se, ainda, que “as elites rejeitam um projeto nacional de desenvolvimento e se recusam a adotar políticas agrícola, industrial e de ciência e tecnologia. Com isso, o Estado perde instrumentos estratégicos de defesa dos interesses nacionais”.¹²¹

Assim, a proposta da oposição era reverter esse quadro, opondo-se tanto a FHC quanto às forças especulativas do capital internacional. Para Amaral (2003), o então presidente Fernando Henrique teria se beneficiado com a crise, aparecendo para o eleitorado como o candidato mais apto a contorná-la. Lula tentaria ainda reverter a situação que lhe era favorável no final da campanha, enfatizando, em seu horário Gratuito de Propaganda Eleitoral, que o governo Fernando Henrique Cardoso era o principal responsável pela crise. No entanto, essa tentativa se mostrou ineficiente. Afinal, mantendo boa margem nas pesquisas durante a campanha, mais uma vez, FHC derrotou seus adversários, reelegendo-se no primeiro turno.

Novamente tentou-se buscar explicações para a terceira derrota consecutiva de Lula. A avaliação do partido não apontou para a falta de uma ampla coligação, conforme ocorrera em 1994, mas à ineficiência das propostas políticas da *Frente*, na área econômica. Teria faltado “um eixo central que lhe desse consistência e lógica na elaboração de um programa viável de suas críticas ao

¹²⁰ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002**. Programa de Governo de 1998. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005. p.04.

¹²¹ Ibid.,

governo” (AMARAL, 2003, p. 130-131). Deve-se, contudo, considerar ainda a vantagem natural de um presidente em exercício quando disputa sua reeleição.

3.4 Coligação Para a Campanha Presidencial de 2002

A composição de partidos políticos que formou a coligação para a candidatura de Lula nas eleições presidenciais de 2002 reuniu forças, até poucos anos atrás consideradas antagônicas, reservando ao pleito inúmeras indagações. Essa aliança permitiu a chegada de Lula à Presidência da República após três tentativas, tendo vice-presidente o empresário José Alencar do Partido Liberal (PL).

A base dessa coligação foi encaminhada pelo Partido dos Trabalhadores, no XII Encontro Nacional ocorrido em 2001. Havia, naquele contexto, uma indefinição do cenário para a disputa sucessória de FHC. Entretanto, o PT avaliara como previsível a presença do candidato governista no segundo turno, em função do peso que o poder econômico teria nas eleições, além, ainda, do apoio que poderia obter dos meios empresariais e da mídia.

Apesar de permanecer a defesa de ampliação no leque de partidos para uma futura coligação com o PT, o princípio orientador de sua política era o pressuposto de que qualquer aliança deveria apresentar uma “nitidez programática” das forças que fariam a coligação tanto no primeiro quanto no segundo turno das eleições presidenciais e, posteriormente, na coalizão para formação do governo. Defendia ainda, propostas anti-neoliberais para abertura de um novo ciclo de desenvolvimento para o país e uma mudança do modelo econômico assentada em um amplo programa de inclusão social, com radicalização da democracia e inserção soberana do Brasil no mundo¹²².

¹²² PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002**. Resoluções do XII Encontro Nacional. Item 47. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 13.

Por força da conjuntura política, o PT deparou-se em 2001 com uma nova tendência no quadro sucessório. Diferentemente do que ocorreu em 1998, quando foi possível formar uma ampla frente de esquerda com: PC do B, PDT, PSB e PCB, em 2001, o cenário apresentava uma retração no conjunto de possíveis alianças com o PT. O PSB ensaiava a candidatura Garotinho; o PDT acenava com a possibilidade de apoio a Itamar Franco, cogitado como candidato; o PPS havia indicado a candidatura Ciro Gomes. O desafio que se colocava para o PT era construir um arco de alianças para dar sustentação a um possível governo do PT sem a presença desses partidos. Para isso seria necessário buscar outras forças que estivessem na oposição ao governo FHC e às políticas neoliberais¹²³.

Buscando evitar o isolacionismo, o PT se colocou a disposição para conversar com todas as forças políticas de oposição ao governo FHC. O princípio orientador do leque de alianças em 2002, colocado para o partido, tinha como premissa “uma política de fustigar as forças de direita, que não se perca em enfrentamentos secundários”¹²⁴. Além de colocar seu candidato no segundo turno, o partido buscava, ainda, formar um novo bloco de forças sociais e políticas, capaz de ganhar as eleições, iniciar um programa de combate às propostas neoliberais em cumprimento ao seu programa e formar uma ampla coalizão de partidos para formar o governo.

Internamente, os dirigentes do PT buscaram se unir, independente de suas posições à direita, centro, ou esquerda, mas contra o neoliberalismo e a favor da viabilidade e sustentação de um possível governo do PT. Para encaminhar esses pressupostos, o partido deslocou-se no sentido de tornar possível a costura de uma aliança com partidos de centro. Em março de 2002, o Diretório Nacional homologou o resultado das prévias eleitorais que definiram o nome de Luiz Inácio Lula da Silva como candidato do PT à Presidência da República nas

¹²³ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002**. Resoluções do XII Encontro Nacional. Item 48. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p.13.

¹²⁴ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002**. Resoluções do XII Encontro Nacional. Item 52. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p.14.

eleições daquele ano. Referendou o nome de Antônio Palocci como coordenador do programa de governo e do presidente nacional do PT, José Dirceu, como coordenador da campanha eleitoral. A partir desse momento, o PT passou a buscar um nome para ocupar a posição de vice-presidente na chapa encabeçada por Lula.

Para enfrentar as candidaturas de Anthony Garotinho (PSB / PGT / PTC), Ciro Gomes (PPS / PDT / PTB), Ruy Costa Pimenta (PCO), José Maria de Almeida (PSTU) e José Serra (PSDB / PMDB), o PT iniciou conversações com o Partido Liberal (PL) ¹²⁵, tradicionalmente de centro. As deliberações do Diretório Nacional autorizavam a direção do partido a viabilizar uma coligação, até então inédita na trajetória do Partido dos Trabalhadores.

Dessa forma, procurou-se iniciar conversações com outros partidos, conforme exposto a seguir pela Resolução do PT para as coligações de 2002.

[...] um arco de alianças que incorpore as forças políticas de oposição a FHC, cabendo ao Diretório Nacional a decisão final sobre o programa, o candidato a vice-presidente da República e as alianças. É neste sentido que o DN, informado das conversações havidas, autoriza o prosseguimento do diálogo com o PL e setores do PMDB que se opõem ao governo. ¹²⁶

Apesar desses encaminhamentos já haverem sido definidos pelo XII Encontro Nacional, observa-se que a decisão final foi deixada a cargo de um fórum menos complexo, como o Diretório Nacional.

Viabilizada a aliança com o Partido Liberal, formou-se a coligação *Lula Presidente*, dividindo assim a direita e formando uma nova coligação partidária que continha ainda o PC do B, o PMN e o PCB. Ao estabelecer essa coligação incluindo o PL, o PT atraía para si uma parcela significativa do empresariado e das classes médias que mais perderam com a política de Fernando Henrique

¹²⁵ A partir de 12/2006 o PL incorporou-se a outras siglas formando o Partido da República - PR

¹²⁶ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002**. Resolução do Diretório Nacional Sobre Política de Alianças de 23/03/2002. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005 p.01.

Cardoso e que relutavam em aderir-se ao PT. Forma-se, assim, um novo bloco, que possibilitaria a união entre Estado, empresários e trabalhadores.

Disputando o segundo turno com o candidato governista José Serra (PSDB), o PT buscou ampliar ainda mais sua base, mantendo conversações e recebendo apoio inclusive de parcelas significativas do PFL. Mesmo apoiando oficialmente o candidato do PSDB, parcelas do PMDB decidiram pela candidatura Lula, que venceu o pleito em 2002. Já iniciado o mandato, os partidos da coligação buscaram formar uma ampla coalizão de partidos, atraindo para esse grupo o PMDB, o PTB, expressivas parcelas do PP e parte do PFL, formando, assim, um presidencialismo de coalizão e a formação do primeiro governo Lula.

Concluindo, pode-se constatar que na trajetória do PT, a política de alianças foi marcada pela oposição ao governo Sarney e a Nova República, estendendo-se aos governos Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), bem como, por amplas discussões entre as forças políticas internas, nas quais o sectarismo e a intolerância já eram considerados como ameaça de conduzir o PT ao isolacionismo desde a final da década de 1980. Observa-se, ainda, que reconhecimento de Lula na experiência de 1989, quando não viabilizou o apoio do PMDB, no segundo turno, é indicativo da necessidade de se buscar apoio de forma ampla e realista, para se chegar ao governo, o que se constata na avaliação do X Encontro Nacional e, posteriormente, nas mudanças conduzidas pelo campo majoritário. Esse realismo deve ser estabelecido nas propostas de governo, na firmeza do discurso do candidato, e na formação de uma coligação ampla, que determine ainda, uma coalizão de partidos para sustentar o governo eleito.

No que se refere especificamente às eleições de 2002, constata-se, alguns indicativos que contribuíram para o êxito da política de alianças e para vitória da coligação em 2002. Em primeiro lugar, deve-se destacar o quadro sucessório de 2001, em que parte dos aliados tradicionais optou por candidatura própria. Em segundo, a disposição do partido em perseguir o êxito eleitoral, aliando-se de forma realista aos partidos de centro e substituindo o discurso ideológico por

propostas mais concretas, uma vez que o fim último é a chegada ao governo. Em terceiro, apresentar seu candidato como alguém maduro, equilibrado, com experiência política e mais preparado para conduzir o executivo federal. Esses indicativos, somados ao desgaste do governo de Fernando Henrique Cardoso e à incapacidade do candidato da situação, José Serra (PSDB), de impedir a fragmentação de sua base partidária, conduziram o Partido dos Trabalhadores ao governo da República, viabilizando o mais expressivo conjunto de forças políticas da recente democracia brasileira.

4 POLÍTICA EXTERNA

Inicialmente, cumpre destacar que a política externa é uma das dimensões da vida do Estado. É por meio dela que são determinadas as relações entre os Estados e os organismos multilaterais no sistema internacional, sendo, no caso do Brasil, de competência exclusiva do Poder Executivo Federal, cabendo ao Legislativo a ratificação de tratados internacionais e a aprovação dos embaixadores designados pelo Presidente da República.

Nesse sentido, a premissa deste capítulo é verificar como os Programas de Governo do então candidato à presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva (PT), propunha defender o interesse nacional do Brasil, nas principais questões de sua agenda externa¹²⁷. O objetivo de tal verificação é demonstrar qual o modelo de desenvolvimento proposto pelos Programas de Governo do PT. Ao final, demonstrará se as propostas retomam a forma desenvolvimentista e autonomista que se afirmou gradualmente no Brasil de 1930 a 1985, se propõe alguma inovação ou, ainda, se aprofundam a subordinação passiva, iniciada a partir da década de 1990 com o governo de Fernando Collor de Melo. Para isso, serão verificadas as propostas de integração do Brasil com blocos econômicos do Mercosul e da Alca, além do posicionamento em relação ao FMI e ao pagamento da dívida externa.

Procede, no entanto, salientar que a Política Externa constitui-se uma das áreas de pesquisa da disciplina acadêmica de Relações Internacionais. Nesse sentido, apresenta-se um resumo histórico do quadro teórico clássico, para, em seguida, analisar as propostas de política externa defendidas pelo PT, desde a

¹²⁷ Conforme Bobbio (2004), o Interesse Nacional deve ser distinguido entre o contexto das relações internacionais e das relações internas. No contexto das relações internacionais, o Interesse nacional é entendido como uma necessidade de segurança que cada Estado tem dentro das condições anárquicas que predominam no sistema internacional. O Interesse nacional, nesse sentido, visa defender ainda os próprios interesses econômicos, ou de qualquer outra natureza, quando em conflito com outros Estados. Pode ainda levar à busca por espaços vitais para garantir o acesso a mercados e à matérias-primas estratégicas, como também levar à integração. No contexto da política interna, será entendido como o interesse da generalidade dos habitantes de um país, que se contrapõe aos interesses particulares de cada um dos cidadãos e de cada um dos grupos sócio-econômicos.

sua fundação, em 1980, até 2002, utilizando como fonte principal os Programas de Governo para o executivo federal.

Referente ao arcabouço teórico, Oliveira (2007) observa que, no âmbito das Relações Internacionais, a teoria pode ser vista como “um conjunto coerente e sistemático de proposições, as quais têm por objetivo esclarecer a esfera das relações sociais que denominamos de internacionais” (p. 72). Entre as teorias utilizadas na interpretação da realidade das relações entre os Estados, também denominadas “paradigmas”, destaca-se: o Idealismo e o Realismo. Entretanto, alguns autores reconhecem somente dois desenhos teóricos denominados de Pluralista e Estruturalista. Há, ainda, autores que consideram o marxismo e o behaviorismo como modelos paradigmáticos das Relações Internacionais. Entretanto, à medida que a sociedade internacional foi se transformando, os ditames do modelo tradicional, estatocêntrico e anárquico apresentaram-se insuficientes para a interpretação das mudanças operadas pela Guerra Fria, e pelo surgimento dos blocos econômicos interdependentes, gerando um novo conjunto de teorias explicativas.

4.1 Modelo Teórico Idealista

O movimento que culminou com o paradigma idealista localiza-se entre os dois grandes conflitos mundiais, marcado pelo apoio do presidente Woodrow Wilson dos Estados Unidos à paz de Versalhes e pelo advento do primeiro organismo de finalidade político-universal – a Liga das Nações –, o qual buscava, entre seus objetivos, impedir a incidência de uma nova guerra mundial. Esse paradigma de curto espaço de duração tornou-se conhecido como idealista, pois buscava introduzir projetos inspirados em regras éticas e que, transformadas em princípios jurídicos, serviram como padrões às Relações Internacionais. A principal característica dessa corrente consiste na prática diplomática aberta, que afastou as tradicionais de diplomacia de bastidores que negociavam alianças militares secretas, além de consolidar a determinação internacional da

obrigatoriedade do registro e da publicação dos tratados multilaterais (OLIVEIRA, 2007).

Segundo essa autora, a visão idealista e legalista, que buscava dar um perfil pacifista e integracionista à sociedade internacional, pautada na busca da paz através da lei, foi combatida pelo historiador inglês Edward Hallet Carr (1968), que constatou a inadequação do paradigma idealista para tratar das relações de poder entre os Estados, após o fracasso da Liga das Nações e do segundo conflito mundial, a partir de 1939, o que marcou o seu declínio. De acordo com Oliveira (2007), esse modelo tem seus antecedentes em torno da paz nas obras clássicas como o *defensor pacis*, publicada em 1324 por Marsílio de Pádua, influenciado pela obra de Aristóteles – A Política –, reconhecendo que os homens são perfeitos para a paz civil e para a sociedade no âmbito da assembléia geral dos cidadãos. Nessa mesma linha, a autora destaca as obras de Thomas Morus em seu livro Utopia, Hugo Grótius, que abarca questões como a guerra justa e injusta e Immanuel Kant, com a obra à Paz perpétua.

4.2 Modelo Teórico Realista

Nogueira (2005) apresenta estudo sobre a concepção do realismo político, parâmetro conhecido como clássico e estatocêntrico, surgido como reação ao período denominado idealista das relações internacionais, que conforme mostra esse autor, encontra raízes inspiradoras em pensadores como Nicolau Maquiavel, em especial na sua obra *O Príncipe* (1513), e Thomas Hobbes, na obra *O Leviatã* (1651). Maquiavel, apud Nogueira (2005), concentra-se na ação política da cidade de Florença, Itália e dos seus acontecimentos políticos. Sua ação torna-se mais radical, pois é empírica. Deixou como herança para os realistas a ênfase na sobrevivência do Estado como ator predominante. Para sobreviver, o poder se faz necessário, e o seu equilíbrio é crucial para lidar com o desafio da segurança. Dessa forma, Maquiavel mostra o mundo real, como ele é, onde a ação dos governantes é sempre no sentido de manter o exercício do poder político. Também como homem da *virtú*, deve saber atuar em

circunstâncias orientadas pelo fluxo de eventos, os quais não dependem somente de sua vontade própria.

Com Maquiavel, mudam-se as finalidades, pois as relações de poder são reguladas pelo equilíbrio, no qual, o uso da força é o entendimento fundamental para a manutenção de um Estado. Nesse sentido, os meios que vier a empregar serão sempre justificados pela finalidade que se busca obter. Origina-se, a partir de Maquiavel, a isenção de qualquer preceito moral na responsabilidade e na conduta dos governantes, tanto no campo interno, como no externo.

Ainda conforme Nogueira (2005), de Hobbes, os realistas destacaram a construção simbólica do estado de natureza anárquico, que comparam com a ausência de governo ou anarquia do sistema internacional. No estado de natureza, somente o mais forte tem possibilidade de sobrevivência. Para Hobbes, apud Nogueira (2005) não há utopia, pois a interação entre os indivíduos sempre levará ao conflito, sendo necessário criar-se um corpo cívico encarnado no soberano. Para os realistas, a falta de um soberano que tenha o monopólio do uso legítimo da força nas relações internacionais é comparável ao estado de natureza de Hobbes. De acordo com Nogueira (2005, p. 22-23), “a impossibilidade de estabelecer um Leviatã no plano internacional – pela própria admissão de Hobbes – torna a anarquia internacional uma característica definitiva das relações internacionais”.

Essas considerações foram sustentadas pelos teóricos realistas, principalmente após a Segunda Guerra mundial, mantendo-se a concepção do Estado como forma de organização política, social, e coercitiva em nível interno, e descentralizado e anárquico no âmbito internacional. Dessa forma, o Estado é considerado pelo viés realista, como o ator definidor das relações internacionais. Nesse sistema, impera a lei do mais forte, em que o conceito de segurança e equilíbrio de poder passou a caracterizar o fator decisivo nas relações entre os Estados. Esse paradigma, que recebeu diferentes formulações de seus estudiosos ocupou-se, da investigação sobre as causas da guerra entre as

unidades do sistema internacional, e a constituição dos organismos internacionais (OLIVEIRA, 2007).

Ainda conforme essa autora, no início da Guerra Fria, em 1948, Hans Morgenthau publicou a obra *Politics Among Nations*, consolidando esse modelo teórico. Nessa obra, Morgenthau, apud Oliveira (2005) estabeleceu alguns princípios básicos para o relacionamento entre os Estados. Tais princípios afirmam que a política, assim como a sociedade, é governada por leis objetivas que refletem a natureza humana. Portanto, para entender, analisar e lidar com a política, é necessário referir-se à natureza humana, isto é, ao que há de mais profundo e mais imutável no ser humano. Morgenthau, apud Oliveira (2005) definiu os interesses em termos de poder, numa perspectiva estadista, protegendo, dessa forma, os realistas das preocupações com as motivações e preferências ideológicas, já que bons motivos, não levam necessariamente ao sucesso das políticas. Dessa forma, demonstrou que todos os Estados têm o mesmo objetivo: o poder. Com esses princípios, elevou a racionalidade ao instrumento central do processo político.

Vale destacar, ainda, dentro do modelo realista clássico que a política interna e a política externa são consideradas duas áreas distintas e independentes. Conforme Oliveira (2007, p.8), “os princípios morais e democráticos não podem ser aplicados às relações internacionais. Na política externa, prevalecem as questões de poder e de segurança”. Por esse motivo, a política externa de um Estado deve ser determinada pela defesa da soberania e do interesse nacional. Nesse sentido destaca-se a ênfase das duas vertentes do realismo apresentada por Nogueira (2005, p. 25).

O Estado convive, portanto, com uma dupla realidade: uma interna, em que é soberano e tem a autoridade e a legitimidade de impor decisões e diretrizes, e uma outra realidade externa, que está ausente qualquer autoridade que tenha a legitimidade de tomar ou impor decisões. Nesta segunda realidade, o Estado tem como função principal – para não dizer única – a defesa do interesse nacional, isto é a preservação e a permanência do Estado como ator nas relações internacionais.

Para os realistas, o interesse nacional do Estado é algo predeterminado e resulta da dupla realidade interna e externa. Esse interesse nacional é a sobrevivência do Estado como ator fundamental, que deve levar à mobilização de todas as capacidades nacionais e ao qual, se submetem todos os demais interesses. Finalizando esse breve resumo do quadro teórico das relações internacionais, observa-se que para os realistas, a segurança do indivíduo só é garantida, uma vez que, a segurança do Estado do qual faz parte é mantida. Com isso, as duas funções fundamentais do Estado – que se caracterizam pela manutenção da paz no plano doméstico, e a segurança no plano internacional – são preenchidas, ao se garantir a sobrevivência do Estado.

4.3 Contexto histórico da política externa brasileira

Desde o Brasil República (1889) até o final da década de 1980, a conduta clássica da diplomacia brasileira foi de alinhamento negociado com as potências hegemônicas e o capital estrangeiro, salvo alguns intervalos caracterizados pelos governos de Eurico Gaspar Dutra (1945-1949), Café Filho (1954-1955) e Castelo Branco (1964-1967), os quais se alinharam de forma automática aos Estados Unidos (BANDEIRA, 1989) (MOURA 1991).

Esses autores destacam ainda, o modelo desenvolvimentista que se estabeleceu gradativamente no Brasil a partir dos anos 1950, no segundo governo Vargas, seguido pelo governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961). Vizontini (2004) apresenta estudo sobre os governos militares, destacando o modelo desenvolvimentista ascendente a partir do governo do presidente Castelo Branco (1964 – 1967), seguindo-se o apogeu do modelo com o “milagre econômico” no governo do presidente Médici (1969 – 1974), e o declínio desse modelo a partir do governo do presidente Geisel (1974 – 1985).

Conforme Batista (1994), o alinhamento negociado entra em declínio no início da década de 1990 com o governo Collor, que adotou sem reservas o Consenso de

Washington¹²⁸ e os valores neoliberais como doutrina predominante. Esse autor mostra que o “Consenso” tinha como objetivo avaliar as reformas econômicas na América Latina, porém acabou por ratificar as propostas do economista John Williamson, tornando-se a política oficial do FMI, indicada para promover o “ajustamento macroeconômico” dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades.

Tais propostas do Consenso de Washington embasaram-se nos conceitos neoliberais de diminuição do Estado e do seu poder de fazer políticas sociais de forma autêntica e soberana. Surge como reação ao Estado de Bem-Estar Social, sendo disseminado como sinônimo de modernidade e definido como resposta às exigências da “globalização”. Essa doutrina teve como principais defensores a administração Reagan (1981-1989) nos EUA e a primeira ministra britânica, Margareth Thatcher (1979 – 1990) na Inglaterra (BATISTA, 1994).

Já Wainwright (1998) mostra que os conceitos filosóficos do neoliberalismo têm como principal teórico o economista e filósofo austríaco Frederick Von Hayek. Suas metas foram traçadas após a Primeira Guerra Mundial, quando o liberalismo austríaco havia fracassado e o socialismo, assim como o nacionalismo, estavam em ascensão. Assim, os fundamentos filosóficos de Hayek se opõem à noção positivista do conhecimento, como um modelo das ciências naturais que formulava leis gerais, através da descrição das conjunções regulares dos fenômenos, que levaria ao socialismo.

Para Wainwright (1998, p.11), “os fundamentos de Hayek continuam a fornecer o capital filosófico do qual se nutrem as políticas neoliberais de todas as matizes, conscientes ou não”. Com o fracasso das economias centralmente planejadas do bloco soviético, renovou-se o valor desse capital filosófico, imbuindo o livre mercado de uma qualidade “sagrada”.

¹²⁸ De acordo com Batista (1994), esse “consenso” foi um conjunto de medidas formuladas em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras baseadas em Washington, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos. A avaliação do consenso de Washington abrangeu 10 áreas: 1) disciplina fiscal; 2) priorização dos gastos públicos; 3) reforma tributária; 4) liberalização financeira; 5) regime cambial; 6) liberalização comercial; 7) investimento direto estrangeiro; 8) privatização; 9) desregulação; e 10) propriedade intelectual (p. 118).

O marketing dessas idéias neoliberais disseminou-se pelos meios de comunicação, que passou a admitir a falência do Estado, visto como incapaz de formular sua política macroeconômica, além de defender a conveniência de se transferir essa responsabilidade aos organismos internacionais. Não se discutia se o Estado podia ou devia ser empresário, monopolizando atividades estratégicas. Passou-se simplesmente a admitir, como fim lógico, que o Estado não estaria mais em condições de um atributo essencial da soberania, o de fazer a política monetária e fiscal (BATISTA, 1994).

A adoção desse modelo, após o fim da bipolaridade da guerra fria¹²⁹, levou o Brasil, a uma ostensiva aceitação da dependência aos Estados Unidos, com a abertura unilateral do mercado no início da década de 1990, estabelecendo, assim, uma percepção diferenciada do interesse nacional.

Nesse sentido, segue-se com a verificação do discurso e das propostas do PT, no que se refere à defesa do interesse nacional¹³⁰ nas principais questões de sua agenda externa, assinalando as propostas de integração do Brasil com blocos os econômicos do Mercosul e da Alca, além do posicionamento em relação ao FMI e ao pagamento da dívida externa.

É importante esclarecer que o Programa de Governo de um partido é um elenco de intenções, no qual esse apresenta para os eleitores suas propostas e seu discurso oficial. Além das intenções, retrata ainda a conjuntura política,

¹²⁹ Conforme Batista (2005), no final da década de 1980 e início de 1990 os países latino-americanos pareciam comportar-se como países derrotados. Reagiram defensivamente com complexo de culpa, como se estivessem saindo de uma longa noite de totalitarismo político e econômico, como se houvessem sido eles, juntamente com os países da Europa Oriental, vencidos também na guerra fria. Resignados e acomodados sem nenhuma vontade perceptível de se afirmar como verdadeiras nações (p.102-103).

¹³⁰ Conforme Bobbio (2004), o Interesse Nacional deve ser distinguido entre o contexto das relações internacionais e das relações internas. No contexto das relações internacionais, o Interesse nacional é entendido como uma necessidade de segurança que cada Estado tem dentro das condições anárquicas que predominam no sistema internacional. O Interesse nacional, nesse sentido, visa defender ainda os próprios interesses econômicos, ou de qualquer outra natureza, quando em conflito com outros Estados. Pode ainda levar à busca por espaços vitais para garantir o acesso a mercados e à matérias-primas estratégicas, como também levar à integração. No contexto da política interna, será entendido como o interesse da generalidade dos habitantes de um país, que se contrapõe aos interesses particulares de cada um dos cidadãos e de cada um dos grupos sócio-econômicos.

econômica e social em que o partido concorreu às eleições. Entretanto, Programas de Governo e propostas de ação são apresentados de forma um tanto genérica, não permitindo que seja medido de forma mais consistente o conteúdo desses posicionamentos progressivos. Para não cair no vazio ou na generalidade de propostas, optou-se em mostrar a evolução do discurso petista na área de política externa a partir dos documentos oficiais de sua fundação até 1989, para, em seguida, apresentar suas propostas a partir dos Programas de Governo.

4.4 Evolução do Discurso Petista

Dessa forma, constata-se no programa de fundação do PT, redigido em 1980, as linhas gerais de suas proposições em relação à política internacional, a qual se configura como “[...] uma política internacional de solidariedade entre os povos oprimidos e de respeito mútuo entre as nações, que aprofunde a cooperação e sirva à paz mundial”.¹³¹ O PT apresenta ainda a sua solidariedade aos movimentos de libertação nacional e a todos os movimentos de âmbito internacional que visem criar melhores condições de vida, justiça e paz para toda a humanidade.¹³²

Com base em suas proposições de 1984, o partido defendia a necessidade de ampliação das relações diplomáticas com os países do Terceiro Mundo¹³³, do leste europeu e recusava à predominância do imperialismo norte americano.

¹³¹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 71.

¹³² Ibid.,

¹³³ O termo surge a partir da Conferência de Bandung, ocorrida em abril de 1955 na Indonésia. Reuniu os países da África sub saariana e Ásia, criando as bases do Movimento de Países Não-Alinhados, liderados por Nehru da Índia, Nasser do Egito e Tito da Iugoslávia. Inicialmente, o Brasil permanece neutro, mas, após 1962, com o governo de Goulart, alinha-se ao Terceiro Mundo.

Suas teses políticas defendiam

[...]. Uma política internacional em favor dos interesses dos povos que lutam por sua libertação. Devemos recusar todas as formas de submissão do País à dominação imperialista, como as que impõem restrições nas relações internacionais. Uma política externa independente implica, hoje, a ampliação das relações comerciais e diplomáticas com os países socialistas e do Terceiro Mundo. A luta do povo brasileiro é inseparável das lutas dos outros povos latino-americanos, pela semelhança das relações econômicas, históricas e culturais.¹³⁴

O mesmo tema, pertinente à inserção soberana do Brasil é discutido pelo partido em 1986, relacionando-o à conjuntura crescente de lutas por libertação na América Central contra a interferência do governo norte americano. Naquele contexto, o PT demonstrava que: [...] “Um dos compromissos mais caros ao PT é exatamente a solidariedade com as lutas de outros povos”¹³⁵.

Essa mesma premissa de solidariedade, autodeterminação dos povos e cooperação, na defesa do interesse nacional, permanece no Plano de Ação de Governo - PAG, no qual se estabeleceu as diretrizes para a elaboração do Programa de 1989. Nesse sentido, as diretrizes apontam as seguintes iniciativas:

[...] uma política externa independente e soberana, sem alinhamentos automáticos, pautada pelos princípios de autodeterminação dos povos, não ingerência em assuntos internos de outros países e pelo estabelecimento de relações com governos e nações em busca da cooperação à base de plena igualdade de direitos e benefícios mútuos.¹³⁶

Observa-se, ainda, que o princípio orientador das propostas iniciais do PT, tanto em sua fundação, como no decorrer da década de 1980 e nas diretrizes para o Programa de 1989, primou pela autodeterminação, cooperação, independência e defesa do interesse nacional do Brasil no concerto geral das nações, sem propostas de alinhamentos automáticos. Segue-se, a partir dessa constatação, a

¹³⁴ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 149.

¹³⁵ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979-1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 257.

¹³⁶ Ibid., p. 423.

observação quanto à linha de continuidade ou não desses temas, a partir dos Programas de Governo do candidato a presidente pelo PT. Serão observadas se as propostas apontam para uma posição mais independente e desenvolvimentista ou se podem ser associadas ao modelo neoliberal.

No decorrer da apresentação, será adotada a seguinte ordem de aspectos nos temas da agenda externa: propostas de defesa do interesse nacional, através da cooperação e integração aos acordos sub-regionais como o Mercosul e a Área de Livre Comércio das Américas - ALCA, e posicionamentos em relação ao Fundo Monetário Internacional - FMI e à dívida externa.

4.5 Programa de Governo de 1989

No primeiro Programa de Governo do PT, os temas de política externa são mencionados nos cadernos intitulados Democracia, Economia e Síntese Popular. Esses situam as propostas no contexto do desenvolvimento econômico diferenciado entre os países, que leva os Estados hegemônicos a adotar políticas de ingerência sobre os menos desenvolvidos. Nesse sentido, esclarece que “o governo a Frente pretende ter uma política externa que defenda a independência e a soberania do Brasil e de todos os povos do mundo”.¹³⁷

Ressalta-se, pois, que a frente de partidos liderada pelo PT em 1989, propõe-se ainda a defender “iniciativas reais em defesa da paz, contra a corrida armamentista e pelo desarmamento nuclear”.¹³⁸ Essa disposição de busca pela paz associa-se a propostas de defesa da soberania, levando a um comprometimento do partido em “lutar por uma nova ordem econômica internacional, que liquide as relações de subordinação e dependência da maioria dos países, frente às potências imperialistas”.¹³⁹

¹³⁷ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002**. Caderno síntese popular, item XI. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 12.

¹³⁸ Ibid., p. 21

¹³⁹ Ibid.

Quanto aos processos de integração econômica e cooperação¹⁴⁰, cabe ressaltar que esses, se tornam dinâmicos e abrangentes com o fim da guerra fria na década de 1990, configurando-se como uma tendência mundial no âmbito das relações econômicas e comerciais.

No Programa de Governo do PT de 1989, por exemplo, esse processo apresenta-se como “um mecanismos que acabe com a subordinação e dependência dos países mais pobres aos ricos.”¹⁴¹ O Programa propunha, ainda, lutar pela criação “do parlamento *latino americano* baseado na cooperação e igualdade de direitos e apoiará a criação de Zonas de paz na América Latina”¹⁴² (grifo do autor).

O problema da dívida externa brasileira e do Fundo Monetário Internacional (FMI) é apresentado em destaque no Programa da *Frente Brasil Popular* em 1989, já que, essa era a questão mais candente na conjuntura política externa desse contexto. Assim, o PT propõe o rompimento com o FMI e mostra-se contrário ao pagamento da dívida. Suas propostas declaram que.

O PT é contra o pagamento da dívida externa porque é ilegítima e atravanca a nossa economia. O governo Lula romperá os acordos com o FMI, suspenderá os pagamentos da dívida para examinar os débitos e convocará uma conferência internacional dos devedores.¹⁴³

No caderno intitulado Economia, o partido apresenta um amplo histórico dos números da dívida desde 1970, como forma de demonstrar a inviabilidade dos

¹⁴⁰ O processo de integração tem como exemplos: a União Européia, criada pelo Tratado de Maastricht, em vigor a partir de 1993; NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), entre Estados Unidos e o Canadá. Avanço do processo integrador na América Latina com o Mercado Comum do Sul - MERCOSUL. Conforme Almeida, (1988), o Mercosul é um projeto integracionista que vem se desenvolvendo desde meados dos anos 1980, a partir das primeiras tentativas entre Brasil e Argentina. Assumiu sua primeira conformação institucional em 1991 com o Tratado de Assunção, que uniu também Paraguai e Uruguai durante a primeira metade dos anos 1990, adotando, em 1995, a partir do Protocolo de Ouro Preto, o formato de uma união aduaneira.

¹⁴¹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002**. Caderno síntese popular, item IX. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 16.

¹⁴² PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002**. Caderno síntese popular, item IX São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 16.

¹⁴³ Ibid.Bases do Plano Alternativo de Governo, item 04, p. 09.

pagamentos da mesma. A justificativa do PT mostra que a evasão de divisas, impedia a retomada do crescimento com distribuição de renda. A saída proposta consistia em uma auditoria da mesma, posto que,

[...] não devemos e não podemos pagar essa dívida ilegítima, continuando a transferir para os países desenvolvidos parte significativa da riqueza que produzimos aqui. b) Colocar a dívida sub judice, iniciando cuidadosa auditoria, com a participação do Poder Legislativo e de organizações representativas da sociedade civil.¹⁴⁴

Dentre outros objetivos, a proposta em relação à dívida externa visava, ainda a: identificar os mecanismos de sua formação, seus modos de utilização, a legalidade dos procedimentos utilizados, as perdas decorrentes de aumentos abusivos das taxas de juros e os motivos que levaram à estatização da dívida do setor privado.

Em relação ao FMI, as propostas do Programa de 1989 defendiam de forma taxativa o rompimento com aquele organismo. Naquele contexto, o PT afirmava ser necessário “suspender os atuais acordos com o FMI e o pagamento do serviço da dívida externa, interrompendo assim a drenagem de recursos para o exterior. Adotar, de forma articulada, medidas para estancar a fuga de capitais¹⁴⁵”.

Vale ressaltar que a década de 1980 foi o período em que o alto pagamento dos juros da dívida externa impedia o crescimento e aumentava a dependência econômica do Brasil em relação ao FMI. O aumento dos juros no sistema internacional foi uma consequência do excesso de dólares então concentrados nos países exportadores de petróleo e que não encontravam lá aplicações rentáveis.

A necessidade dos bancos encontrou receptividade na economia da América Latina e brasileira do período militar. Até 1984 o governo brasileiro e empresas

¹⁴⁴ Ibid. Caderno de Economia, dívida externa, p.11.

¹⁴⁵ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002** caderno de Economia, dívida externa. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p.11.

privadas tomaram emprestadas altas quantias em dólares, incluindo-se nesse valor o refinanciamento de empréstimos anteriores. Todos os empréstimos externos tiveram o governo como avalista e foram contraídos com base em juros flutuantes, sistema no qual o devedor não sabe que taxa de juros vai pagar em cada momento e nem é consultado sobre essas variações que, com o tempo, determinam o tamanho de sua dívida (BATISTA, 1994).

Ainda em relação à dívida, destaca-se que, em fevereiro de 1987, o então presidente José Sarney havia decretado uma moratória técnica do pagamento da dívida externa comercial, ou seja, aquela contraída junto aos credores privados, por absoluta incapacidade de pagamento. A solução para esses pagamentos só seria discutida em negociações posteriores, ocorridas entre 1992 e 1994.

Concluindo esse primeiro Programa de Governo da coligação *Frente Brasil Popular* de 1989, liderada pelo PT, observa-se que o traço fundamental das propostas apresentadas se identifica com o período clássico da Política Externa Independente¹⁴⁶, bem como com o discurso defendido pelo partido na década de 1980, na defesa da soberania, do interesse nacional, e da integração regional.

Em relação à dívida externa e ao FMI, as propostas de suspensão dos pagamentos e rompimento com o fundo demonstram a falta de observação do partido em relação às opções colocadas para o Brasil, no âmbito de sua política externa dependente, frente à crise da dívida que deixou os países latino-americanos vulneráveis às pressões e aos ajustes do FMI. Ressalta-se, no

¹⁴⁶ De acordo com (DANTAS, 1962) A Política Externa Independente (PEI) foi apresentada pelo chanceler Afonso Arinos no governo de Jânio Quadros, iniciada em 1961 e defendida por Araújo Castro, diplomata de carreira, e pelo próprio Santiago Dantas, que assumiu a condução da política externa do Brasil durante a etapa parlamentarista. Esses podem ser considerados os principais responsáveis pelo corpo de idéias e pelo conjunto de iniciativas que deram a Política externa brasileira desse período um perfil de independência durante o conflito bipolar da guerra fria. De acordo com os fundamentos da PEI, o Brasil deveria ampliar sua autonomia no plano internacional, desvincilhando-se dos condicionamentos impostos pela bipolaridade. As posições do país deveriam ser motivadas pelo interesse nacional e não pelas pressões das grandes potências - especialmente os Estados Unidos. Para tanto se tornava necessária à diversificação de suas relações políticas e comerciais. Assim, a PEI aproximou o Brasil de outras nações do mundo subdesenvolvido na América Latina, na África e na Ásia, coincidindo em muitos pontos com as posições do Movimento Não-Alinhado: na crítica ao colonialismo, ao neocolonialismo, ao racismo e ao armamentismo.

entanto, que o diagnóstico apresentado pelo Programa em relação aos números da dívida demonstra-se bem fundamentado. As propostas para a solução da mesma, porém caracterizam a pouca experiência e habilidade do partido para lidar com assuntos tão complexos e interdependentes no âmbito da agenda externa.

4.6 Programa de Governo de 1994

Antes de apresentar as propostas de política externa do segundo Programa de Governo, torna-se oportuno contextualizar a ação do PT naquelas circunstâncias.

Almeida (2003) mostra que ocorreu em São Paulo um "foro"¹⁴⁷ de partidos de esquerda da América Latina, que depois se consolidou como reunião periódica de formações "progressistas" da região. Já em sua primeira declaração, em 1991, o Foro de São Paulo proclamou a firmeza do PT e de outros agrupamentos de esquerda da América Latina de opor-se, por todos os meios, à "integração imperialista" que se apresentava com a proposta da Área de Livre Comércio das Américas – ALCA¹⁴⁸.

Ainda conforme Almeida (2003), a partir do início da década de 1990, Lula passou a viajar pelo Brasil e pelo exterior, onde desenvolveu um maior conhecimento a respeito das opções na frente externa, tendo chegado a posições definidas, embora nem todas explícitas, em relação aos grandes problemas internacionais enfrentados pelo Brasil. Essa melhor compreensão dos problemas da agenda externa refletiu-se no segundo Programa de Governo apresentado para as eleições de 1994.

¹⁴⁷ O Foro de São Paulo (FSP) realizou-se em julho de 1990, quando 48 partidos políticos e organizações sociais da América Latina e Caribe, atendendo a convite do Partido dos Trabalhadores, reuniram-se para debater a nova conjuntura internacional pós-queda do Muro de Berlim (1989) e as consequências da implantação de políticas de cunho neoliberal pela maioria dos governos latino-americanos da época. Desde então, o FSP reuniu-se a cada um ou dois anos.

¹⁴⁸ Não há uma data exata de criação da ALCA. Existe uma carta de intenções - lançada em 1994 e confirmada em 1998 - entre as principais economias da região para que essa fosse criada até 2005, processo que ainda não se consolidou.

Em relação à defesa do interesse nacional, as propostas de política externa do Programa de Governo, em 1994, apresentam um caráter multilateral, atribuindo à soberania nacional um valor tão caro quanto o da soberania popular, observando as grandes transformações políticas, econômicas e sociais em curso.¹⁴⁹ A Política Externa desse Programa pauta-se pelas seguintes diretrizes:

Inserção soberana do Brasil no mundo por intermédio de uma política externa que coloque como eixos, a defesa da soberania nacional e da autodeterminação, a luta pela paz, o respeito aos direitos humanos, a preservação ambiental, profundas mudanças na ordem econômica internacional (especialmente em organismos como o FMI, Bird etc.) e democratização de todos os organismos internacionais, em especial as Nações Unidas, com a ampliação e reforma do Conselho de Segurança, pondo fim ao direito de veto.¹⁵⁰

Nesse sentido, o partido mantém a linha tradicional da diplomacia brasileira na tentativa de democratizar o Conselho de Segurança do ONU – Organização das Nações Unidas – no que se refere às propostas pacifistas, e no respeito ao direito de autodeterminação dos povos.

Antes de citar as propostas do Programa de Governo 1994, no que se refere à cooperação e à integração regional, cabe destacar a assinatura do Protocolo de Ouro Preto pelos países signatários do Mercosul. Conforme mostra Almeida (1998), como decorrência das intensas negociações, transcorridas durante todo o processo de transição, em dezembro de 1994, foi concluído um instrumento adicional ao Tratado de Assunção, materializado num Protocolo, no qual se criou uma nova estrutura institucional para o MERCOSUL. Na mesma oportunidade, foi adotada a Tarifa Externa Comum, em vigor a partir de 1995.

O Programa do PT de 1994 propunha, no entanto, uma revisão do Tratado de Assunção, “para incorporar as dimensões política (democratização do processo) e social (incorporação da Carta de Direitos Trabalhistas elaborada pelas

¹⁴⁹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002**. Bases do Programa de Governo de 1994. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005 p. 06.

¹⁵⁰ Idem, p.72.

Centrais Sindicais dos quatro países)”¹⁵¹ (grifos do autor). Por intermédio dessa o partido buscava

[...] estabelecer mecanismos institucionais democráticos e transparentes para atender às demandas e incorporar a participação dos movimentos sociais dos países membros e das entidades populares de caráter regional. Nesse mesmo sentido, é imperioso que esse organismo programe políticas de promoção de emprego¹⁵².

Dessa forma, o PT propõe que os mecanismos democráticos, e a participação popular sejam incorporados às discussões do Mercosul, para torná-lo um instrumento mais eficiente à integração e ao desenvolvimento regionais efetivos, como também para buscar melhores possibilidades de uma relação soberana das economias dos seus países membros com a economia mundial¹⁵³. Propõe-se, ainda, buscar uma conexão mais abrangente, incluindo uma “integração política, educacional, científico-tecnológica e cultural”.¹⁵⁴

Esse multilateralismo, proposto como forma de enfrentar as disputas econômicas diante da nova conjuntura mundial pós-guerra fria seria viabilizado, de acordo com o Programa, através a ampliação das relações comerciais com outros países como China, Índia, Rússia e África do Sul, entre outros”.¹⁵⁵

Retomando uma das propostas do primeiro Programa de Governo, no qual foi sugerida a criação de um Parlamento Latino Americano nos moldes do Parlamento europeu, o Programa de 1994 sugere fortalecer o processo de integração da América Latina, “apoiando as iniciativas do Legislativo brasileiro no sentido de fortalecer e ampliar as competências do *Parlatino*”¹⁵⁶ (grifo do autor).

¹⁵¹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002**. Bases do Programa de Governo de 1994. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 72.

¹⁵² Ibid.

¹⁵³ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002**. Bases do Programa de Governo de 1994. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 73.

¹⁵⁴ Ibid., p. 72.

¹⁵⁵ Ibid.

¹⁵⁶ Ibid.

Nesse processo, o Programa propõe ainda mecanismos compensatórios que “permitam um desenvolvimento harmônico de países e regiões desigualmente desenvolvidos dando ênfase a uma agenda social que vise garantir e expandir os direitos dos trabalhadores”. Em linhas gerais, o PT propõe que os temas relacionados à integração não permaneçam restritos às chancelarias e às conferências internacionais, devendo incluir, nesse processo, “os setores sociais que em cada país serão afetados com as novas medidas adotadas”¹⁵⁷.

Esse conjunto de propostas, em relação à integração regional na América do Sul, seria ainda potencializado num eventual governo do PT, na busca de “relações mais igualitárias com o Nafta¹⁵⁸, a União Européia, o Japão e os seus aliados”.¹⁵⁹ Ainda na busca pela cooperação e integração, o Programa propunha atuar nos fóruns internacionais para reverter o bloqueio econômico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos contra Cuba desde o início da década de 1960, elevado pelo Programa à condição de “país irmão” do Brasil. Dessa forma, o Programa afirma que,

[...] o Governo Democrático e Popular lutará em todos os fóruns contra o bloqueio a Cuba pela sua plena reintegração à comunidade latino-americana e fomentará de modo vigoroso o intercâmbio comercial, científico e cultural entre Brasil e esse país irmão¹⁶⁰.

No âmbito das relações Sul-Sul, o Programa propõe ampliar suas parcerias comerciais igualmente com os países da África, dando ênfase não só às questões econômicas, mas também procurando resgatar “afinidades étnicas e culturais, estabelecendo linhas de cooperação, em particular com os povos de

¹⁵⁷ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002**. Bases do Programa de Governo de 1994. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 73.

¹⁵⁸ Tratado Norte-Americano de Livre Comércio é um bloco econômico formado por Estados Unidos, Canadá e México. Foi ratificado em 1993, entrando em funcionamento no dia 1º de janeiro de 1994.

¹⁵⁹ Ibid, p. 73.

¹⁶⁰ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002**. Bases do Programa de Governo de 1994. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 73-74.

língua portuguesa, com ênfase nos programas de cooperação cultural e científica”¹⁶¹.

Finalizando suas propostas de cooperação, o Programa propõe “lutar por uma nova ordem econômica e política internacional”. Nesse sentido, algumas iniciativas internacionais são listadas, tais como:

1) rediscussão dos problemas relacionados com as dívidas externas dos países periféricos; 2) discussão e ações concretas sobre problemas como a fome e a miséria no mundo, propondo à comunidade internacional medidas concretas a respeito; 3) convocação de uma conferência internacional—de porte semelhante ao da ECO- 92—para discutir a situação do trabalho no mundo e medidas efetivas contra o desemprego. Este evento contará, além da participação de governos, com a presença de sindicatos, intelectuais e ONGs.¹⁶²

Já em relação à dívida externa e ao Fundo Monetário Internacional (FMI), o Programa da campanha de 1994 é formulado a partir de considerações que levam em conta a crise da dívida externa dos países latino-americanos e a sucessão de planos econômicos para o re-escalonamento da mesma, como o plano Baker (1985)¹⁶³, o plano Brady (1989)¹⁶⁴ e sua relação com o FMI. Por esse motivo, torna-se necessário tecer um breve histórico do problema da dívida, para situar o leitor na compreensão das propostas petistas de 1994.

Conforme Batista (1994), a estratégia de renegociação da dívida a partir dos anos 1980 refletia essencialmente a necessidade dos bancos credores, não levando em consideração a capacidade de pagamento dos devedores, entre esses, o Brasil. Sem acesso a novos financiamentos e melhores condições para

¹⁶¹ Ibid., p. 74.

¹⁶² PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002**. Bases do Programa de Governo de 1994. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 74.

¹⁶³ Apresentado pelo Secretário do Tesouro Americano, James Baker em reunião do Banco Mundial em 1985. Estabelecia novos empréstimos para pagamento de parte dos juros vencidos e renovando-se as dívidas estabelecidas, sempre com a participação do FMI e de outras instituições de fomento e ajuda. Em troca os países devedores estariam obrigados a restrições em sua política macroeconômica.

¹⁶⁴ O plano Brady anunciado em 1989 pelo secretário do tesouro norte-americano Nicholas Brady foi o sucessor do plano Baker. Conforme Batista (1994, p. 117) “a nova estratégia substituiria o re-escalonamento nas mesmas condições do contrato original pela noção de consolidação da dívida antiga, mediante a sua substituição por uma nova, em longo prazo e reduzida, em até 35% nos juros da dívida”.

o seu pagamento, o Brasil contraiu fortemente suas importações a fim de liberar divisas para o pagamento da dívida externa. Os países devedores tornaram-se, assim, “exportadores de capital, transferindo para os Estados Unidos entre 1982 e 1991 quase o dobro do valor que concederam à Europa como doação no plano Marshall” (p.114). Como resultado desse processo, houve aumento da inflação, recessão econômica, emissão de moeda, com aumento da dívida interna, e descontrole das contas públicas, com conseqüências onerosas, especialmente para as camadas menos favorecidas da população.

Diante da seriedade da situação criada na América Latina, a política macroeconômica¹⁶⁵ foi revisada, obtendo-se a concessão de novos empréstimos de bancos privados, através do *Plano Baker*, em 1985, que previa a conversão dos débitos em ações de empresas dos países devedores. Entretanto, esse plano não se demonstrou favorável ao Brasil. Conforme mostra Batista (1994, p. 116), “resultou na introdução do Banco Mundial como co-gestor, com o FMI, dos esquemas de administração da dívida latino-americana, criando-se maiores interferências nos assuntos internos dos países devedores”.

O insucesso do plano *Baker*, evidenciado pelo agravamento da situação econômica na América Latina e aumento de suas dívidas, levou à criação de um novo plano de re-escalonamento da dívida, denominado Plano *Brady*. Esse substituiu a dívida antiga por outra nova, com proposta de redução em 35% nos juros e sua transformação em títulos ou bônus chamados *Bradies*, emitidos com base na dívida externa não paga (BATISTA, 1994).

Retomando a apresentação das propostas do Programa de Governo de 1994, observa-se maior coerência na compreensão da problemática apresentada pela formação da dívida externa e sua relação com os organismos financeiros internacionais, especialmente o FMI. Nesse Programa, o partido constata que “grande parte da dívida externa foi estatizada desde meados dos anos 70, em

¹⁶⁵ De acordo com Sandroni (1989) Macroeconomia é a parte da ciência econômica que focaliza o comportamento do sistema econômico como um todo. Tem como objeto de estudo as relações entre os grandes agregados estatísticos: a renda nacional, o nível de emprego e dos preços, o consumo, a poupança e o investimento. Estabelece as taxas de inflação, regula a balança de pagamentos e da taxa e a flutuação do câmbio. Determina ainda as políticas fiscal e monetária.

condições de cambio que deixaram para o Estado o ônus da brutal elevação das taxas de juros havida no mercado internacional”.¹⁶⁶ Buscando apresentar propostas no sentido de solucionar o problema, o Programa propõe aumentar as exportações diminuindo privilégios à grupos exportadores:

O regime comercial do Brasil deve ser essencialmente pragmático levando em conta os interesses globais da sociedade, e não interesses de grupos específicos. Sem prejuízo das atividades normais de financiamento, não se concederão privilégios a grupo exportadores via subsídios extraordinários, prática corrente por muito tempo, que resultou na transferência de bilhões de dólares para um número reduzido de privilegiados.¹⁶⁷

O PT constata ainda que havia necessidade de renegociação da dívida. Entretanto, não aceita a interferência dos organismos financeiros internacionais num atributo essencial da soberania, que é a condução de sua política macroeconômica. Conforme esse entendimento, o Programa informa que “não aceitaremos que essas negociações estejam submetidas às condicionalidades cruzadas do FMI e do Banco Mundial, que interfiram com políticas internas em relação às empresas estatais, à abertura comercial ou outras”.¹⁶⁸

Avançando para um quadro mais abrangente, no qual o problema da dívida não é analisado apenas sob o aspecto econômico, mas também político e de justiça social, o PT defende auditar todos os contratos, como forma de distinguir suas características. Dessa forma, o Programa propõe “a realização de uma auditoria minuciosa em todos os contratos firmados pelas instancias do poder público federal”.¹⁶⁹ Visa, assim, reavaliar, publicamente, o processo de formação e crescimento da dívida, bem como suas conseqüências sobre a economia brasileira. Para esse Programa, “é essencial distinguir as dívidas comerciais normais e as relacionadas a efetivo ingresso de recursos no país do

¹⁶⁶ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002**. Bases do Programa de Governo de 1994. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p.208.

¹⁶⁷ Ibid, p. 214.

¹⁶⁸ Ibid, p. 218.

¹⁶⁹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002**. Bases do Programa de Governo de 1994. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p.218.

componente da dívida que corresponde à mera acumulação de juros sobre juros a taxas extraordinariamente elevadas”.¹⁷⁰

Como forma de contribuir para a solução do problema da dívida, o Programa propõe ainda “criar iniciativas para transformar parcelas da dívida externa em investimentos diretos em turismo”.¹⁷¹

Diante do exposto, observa-se que o processo de cooperação e integração, propostos pelo Programa de 1994, materializam-se na revisão do Tratado de Assunção, no qual o PT propunha expandir os direitos dos trabalhadores entre os países signatários, além de ampliar sua discussão na área diplomática, incluindo os setores sociais. Propõe ainda a criação de um parlamento latino-americano para o desenvolvimento do processo de integração comercial, além de propor a ampliação de relações comerciais com blocos econômicos e países como China, Índia, Rússia e África do Sul.

Em relação à dívida externa, no segundo Programa de Governo, o PT se propunha a conhecer o valor, a legitimidade e a natureza da dívida externa brasileira. Diferente do primeiro Programa, em que defendia a suspensão do pagamento, nesse propõe conhecer para renegociar o valor da mesma. Em relação ao FMI, o Programa de 1994 não propõe um rompimento de acordo, entretanto, não aceita sua interferência na formulação da política macroeconômica do Brasil.

Observa-se, ainda, um maior cuidado na formulação das propostas, as quais se apresentam mais coerentes com a conjuntura econômica mundial. Destaca a importância de manter uma inserção soberana do Brasil no mundo, por intermédio de uma política externa que respeite as regras do direito internacional. Mantém a linha clássica da diplomacia brasileira em relação, a

¹⁷⁰ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002**. Bases do Programa de Governo de 1994. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p.218.

¹⁷¹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002**. Bases do Programa de Governo de 1994. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 231.

ampliação do conselho de segurança da ONU e o fim do veto, decidido pelas potências vencedoras da segunda guerra.

4.7 Programa de Governo de 1998

Cumprir observar inicialmente que as propostas de política externa do Programa de Governo, para as eleições de 1998, ocorreram em meio a graves crises financeiras internacionais. Conforme Oliveira (1999), a Rússia anuncia no mês de setembro daquele ano a moratória de sua dívida junto às agências internacionais. Esse fato abalou a economia brasileira, inflacionou as moedas estrangeiras e desencadeou uma crise no sistema financeiro mundial, afetando o Brasil. Houve fuga maciça de dólares, o que levou o governo a elevar a taxa de juros e a anunciar um pacote fiscal para “acalmar” o mercado.

Entretanto, constata-se, nesse terceiro Programa de Governo, a ausência de propostas consistentes em relação à política externa. O texto apresenta-se de forma resumida por tópicos que não aprofundam os temas. Uma possível explicação pode ser constatada a partir de Amaral (2003), que relata o início da elaboração do Programa de Governo a partir de junho daquele ano, diferente do que ocorrera na campanha anterior, “quanto o PT começou a desenvolver o programa com mais de um ano de antecedência. Em 1998, problemas políticos na formação da FUPMB¹⁷² acabaram por atrasar os trabalhos” (p. 132). Devido a esse motivo, as exposições sobre o terceiro Programa de Governo serão breves.

No que se refere à defesa do interesse nacional, o terceiro Programa de Governo do PT, se mantém na mesma linha dos anteriores, exigindo mudança nos organismos financeiros internacionais, e anunciando uma “presença soberana no mundo”.

¹⁷² Sigla dada pelo autor para Frente União Povo Muda Brasil, composição dos partidos que se coligaram em 1988.

Suas propostas são formuladas a partir de uma política externa que,

[...] expressará nosso desejo de convivência pacífica com todos os povos. Mas o Brasil atuará com decisão visando alterar as relações desiguais e injustas que se estabeleceram internacionalmente. Lutaremos por mudanças profundas nos organismos políticos e econômicos mundiais, sobretudo a ONU, o FMI e a OMC, combatendo o Acordo Multilateral de Investimentos, atentatório à soberania nacional.¹⁷³

Em relação à cooperação e integração, ainda na linha de continuidade, o Programa de Governo de 1998 propunha fortalecer as relações com os países do Sul, em especial com os da América Latina e da África meridional. Permanece a defesa de ampliação e reforma do Mercosul acrescentando-se que “o Legislativo e a sociedade devem exercer maior controle sobre a política externa e os processos de integração regional”.¹⁷⁴

O fato mais notório no terceiro Programa de Governo de 1998 é a ausência de propostas em relação à dívida externa. Essa é apenas mencionada com a seguinte afirmação: “a dívida externa atingirá em 1998 US\$ 220 bilhões”¹⁷⁵.

Essa ausência é indicativa do momento em que ocorreram as mudanças internas já apresentadas anteriormente, especialmente em relação à política de alianças, que redirecionou o partido. Entretanto, a ausência de temas polêmicos a partir de 1998, como o rompimento com o FMI e a ilegitimidade da dívida externa não demonstram mudanças em relação às propostas da agenda externa. Conforme já observou Almeida (2003), em matéria de política externa, as linhas de ruptura são mais difíceis de serem implementadas do que a preservação dos elementos de continuidade.

¹⁷³ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002**. Bases do Programa de Governo de 1998, união povo muda Brasil, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 12.

¹⁷⁴ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002**. Bases do Programa de Governo de 1998, união povo muda Brasil, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 12.

¹⁷⁵ Ibid., p.04.

4.8 Programa de Governo de 2002

Inicialmente, torna-se oportuno esclarecer que as propostas de política externa de 2002 serão analisadas primeiramente a partir das diretrizes estabelecidas no XII Encontro Nacional, que delineou o quarto Programa de Governo do PT e de seu candidato, Luiz Inácio Lula da Silva. Acrescenta-se, ainda, a carta ao povo brasileiro, divulgada durante a campanha, além de outros documentos oficiais. Essa medida visa a ampliar o olhar sobre as propostas de política externa dessa eleição.

No início do século XXI, a defesa da soberania e do interesse nacional do Brasil relacionou-se à maneira como o governo e a sociedade civil perceberam as propostas em relação à Área de Livre Comércio das Américas – ALCA. As diretrizes do Programa de Governo de 2002, determinadas no XII Encontro Nacional do PT reafirmam a defesa dos princípios de soberania, mantidos ao longo da trajetória do partido, acrescentando-se oposição à ALCA.

De acordo com as diretrizes, “tal como está proposta, a ALCA é um projeto de anexação política e econômica da América Latina aos EUA, cujo alvo principal, pela potencialidade de seus recursos e do seu mercado interno, é o Brasil”.¹⁷⁶ Rebater a proposta da ALCA foi considerado pelo PT um requisito essencial para viabilizar o objetivo de redução da dependência e vulnerabilidade externas do Brasil.

Em artigo escrito por Vizontini (2003), antes do resultado das eleições presidenciais de 2002, o autor condiciona o processo de transição da política externa brasileira ao resultado do pleito. Conforme o autor,

[...] a transição da política externa brasileira, tanto pode tomar alguma forma semelhante ao padrão desenvolvimentista e autonomista que se afirmou gradualmente de 1930 a 1990 (dependendo do resultado das eleições de 2002), como pode aprofundar sua subordinação passiva ao reordenamento mundial, caso adira a ALCA. (p.63).

¹⁷⁶ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002**. Resoluções do XII Encontro Nacional. 2001. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 34.

Havia ainda um entendimento, por parte de amplos setores da sociedade civil, de que o processo de adesão à ALCA, conforme foi proposta, representa um atentado à soberania do Brasil¹⁷⁷. Buscando impedir a continuidade desse processo, o então Deputado Federal Aloísio Mercadante (PT) apresenta em 2001 uma moção à Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, pedindo a imediata retirada do governo brasileiro das negociações com a ALCA¹⁷⁸.

Esse pedido encontra respaldo no XII Encontro Nacional do PT¹⁷⁹, que, juntamente com aprovação das diretrizes para o Programa de Governo de 2002, aprovou também a moção anteriormente apresentada por Mercadante. A partir de então, o PT passou a orientar seus militantes e parlamentares a abrir uma campanha de moções pela suspensão das negociações referentes à ALCA. Propunha, ainda, que essa campanha fosse levada ao Fórum Social Mundial de Porto Alegre e à Sociedade Civil, culminando com a convocação de um plebiscito a esse respeito.¹⁸⁰

No que se refere as diretrizes do Programa de Governo de 2002, as mesmas informam que “a implantação da Alca, como está sendo proposta, pode representar para as economias latino-americanas a desestruturação de parte do seu sistema produtivo e a anulação de sua soberania”.¹⁸¹ Isso ocorre porque a agenda de negociação não inclui mecanismos democráticos de gestão, fundos de compensação para as economias mais frágeis, como foram utilizados na União Européia, garantias para manutenção da capacidade industrial e agrícola,

¹⁷⁷ Conforme trechos da carta enviada pela Pastoral Social da CNBB, em 23 de julho de 2002, às dioceses, paróquias e entidades em geral, a entidade, convidava a sociedade civil a mobilizar-se no Plebiscito contra a ALCA. De acordo com trechos da carta “O Plebiscito sobre a ALCA e o Grito dos Excluídos têm como lemas, respectivamente, Soberania sim, Alca não! e Soberania não se negocia! Com isso, fica claro que o pano de fundo dessa iniciativa conjunta é o tema da soberania nacional”.

¹⁷⁸ Moção apresentada em 12 de dezembro de 2001.

¹⁷⁹ Ocorrido em 2001.

¹⁸⁰ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002**. Resoluções do XII Encontro Nacional, 2001, anexo I, Resolução sobre a ALCA, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 34.

¹⁸¹ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002**. Resoluções do XII Encontro Nacional, 2001. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p.04.

preservação do meio ambiente e do nível de emprego. Conforme o XII Encontro Nacional, “a assimetria na ALCA beneficiará os Estados Unidos da América, que concentram 77% do PIB do hemisfério”.¹⁸²

Nesse sentido, as diretrizes demonstram que a defesa da soberania do Brasil, deve ser buscada na cooperação e na integração regional, opondo-se à doutrina neoliberal predominante. Assim, o partido afirma que é preciso “enfrentar a blindagem internacional que sustenta o neoliberalismo globalizado, recuperar valores como a cooperação internacional, afirmar a soberania nacional e a luta contra a desigualdade”.¹⁸³ A cooperação e a defesa da soberania são mantidas como os dois valores centrais da política de relações internacionais do PT, no contexto de predominância do neoliberalismo. Como forma de opor-se a esse modelo econômico, as diretrizes mostram que,

[...] a instabilidade crescente da economia mundial, com a sucessão de crises, tem retirado legitimidade do projeto neoliberal. Esta mudança do quadro mundial permite combinar a defesa da soberania com a luta por uma ordem internacional radicalmente distinta da que está sendo construída. À mundialização do capital e dos mercados devemos opor a solidariedade e o internacionalismo dos povos. [...] Dessa forma, a soberania nacional deve ser associada estreitamente com soberania popular e com solidariedade internacional entre os povos oprimidos pelo imperialismo.¹⁸⁴

Assim, observa-se a manutenção da linha de continuidade, expressada pelas diretrizes do partido para o Programa de Governo, muito próxima aos princípios da política externa independente, defendida pela diplomacia brasileira no início dos anos 1960, que fundamentava suas ações e princípios pela cooperação e solidariedade. Entretanto, nesse novo contexto, a soberania nacional associa-se à soberania popular na defesa da solidariedade entre os povos latino-americanos, que buscam consolidar um projeto de independência frente às economias hegemônicas.

¹⁸² PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002**. Resoluções do XII Encontro Nacional, 2001. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p.04.

¹⁸³ Ibid., p. 05.

¹⁸⁴ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002**. Programa de Governo de 2002. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005 p. 35.

Já no quarto Programa de Governo de 2002, elaborado a partir das diretrizes acima expostas, a defesa do interesse nacional está intrinsecamente relacionado às propostas de integração regional. Essas propõem uma integração econômica, a partir do princípio diplomático, como forma de superar os limites impostos pela assimetria do sistema internacional. Nesse sentido uma nova política externa deverá “buscar um mundo com mais equilíbrio econômico, social e político, com respeito às diferenças culturais, étnicas e religiosas. O Brasil deverá propor um pacto regional de integração, especialmente na América do Sul”.¹⁸⁵

A adoção de uma política externa regional, principalmente em relação ao Mercosul, era proposta pelo Programa de Governo, como forma de opor-se à ALCA sendo considerada pelo Programa como fundamental.

É necessário revigorar o Mercosul, transformando-o em uma zona de convergência de políticas industriais, agrícolas, comerciais, científicas e tecnológicas, educacionais e culturais. Reconstruído, o Mercosul estará apto para enfrentar desafios macroeconômicos, como os de uma política monetária comum. Também terá melhores condições para enfrentar os desafios do mundo globalizado. Para tanto, é fundamental que o bloco construa instituições políticas e jurídicas e desenvolva uma política externa comum.¹⁸⁶

As orientações do Partido, contrário à ALCA, foram incluídas no Programa de Governo de 2002. Dessa forma, uma zona de livre comércio, conforme proposta pelos Estados Unidos, não foi aceita também pelos partidos da coligação *Lula Presidente*, pois se via nesse processo a necessidade de se estabelecer políticas compensatórias. Conforme o exposto declarou-se que:

[...] o governo brasileiro não poderá assinar o acordo da ALCA se persistirem as medidas protecionistas extra-alfandegárias, impostas há muitos anos pelos Estados Unidos. [...]. A persistirem essas condições a ALCA não será um acordo de livre comércio, mas um processo de anexação econômica do Continente, com gravíssimas

¹⁸⁵ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002**. Programa de Governo de 2002. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 07.

¹⁸⁶ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002**. Programa de Governo de 2005. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 06-08.

conseqüências para a estrutura produtiva de nossos países, especialmente para o Brasil. [...]. Processos de integração regional exigem mecanismos de compensação que permitam às economias menos estruturadas poder tirar proveito do livre comércio, e não sucumbir com sua adoção. As negociações da ALCA não serão conduzidas em um clima de debate ideológico, mas levará em conta essencialmente o interesse nacional do Brasil.¹⁸⁷

Esse quarto Programa de Governo propõe ainda estabelecer relações econômicas, políticas e culturais com todos os países, incluindo aqueles que integram o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), a União Européia e o bloco asiático em torno do Japão. Essas propostas buscam contornar constrangimentos internacionais, diminuir a vulnerabilidade externa e criar condições mais favoráveis para a inserção ativa do Brasil no mundo. Ao mesmo tempo, propõe uma aproximação com países como África do Sul, Índia, China e Rússia.¹⁸⁸

Entretanto, iniciada a campanha eleitoral de 2002, as propostas do Programa de Governo do PT em relação à ALCA demonstraram-se incômodas para o bom desenvolvimento das relações hemisféricas. Esse fato obrigou o PT a rever o seu discurso, passando a apresentá-lo com maior cautela. Conforme divulgado pela imprensa¹⁸⁹ em julho de 2002, um dos assessores de Mercadante procurou minimizar a polêmica em relação à ALCA declarando que “esta não deve ser vista como uma questão ideológica ou, de posicionamento pró ou contra os Estados Unidos, mas sim como um instrumento que pode ou não servir aos interesses estratégicos brasileiros”.

Retomando as diretrizes do partido, no que se refere à dívida externa e ao FMI, observa-se que o partido volta a discutir o assunto, pouco mencionado no terceiro Programa, propondo “denunciar do ponto de vista político e jurídico o acordo atual com o FMI, para liberar a política econômica das restrições

¹⁸⁷ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002**. Programa de Governo de 2002, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p 07.

¹⁸⁸ Ibid.

¹⁸⁹ MERCADANTE, Aloísio. **Uma Nova Política Externa**. *Jornal Valor Econômico*, São Paulo, 15 de jul.2002 p. A10.

impostas ao crescimento e à defesa comercial do país”¹⁹⁰. Propunha, ainda, impedir as tentativas de reestatização da dívida externa, reduzindo a emissão de títulos da dívida interna indexados ao dólar e, “articular aliados no processo de auditoria e renegociação da dívida externa pública, particularmente de países como o Brasil, o México e a Argentina, que respondem por grande parte da dívida externa mundial”.¹⁹¹

Ao propor a denúncia da dívida do “ponto de vista político”, o partido defendia a união com os demais devedores, como forma de buscar melhores relações com o FMI e, conseqüentemente, impedir as restrições impostas por esse organismo aos países devedores. Entretanto, o Programa de Governo de 2002 não chega a questionar o problema da dívida externa do Brasil. Essa é apenas citada, no contexto da herança econômica deixada pelos governos anteriores.

Dessa forma, diferente do que sinaliza as diretrizes do PT o quarto Programa de Governo da *coligação Lula presidente*, trata dessa questão de forma mais articulada, propondo construir sólidas relações bilaterais e esforços a fim de “democratizar as relações internacionais e os organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Banco Mundial”.¹⁹²

Nesse aspecto, observa-se ainda que as antigas desconfianças em relação ao capital estrangeiro cederam lugar a uma postura mais equilibrada, no Programa de Governo de 2002. Esse propõe que: “o Brasil não deve prescindir das empresas, da tecnologia e do capital estrangeiro”. Alerta para o fato de que “os países que hoje tratam de desenvolver seus mercados internos, como a Índia e a China, não o fazem de costas para o mundo, dispensando capitais e mercados externos”.¹⁹³

¹⁹⁰ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002**. Programa de Governo de 2002. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 34.

¹⁹¹ Ibid.

¹⁹² Ibid., p. 07

¹⁹³ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002**. Programa de Governo de 2005. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 09.

No entanto, iniciada a campanha eleitoral, o tom anterior de recriminações e críticas do PT contendo manifestações de recusas em relação à política das instituições financeiras internacionais, associado a outros fatores, fez oscilar fortemente o mercado financeiro. Esse fato levou a coordenação da campanha a formular uma redação mais equilibrada para algumas propostas do candidato do PT.

Essas demonstram uma real preocupação com a governabilidade e o relacionamento externo, conforme divulgado pelo então candidato Lula em junho de 2002, na *carta ao povo brasileiro*¹⁹⁴. Nesse documento, Lula declara que “o Brasil quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas”. Enfatizando a responsabilidade do PT com a governabilidade, Lula afirma claramente que “a premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do País”.¹⁹⁵

Conforme se pode constatar nessa carta, as teses mais radicais em relação ao controle do capitalismo financeiro globalizado foram oportunamente remetidas a segundo plano. Em seu lugar, buscou-se divulgar as propostas de ampliação das relações do Brasil com os grandes países em desenvolvimento, visando diminuir o grau de dependência externa do Brasil, mobilizando para tal, uma política de promoção comercial e instrumentos para alcançar tal finalidade.

Concluindo, observa-se que as propostas mais polêmicas, contidas no Programa de Governo de 2002, foram revisadas, adotando-se outra conduta, mais realista, em relação às propostas de política externa, o que permitiu também um melhor relacionamento com os investidores e as instituições financeiras internacionais e, após a vitória, com a equipe de transição do governo de Fernando Henrique Cardoso. Essa nova postura se refletiu de forma positiva no terreno das políticas econômicas, quando o então candidato Lula acolheu de forma favorável o

¹⁹⁴ PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de Governo 1979-2002**. Carta ao Povo Brasileiro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 01.

¹⁹⁵ Ibid., p. 2-3.

acordo com o FMI, anunciado no final do governo de Fernando Henrique Cardoso em 2002.¹⁹⁶

Finalmente, cabe ressaltar algumas considerações em relação às propostas da dívida externa. No decorrer de sua trajetória, os Programas do PT questionaram os acordos da dívida, seja sugerindo sua moratória, seja propondo uma auditoria, seja comprometendo-se em honrar todos os contratos, exceto no Programa de 1998, no qual o tema praticamente não é tratado. Uma provável explicação para essa ausência pode ser atribuída ao fato de esse ter sido elaborado juntamente com todos os partidos que compunham a frente *União do Povo Muda Brasil*. Conforme constata Amaral (2003), o antigo líder do PDT e da história brasileira, Leonel Brizola, chegou a causar constrangimentos para o então relativamente moderado “candidato dos trabalhadores”.

O arrefecimento do discurso e o abandono de bordões como “fora FMI, não à ALCA” não refletem uma negação ou abandono de críticas a essas instituições. O que se constata é uma maior cautela, com vistas a viabilizar apoio eleitoral de outros segmentos, que, em 2002, concretizou-se na aliança com o PL. Dessa forma, o candidato do PT conquistou não só a confiança dos eleitores e dos diversos segmentos do empresariado brasileiro – em que havia certa rejeição – como também dos observadores e analistas internacionais, bem como, dos investidores estrangeiros.

Em relação à defesa do interesse nacional, as propostas do Programa de 2002 defendem um alinhamento negociado com as instituições internacionais como o

¹⁹⁶ Conforme trechos da carta do Ministro da Fazenda Pedro Malan ao diretor do FMI, Horst Köhler, enviada em 29/08/2002, “o Governo do Brasil vem solicitar um Acordo *Stand-by* com o Fundo, com prazo de 15 meses, no valor de DES 22 821 milhões, montante equivalente a cerca de US\$ 30 bilhões, dos quais US\$ 10 bilhões seriam desembolsados no âmbito do Programa de Financiamento de Reserva Suplementar. Ao mesmo tempo, solicitamos que seja cancelado o atual Acordo *Stand-by* do Brasil, de 15 meses de duração, aprovado pela Diretoria Executiva do Fundo, em 14 de setembro de 2001, cujo término está programado para 13 de dezembro de 2002. [...] O objetivo do programa é diminuir as incertezas no campo externo e reduzir a preocupação quanto à orientação da política macroeconômica após a eleição presidencial, facilitando assim a transição para o governo que assumirá a administração federal a partir de 2003. Os candidatos que lideram as pesquisas de opinião já receberam explicações sobre os elementos fundamentais do programa e se comprometeram a apoiá-los”. Integra da carta no portal do Ministério da Fazenda. <http://www.fazenda.gov.br/portugues/fmi/cartafmi>.

FMI e o BIRD. Em relação aos acordos econômicos e comerciais, prioriza o fortalecimento do Mercosul e mantém uma postura de defesa do interesse nacional, contrários às propostas da ALCA.

A partir dessas características, considera-se que as propostas dos Programas de Governo do PT mantêm uma linha de continuidade com o padrão mais autônomo, na busca do desenvolvimento econômico que progressivamente desenvolveu-se no Brasil a partir da década de 1930 até 1985.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após análise das fontes, este trabalho procurou mostrar as principais mudanças na trajetória do Partido dos Trabalhadores, além de ampliar essa leitura para uma visão mais ampla do objeto, observando suas propostas em relação aos principais problemas da agenda externa do Brasil.

Sabe-se, entretanto, que o assunto é abrangente e não houve a pretensão de esgotá-lo, até mesmo porque isso seria impossível diante da contemporaneidade do objeto e dos acontecimentos históricos que o cercam. As observações feitas ao término de cada tema, no decorrer do trabalho, não têm pretensões conclusivas, mas constituem apenas verificações acerca da trajetória do partido e de suas propostas no âmbito da política externa.

Segue-se, assim, algumas considerações finais deste trabalho, como premissa para que seja possível, a partir do que foi verificado, prosseguir outro estudo, mais aprofundado, a partir da chegada do PT ao governo e o desenvolvimento de tais propostas, observando-se as possibilidades de inovações ou continuidades dessas, na condução da política externa do governo Lula.

Constata-se, que a trajetória ascendente do PT levou os “trabalhadores” à instâncias de governo. Cada parlamentar ou dirigente do executivo emprega assessores que detêm cargos de confiança e atuam como militantes, votando as decisões nos encontros partidários. Torna-se compreensível, assim, que boa parte desses parlamentares que ocupam cargos nas instâncias do partido, juntamente com seus assessores, defenda o compromisso com a legitimidade do sistema.

Como consequência desse processo, aliado à conquista de governos, houve a necessidade de se manter atrativo eleitoralmente. Para atender a esse pressuposto, os dirigentes do PT conduziram as forças políticas internas para a aprovação de alianças, não mais direcionadas por afinidades ideológicas, mas apenas conjunturais, como meio de evitar o isolacionismo e viabilizar o êxito de

seus candidatos, além de se demonstrar capaz de formar coalizões para governar.

A coligação da eleição presidencial de 2002 alterou significativamente a configuração exterior do PT, que manifestou uma nova visão de mundo. Seu principal líder, que iniciou sua trajetória como *um operário metalúrgico e socialista*, transforma-se no candidato da esperança, que unirá a classe trabalhadora assalariada e o empresariado nacional defendendo a harmonia de interesses para promover a geração de mais empregos e inclusão social.

Quanto às propostas na área de política externa, os Programas de Governo do PT, apresentam continuidade na defesa do interesse nacional do Brasil no sistema internacional, através do multilateralismo nas relações comerciais, ampliação do Mercosul e exigência de melhores condições para o Brasil em relação à ALCA. Verificou-se, ainda, a exigência de democratização e não interferência do FMI na formulação das políticas sociais e econômicas do Brasil.

Quanto à dívida externa, observam-se mudanças. Inicialmente, o partido propunha o não pagamento da mesma. Já no segundo Programa de Governo, há propostas de renegociação, enquanto que, no terceiro, a dívida não é discutida. Apesar de não constar propostas polêmicas quanto a esse tema, no quarto Programa de Governo o assunto volta a ser tratado. Essas propostas, associadas à antigos rumores, quanto a possíveis rompimentos de contratos, levou o candidato do PT a esclarecer sua proposta com as declarações divulgadas na Carta ao Povo Brasileiro.

Dessa forma, Lula sinalizou para o sistema internacional que havia clareza quanto a complexidade das relações internacionais e da vulnerabilidade que o país atravessava. Destaca-se, que essa postura adotada pelo PT, especialmente na pessoa de seu candidato à presidente em 2002, foi relevante não só para o êxito do partido, mas também para demonstrar habilidade nas relações políticas e diplomáticas, revertendo um quadro que se demonstrava desfavorável a si próprio e ao PT.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

ALMEIDA, Carla. O marco discursivo da “Participação Solidária” e a nova agenda de formulação e implementação de ações sociais no Brasil. In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J; PANFICHI, Aldo (Orgs.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas: Unicamp, 2006.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A Política Internacional do Partido dos Trabalhadores: da Fundação à Diplomacia do Governo Lula **Rev. Sociol. Polit.** Nº..20, jun. 2003, p.87-102

_____. **MERCOSUL: fundamentos e perspectivas**. São Paulo: Ltr Editora, 1998.

AMARAL, Alcides. **Os limões da Minha Limonada**. São Paulo: Editora Cultura, 2001.

AMARAL, Oswaldo E. **A estrela não é vermelha: as mudanças do programa petista nos anos 90**. São Paulo: Garçonni, 2003.

ANTUNES, Ricardo. **O novo sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Pontes 1995.

ARANHA, Maria L. Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 17 – 271.

ARON, Raymond. **Paz e guerra entre as nações**. Brasília: Unb, 1986.

AZEVEDO, Clóvis Bueno. de. **A Estrela Partida ao Meio: ambigüidades do Pensamento Petista**. São Paulo: Entrelinhas, 1995.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 1988.

BANDEIRA, Moniz. **Brasil - Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington e a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: LIMA Sobrinho, Barbosa et all. **Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BERNESTEIN. Eduard. **Socialismo Evolucionário**. Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

BÉDARIDA, François. Tempo Presente e Presença na história. In: FERREIRA, Marieta de M; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996, p. 219 - 230.

BOBBIO Norberto. **O conceito de Sociedade Civil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfrancesco. **Dicionário de Política**. São Paulo: UNB, 2004.

_____. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. **Como fazer teologia da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1986.

BOFF, Leonardo. **Teologia do cativo e da libertação**. Petrópolis: Vozes, 1980.

BOUDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

BRAIT, Beth. **Bakhtin: Conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 163-173.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2002.

BRONISLAW, Baczko. Imaginação social. In: **Enciclopédia Einaudi**, s.1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985, p. 403.

CARR, Edward Hallet. **Vinte anos de crise: 1919 -1939**. Brasília: Unb, 1968.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil – O Longo Caminho**. Segunda edição, Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Os Bestializados**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2005.

CHARTIER, ROGER. A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: **Estudos Históricos**: Rio de Janeiro, n.13, 1990, p.108.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **O que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura**. Rio de Janeiro: Record, 1998, p.113.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: Um estudo sobre seu pensamento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

CERVO, Amado Luiz. **Relações Internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: IBRI, 2001.

DANTAS, San Tiago. **Política externa independente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962. p, 05-25.

DOMINGUES, Mauro Petersen. O declínio dos partidos políticos. Uma revisão da literatura recente. **Mosaico** - Revista de ciências sociais/Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: UFES/CEG. Ano 1, V.1, nº 1, p 137-157. 1998.

DUVERGER, M. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Unesp, 1997, p.15.

FALCON, Francisco J.C. História das idéias. In: CARDOSO, S.F; VAINFAS, R. (org.). **Domínios da história**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997, p.91-94.

FALCON, Francisco J. Calazans. História e Representação. In: CARDOSO, C. F.; MALERBA, Jurandir (Orgs.). **Representações**: contribuição a um debate transdisciplinar. Campinas: Papirus, 2000.

FAUSTO Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Edusp. 1999.

FERNANDES, Florestan. **O PT em Movimento**: contribuição ao I Congresso do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editores Autores Associados, 1991.

FERREIRA, Pinto. **Código eleitoral comentado**. São Paulo: Saraiva, 1991.

FERREIRA, Edileuza M. S. Domingos; RODRIGUES, Nilcéa Elias. **Saussure, Barthes e o Neoliberalismo**: o valor das estruturas na formação do vocábulo oficial. In: Pró – Discente. Caderno de Produções Acadêmico-Científicas do Programa de Pós Graduação em Educação. Vitória. v. 6 n. 3, set./dez. 2000.

FETSCHER, Iring. Eduard Bernstein. O desafio à Ortodoxia. In: HOBBSAWN, Eric. (Org.). **História do Marxismo**. V.2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 257-298.

FIORIM, José Luiz. **As astúcias da Enunciação**: As Categorias de Pessoa, Espaço e Tempo. São Paulo: Ática, 2002.

FLEISCHER, David. Coligações Eleitorais. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTÁSIA, Fátima (Orgs.). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Petrópolis: Vozes, 1971.

GADOTTI, Moacir; PEREIRA, Otaviano. **Pra que PT**: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1989.

GENRO, Tarso; SOUZA, Ubiratan de. **Orçamento Participativo**: a experiência de Porto Alegre. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Cadernos do Cárcere**. v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Cadernos do Cárcere**. v. 6. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GURGEL, Cláudio. **Estrelas e Borboletas**: origens e questões de um partido a caminho do poder. Rio de Janeiro: Papagaio, 1989.

IASI, Mauro Luiz. **As metamorfoses da Consciência de Classes**. O PT entre a negação e o consentimento. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Argumentação e Linguagem**. São Paulo: Cortez, 1996.

KECK, Margaret E. **PT, A Lógica da Diferença**: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.

LEAL, Paulo Roberto Figueira. **PT e o dilema da representação Política**: os deputados federais são representantes de quem? Rio de Janeiro. Editora da FGV, 2005.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990, p.107.

LÖWY, Michel; SAYRE, Robert. **Revolta e Melancolia**. O romantismo na contramão da modernidade. Petrópolis: Vozes, 1995.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MAINWARING, Scott Paul. **A igreja Católica e a Política no Brasil.** 1916 - 1985. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

_____. **Sistemas Partidários em Novas Democracias.** O caso do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

MARQUES, Ângela Peralva Baumgratz. **Considerações sobre o desempenho político-eleitoral do Partido dos trabalhadores em Minas Gerais entre 1989 e 2002.** 230f. 2005. Dissertação (Mestrado em Historia) – Programa de Pós-Graduação em Historia Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Frederic. **A Sagrada Família: A Critica da Critica Crítica** contra Bruno Bauer. São Paulo: Boitempo, 1974.

MATTOS, Olgária. **A Escola de Frankfurt: luzes e Sombras do Iluminismo.** São Paulo: Editora Moderna, 1993.

MENDES, Gabriel. **Da Frente Brasil Popular à Aliança Capital/ Trabalho: as campanhas de Lula a Presidente de 89 a 2002.** Dissertação (Mestrado em Historia) – Programa de Pós-Graduação do IUPERJ. Rio de Janeiro: 2004.

MENEGUELLO, Rachel. **PT: a formação de um partido.** 1979-1982. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.

_____. **Partidos e Governos no Brasil contemporâneo (1985-1997).** São Paulo: Paz e Terra.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos Partidos Políticos.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1984.

MILIBAND, Ralph. Reflexões sobre a crise dos regimes comunistas. In: BLACKBURN, Robin. (Org.). **Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MIR, Luiz. **Partido de Deus: Fé, Poder e Política**. São Paulo: Alaúde. 2007.

MOURA, Gerson. **Sucessos e ilusões**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

NOGUEIRA, João Pontes. **Teoria das relações internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, p. 21-45.

OLIVEIRA, Francisco de. O marajá superkitsch. In: **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo nº. 34, 1990.

OLIVEIRA, Luis Ademir de. **A Disputa Política na Televisão**. Uma análise das estratégias discursivas dos candidatos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva no Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral. Dissertação - (Mestrado em Ciências Políticas). Programa de Pós-Graduação do IUPERJ. Rio de Janeiro: 1999.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações Internacionais: estudos de introdução**. Curitiba: Juruá, 2007, p. 72- 111.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense. 1994.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de Partidos: Organização e Poder nos Partidos Políticos**. São Paulo: Martins Fontes. 2005.

PESAVENTO, SANDRA J. Representações. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/ Contexto, v.15, nº. 29, 1995.

PORTELLI, Hugues. **Gramsci e o bloco histórico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PRADO JR., C. **Evolução Política no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

RÉMOND, R. (Org.) **Por uma História Política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

RIBEIRO, Pedro Jose Floriano. **Um Partido em Mutação: A Transformação do PT e seus Reflexos sobre as campanhas presidências (1989 – 2002)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos: Santa Catarina, 2004.

RIDENTI, Marcelo. **Em busca do Povo Brasileiro**. Artistas da Revolução, do CPC à era da TV. São Paulo: Recorde, 2000.

RESTREPO, Luiz Carlos. **O direito à ternura**. Petrópolis: Vozes, 1998.

SALOMONI, Antonela. **Lênin e a Revolução Russa**. São Paulo: Ática, 1995.

SANDRONI, Paulo. **Dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 1989.

SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SARTORI, Giovanni. **Partidos e Sistemas Partidários**. Brasília: UNB, 1982.

SANTOS, Fabiano. Governos de Coalizão no Sistema Presidencial. O Caso do Brasil sob a Égide da Constituição de 1988. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTÁSIA, Fátima (Orgs.). **Reforma Política no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SADER, Emir. **E agora PT? Caráter e identidade**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SEILER, L. Daniel. **Os Partidos Políticos**. São Paulo: Editora Imprensa Oficial, 2000.

SILVA, Antonio Ozaí. **Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e discontinuidades**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1998.

SINGER, André. **O PT**. São Paulo: Publifolha, 2001.

VIANA, Gilney Amorim. **A revolta dos bagrinhos**. Belo Horizonte: Segrac, 1991.

VIEIRA, Soraia Marcelino: **A Eleição do Futuro**: 1989 votando para mudar. Dissertação - (Mestrado em Ciências Política) Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2006.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. **A política externa do regime militar brasileiro**. Porto Alegre: UFRG, 2004.

_____. A política externa brasileira em transição: do desenvolvimentismo ao neoliberalismo. In: ESTEVÃO, Chaves de Resende Martins (Org.). **Relações Internacionais**: visões do Brasil e da América Latina. Brasília: IBRI, 2003.

WAINWRIGHT, Hilary. **Uma resposta ao neoliberalismo**: argumentos para uma nova esquerda. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Petrópolis: Vozes, 1994.

FONTES PRIMÁRIAS

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Resoluções de Encontros e Congressos 1979 - 1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

_____. Resolução do DN sobre Luiza Erundina. **BOLETIM NACIONAL**. São Paulo, n. 68, p. 04, Março de 1993.

_____. Secretaria Geral Nacional. Circular 05/85. Desligamento dos parlamentares que participaram da votação no Colégio Eleitoral. São Paulo, 6 fev. 1985.

_____. **Resoluções de Encontros e Congressos & Programas de governo 1979-2002**. Programas de Governo de 1989. São Paulo: Fundação Perseu Abramo [2005]. 1 CD-ROM.

_____. _____. **Programa de Governo de 1994**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo [2005]. 1 CD-ROM.

_____. _____. **Programa de Governo de 1998**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo [2005]. 1 CD-ROM.

_____. _____. **II Congresso Nacional, 1999**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo [2005]. 1 CD-ROM.

_____. _____. **Resoluções do XII Encontro Nacional 2001**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo [2005]. 1 CD-ROM.

_____. _____. **Resolução do Diretório Nacional sobre política de alianças de 23/03/2005**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo [2005]. 1 CD-ROM.

_____. _____. **Programa de Governo de 2002**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo [2005]. 1 CD-ROM.

PESQUISA EM MEIOS ELETRÔNICOS

COORDENAÇÃO NACIONAL DE LUTAS. Estatuto. Disponível em <http://www.conlutas.org.br/exibedocs.asp?tipodoc=noticia&id=105> . Acesso em: 04 jun. 2008.

COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE. **Entrevista com Frei Betto. Fermento de marca boa. Jornal sem fronteiras**. São Luiz do maranhão, 1987. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/freibetto/betto_entrevista4.html. Acesso em: 21 jul. 2007.

FILHO, Chamarelli. **O Que é (Ou Deve Ser) Discurso na Análise do Discurso?** Disponível em: www.primeiraversao.unir.br/artigo125.html Acesso em: 20 mar. 2007.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO: A versão de Grammont sobre a criação da bandeira e da estrela do PT. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=2432>

LACERDA, Alan Daniel Freire de. **O PT e a Unidade Partidária como Problema.** *Dados.* Revista de Ciências Sociais. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v45n1/a02v45n1.pdf>> Acesso em: jun.2006.

MAKOWIECKY, Sandra. **Representação:** a palavra, a idéia, a coisa. Caderno de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, v. 57, p. 1-30, 2003. <Disponível em <http://www.cfh.ufsc.br/~dich/TextoCaderno57.pdf>> Acesso em: Dez.2007.

MINISTÉRIO da Fazenda. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/fmi/cartafmi>. Acesso em 23 jul.2007.

O IMPEACHMENT de Collor completa 15 anos. Disponível em www.globo.com. Acesso em 20 nov.2007.

SÁ. Antonio Fernando de Araújo. **A História do Tempo Presente Como o Tempo da Memória.** Semina – volume 4 nº. 1, 2006. Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe Disponível em: <http://www.semina.clio.pro.br/4-1-2006>. Acesso em: 13 abr. 2008.

PARTIDO dos Trabalhadores: www.pt.org.br

RIDENTI, Marcelo. **Intelectuais e o Romantismo Revolucionário.** São Paulo Perspec. v. 15, n. 2, 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200003&tlng=en&lng=en&nrm=iso . Acesso em: 03 nov.2007.

Teoria & Debate. Revista Bimestral da Fundação Perseu Abramo n. 25, junho/julho/agosto de 1994. Nacional: Os primeiros cem dias. 30/08/1994. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1257> . Acesso em 03 nov. 2007.

TRIBUNAL Superior Eleitoral: www.tse.gov.br

JORNAIS E PERIÓDICOS

A NOTA dele foi 5,2. **Revista Época**, São Paulo, n. 433, p. 31 a 63. 04 de setembro de 2006.

Boletim do **PT**. Órgão Oficial do Diretório Regional do Partido dos Trabalhadores, n. 23, ago. de 1989.

Boletim I **CONCLAT CUT**. Ed. Tempo e Presença, 1984, p. 31.

ENTREVISTA de Lula. **O GLOBO**, São Paulo, 25 nov. 2001.

CHEGOU a hora de mudar a cara do Brasil. **Jornal da frente Brasil popular**, coordenação nacional setembro de 1989.

CONJUNTURA. Na vertigem da crise. **Em Tempo**, p. 03 fev. 1991.

LULA presidente. **Boletim de campanha**, jul. de 1989.

MANIFESTO **por uma nova esquerda**, São Paulo, 30 de jul. 1989.

MERCADANTE, Aloísio. Uma Nova Política Externa. **Jornal Valor Econômico**, São Paulo, p. A10, 15 jul.2002.

O REVOLUCIONÁRIO que virou pop. 40 anos depois de sua morte, Che Guevara não sai literalmente de moda. **A Gazeta**, Vitória, p.34, 07 de out. 2007.

UM OPERÁRIO vai à luta na sucessão. **Veja**, 06 de Set. 1989.